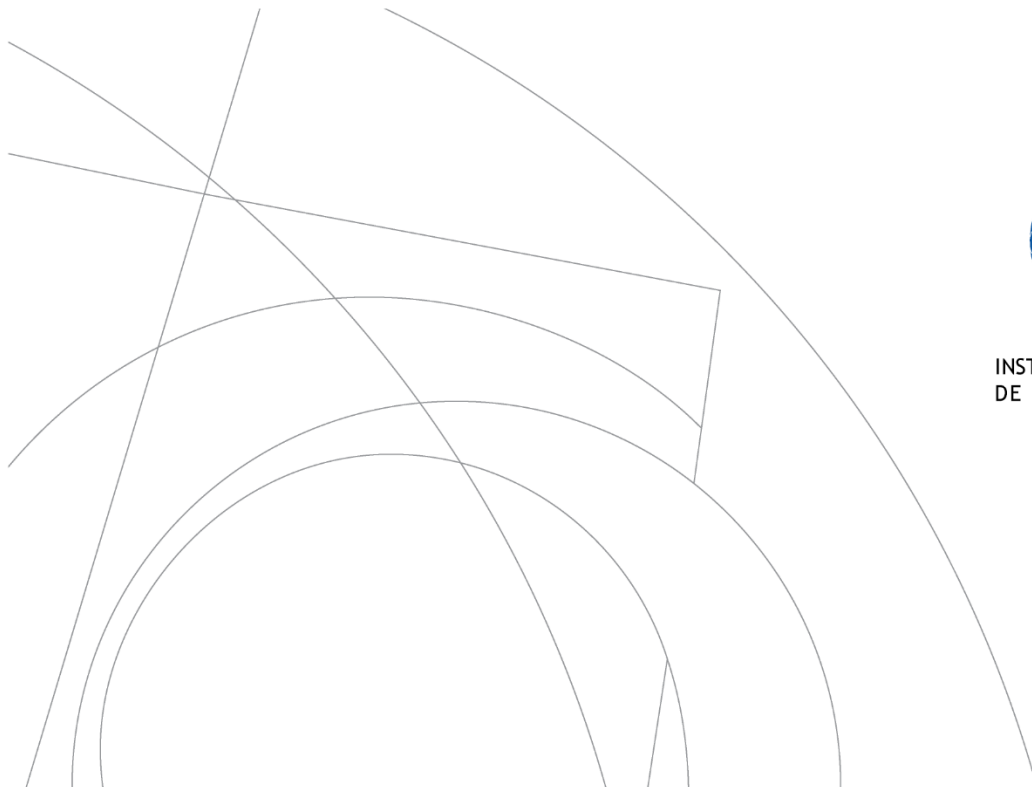
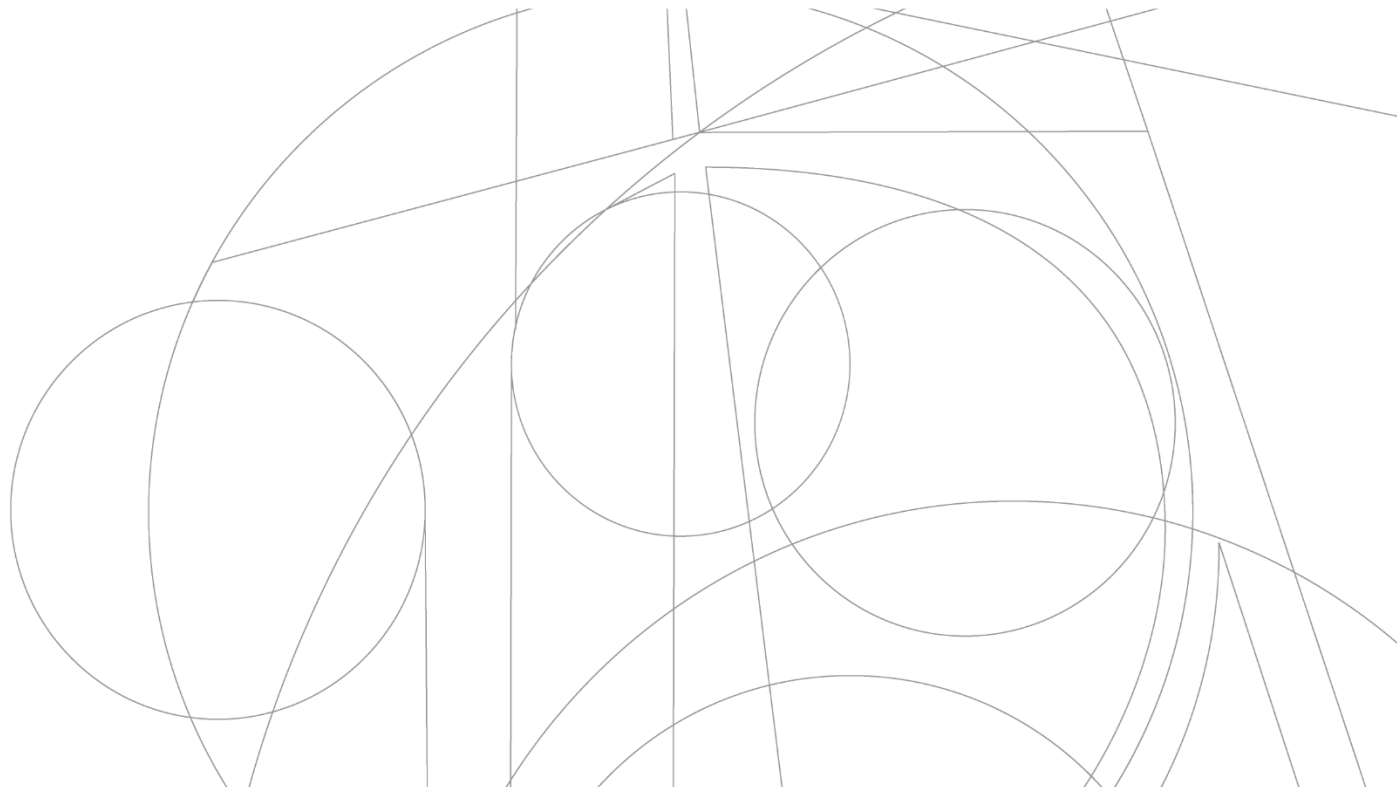
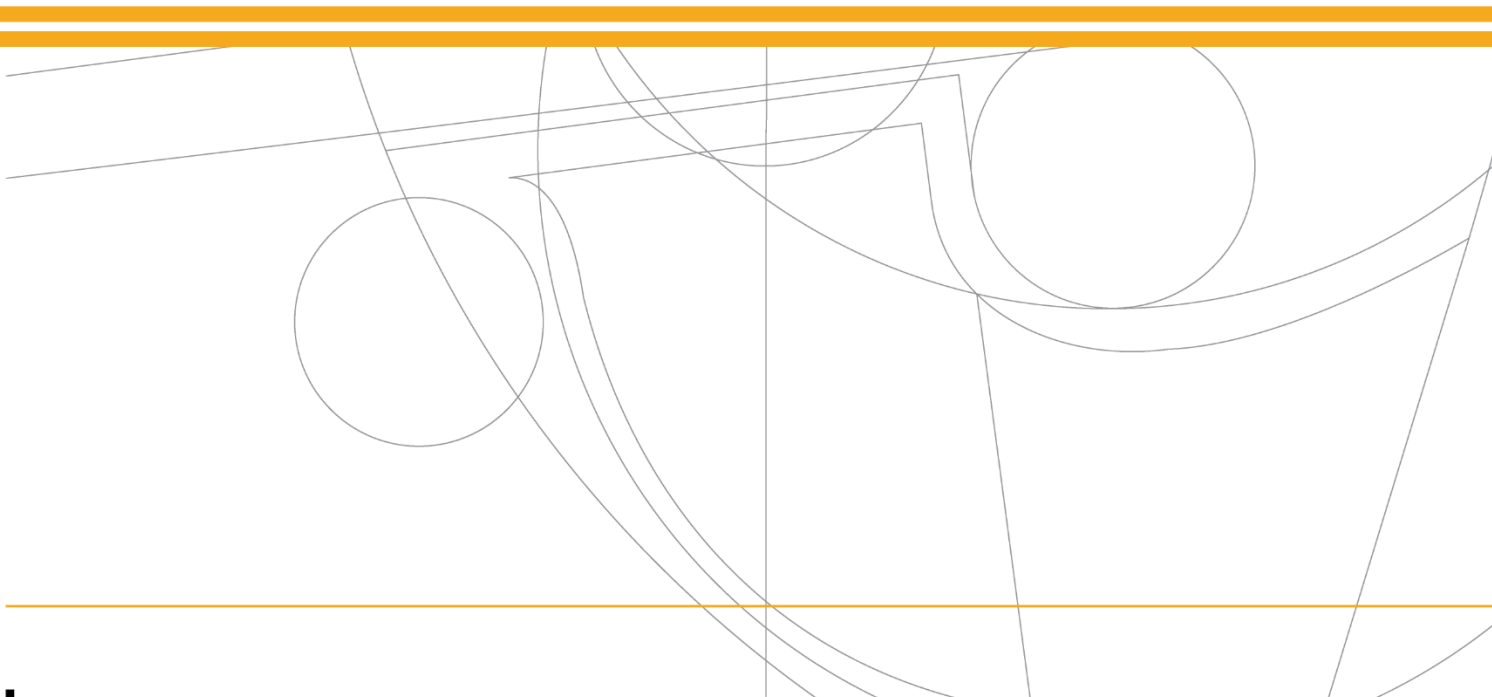




MAPEAMENTO E MONITORIZAÇÃO DE AMBIENTES
ALIMENTARES NO NORTE DE PORTUGAL
Joana Brandão Loureiro Ferreira
2025

MAPEAMENTO E MONITORIZAÇÃO DE AMBIENTES ALIMENTARES NO NORTE DE PORTUGAL

Joana Brandão Loureiro Ferreira



Escola Superior de Tecnologia e Gestão



INSTITUTO POLITÉCNICO
DE VIANA DO CASTELO

Joana Brandão Loureiro Ferreira

MAPEAMENTO E MONITORIZAÇÃO DE AMBIENTES ALIMENTARES NO NORTE DE PORTUGAL

Mestrado em Engenharia Alimentar

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Maria Manuela de Lemos Vaz Velho
e
Doutora Susana Isabel Almeida Campos

Julho de 2025

MEMBROS DO JÚRI

Presidente:

Doutora Preciosa de Jesus da Costa Pires

Professora Coordenadora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Vogal:

Doutora Carla Cristina da Silva Gonçalves

Professora Auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Arguente)

Vogal:

Doutora Maria Manuela de Lemos Vaz Velho

Professora Coordenadora do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (Orientadora)

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho marca o culminar de um percurso académico e pessoal exigente, que só foi possível graças ao contributo de diversas pessoas e instituições, às quais manifesto o meu mais sincero reconhecimento.

Em primeiro lugar, expresso a minha profunda gratidão à minha família, cujo apoio, incentivo e valores transmitidos foram essenciais ao longo de todo este trajeto. Um agradecimento especial à minha Mãe, pela partilha de conhecimentos e cultivo do meu interesse sobre alimentos e gastronomia (sobretudo portuguesa) e ao meu Pai, pelas (muitas) nossas conversas (in)formais sobre Engenharia, pela partilha de conhecimentos e experiências nesta área, que tenho vindo a descobrir ao longo do Mestrado.

Aos meus familiares que me acompanham no presente e à memória daqueles que já partiram, deixo uma palavra especial de apreço e respeito, pelo legado de resiliência, dedicação e amor que continuam a inspirar o meu caminho.

Um agradecimento especial ao projeto FEAST e à coordenadora institucional do mesmo.

Agradeço de forma muito particular às minhas orientadoras, pela disponibilidade e orientação valiosa ao longo do desenvolvimento desta dissertação. O seu acompanhamento atento foi determinante para a qualidade e solidez deste trabalho.

Reconheço igualmente o apoio e contributo de todos os docentes, entrevistados e profissionais com quem tive o privilégio de contactar durante o meu percurso profissional e do Mestrado, cuja partilha de conhecimento e experiência foi decisiva para o meu enriquecimento académico e profissional.

Não posso deixar de agradecer a todos os que, de forma direta ou indireta, participaram neste processo. As partilhas e os desafios vividos ao longo destes anos foram elementos fundamentais para a construção deste percurso.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

A crescente valorização das políticas alimentares como instrumentos para promover a saúde pública, a sustentabilidade ambiental e a justiça social têm impulsionado a sua adoção em diversos territórios. No entanto, na Região Norte de Portugal, persistem lacunas quanto à compreensão da configuração, implementação e eficácia dessas políticas em contextos locais e regionais. Este estudo, de natureza qualitativa e exploratória, articula dois eixos de análise complementares: (1) o mapeamento sistemático das políticas alimentares existentes no Norte de Portugal, através da identificação das suas estratégias, metas, áreas de atuação e grau de institucionalização; e (2) a análise das perceções de diferentes partes interessadas — incluindo governos locais, setor privado, academia e sociedade civil — sobre os desafios, obstáculos e oportunidades na implementação dessas políticas. Os resultados revelam avanços significativos em iniciativas locais voltadas para a alimentação saudável e sustentável, mas também evidenciam fragilidades na articulação entre setores, escassez de recursos, ausência de mecanismos robustos de monitorização e dificuldades na consolidação de estratégias participativas. Conclui-se que a eficácia das políticas alimentares depende fortemente de uma governança intersectorial, colaborativa e adaptada às especificidades territoriais, recomendando-se o fortalecimento de redes locais, instrumentos de avaliação contínua e maior envolvimento dos atores sociais no desenho e implementação das políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas alimentares; Sustentabilidade; Governança local; Participação social; Sistemas alimentares territoriais; Saúde pública.

ABSTRACT

The growing recognition of food policies as strategic tools to promote public health, environmental sustainability, and social justice has led to their increasing adoption across various territories. However, in the Northern Region of Portugal, there remains limited and fragmented knowledge about how such policies are designed, implemented, and evaluated at the local and regional levels. This qualitative and exploratory study combines two complementary lines of analysis: (1) a systematic mapping of local and regional food policies in Northern Portugal, identifying their strategies, goals, areas of action, and degree of institutionalization; and (2) an exploration of stakeholders' perceptions—including local governments, the private sector, academia, and civil society—regarding the challenges, barriers, and opportunities involved in the implementation process. The findings highlight meaningful advances in local initiatives promoting healthy and sustainable food systems, but also expose weaknesses in cross-sectoral coordination, resource limitations, lack of robust monitoring mechanisms, and difficulties in consolidating participatory approaches. The study concludes that the effectiveness of food policies strongly depends on intersectoral, collaborative governance tailored to territorial specificities. It recommends strengthening local networks, enhancing continuous evaluation tools, and increasing stakeholder engagement in policy design and implementation.

KEYWORDS: Food policies; Sustainability; Local governance; Social participation; Territorial food systems; Public health.

LISTA DE ABREVIATURAS/SIGLAS

AMP – Área Metropolitana do Porto

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

CCA – Cadeias Curtas de Abastecimento

CCD-R Norte – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CIM – Comunidade Intermunicipal

CNAF – Comissão Nacional da Agricultura Familiar

DCNT – Doenças Crónicas Não Transmissíveis

DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

DGS – Direção-Geral da Saúde

E1, E2, E3, E4, E5 – Códigos atribuídos aos entrevistados no estudo (ex.: E1 = Organização da Sociedade Civil, E2 = Município, etc.)

EIPAS – Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável

ESTG – Escola Superior de Tecnologia e Gestão

FAO – Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura)

FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural

FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia

FEAST - Food systems that support transitions to hEalthy And Sustainable dieTs

Food-EPI – Food Environment Policy Index

FPCs – Food Policy Councils (Conselhos de Política Alimentar)

IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

INHERIT – Projeto europeu focado em saúde, equidade e sustentabilidade

INFORMAS – International Network for Food and Obesity / Non-communicable Diseases Research, Monitoring and Action Support

IPVC – Instituto Politécnico de Viana do Castelo

MAR2030 – Plano Estratégico para os Assuntos do Mar

MAXQDA – Software de análise qualitativa de dados

NGOs – Non-Governmental Organizations (Organizações Não Governamentais)

NUTS II – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos – Nível II

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

OSC – Organização da Sociedade Civil

PEPAC – Plano Estratégico da Política Agrícola Comum

PNPAS – Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável

POCTEP – Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

SAFS - Sustainable Agri-Food Systems (Sistemas Agroalimentares Sustentáveis)

UE – União Europeia

WHO – World Health Organization (Organização Mundial de Saúde)

ÍNDICE

PARTE I

1.Introdução	2
1.1. Definição e componentes dos ambientes alimentares.....	4
1.2. Monitorização dos ambientes alimentares.....	5
1.3. Instrumentos de avaliação e políticas públicas.....	6
1.4. Sustentabilidade dos Sistemas Alimentares	6
1.5. Desafios associados à monitorização	7
2.Problema de Investigação.....	9
3.Objetivos geral e específicos	10
3.1. Objetivo geral	10
3.2. Objetivos Específicos.....	10
4.Estrutura da Dissertação	11
5.Justificação da Estrutura em artigos	13
6.Referências Bibliográficas	16

PARTE II

Capítulo 1 - Mapeando o Norte: as Políticas Alimentares e a construção de ambientes saudáveis e sustentáveis em Portugal

1.Introdução	22
2.Contextualização	26
2.1. Políticas alimentares no contexto europeu.....	26
2.2. Políticas alimentares em Portugal	26
2.3. Importância da participação comunitária na análise dos sistemas alimentares	27
2.4. Desafios e tendências emergentes	28
3.Metodologia	33
3.1. Mapeamento das Políticas	33
3.2. Categorização do tipo de Políticas.....	35
4.Estudo de Caso.....	37
4.1. Motivos para a escolha da realização do estudo na região Norte de Portugal.....	37
4.2. Caracterização socio económica.....	38
4.3. Padrão alimentar característico da região Norte	40
5.Análise e Discussão de Resultados	42

5.1. Da informação à prática: (Des)conexões nas políticas alimentares.....	42
5.2. Análises temáticas.....	46
5.3. Análise territorial/geográfica	50
5.4. Desafios na recolha de informação para o mapeamento de políticas alimentares na região Norte de Portugal.....	53
6. Conclusões	57
6.1. Limitações do estudo e sugestões de investigação futura	57
6.2. Implicações e recomendações para políticas públicas.....	58
7.Agradecimentos.....	61
8.Referências Bibliográficas	62

Capítulo 2 - Vozes da Implementação: Perceções de partes interessadas sobre a implementação de Políticas Alimentares no Norte de Portugal.

1.Introdução	69
2.Revisão de Literatura	72
2.1. Políticas alimentares: conceitos, objetivos e modelos internacionais.....	72
2.2. O papel das partes interessadas nas políticas públicas de alimentação	75
2.3. Evidências empíricas sobre as perceções de partes interessadas em políticas alimentares	76
2.4. Situação alimentar/nutricional no Norte de Portugal.....	78
3.Metodologia	79
3.1. Definição do objetivo e questões de investigação	79
3.2. Mapeamento das partes interessadas em políticas alimentares no Norte de Portugal ..	79
3.3. Recolha do dados	82
3.4. Transcrição das entrevistas	82
3.5. Análise das entrevistas com MaxQDA	85
3.6. Validação e triangulação dos dados	86
3.7. Considerações éticas	86
4.Análise e Discussão de Resultados	87
5.Conclusões	95
5.1. Implicações teóricas	96
5.2. Implicações práticas	97
5.3. Limitações e sugestões de investigação futura.....	97
6.Agradecimentos.....	99

7.Referências Bibliográficas	100
---	------------

PARTE III

1. Considerações Finais	103
1.1. Conclusões.....	103
1.2. Implicações Teóricas e Práticas	106
1.3. Limitações do Estudo	107
1.4. Sugestões para Investigações Futuras.....	108

APÊNDICES

Apêndice 1- Mapeamento de políticas	2
Apêndice 2- Recomendações para replicação.....	3

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da dissertação

ÍNDICE DE TABELAS

ARTIGO 1

Tabela 1 - Referenciais e indicadores utilizados para categorizar o mapeamento de políticas.

Tabela 2 - Classificação do tipo de políticas mapeadas.

Tabela 3 - Matriz das políticas identificadas por subdomínio

Tabela 4 - Quadro resumo das políticas identificadas por temas principais

Tabela 5 - Abrangência das Políticas: Nacionais, Regionais e Locais

Tabela 6 - Potenciais lacunas identificadas na análise

Tabela 7 - Síntese da Análise Geográfica

Tabela 8 - Resumo das Recomendações

ARTIGO 2

Tabela 1 – Modelos Internacionais de Políticas Alimentares

Tabela 2 - Riscos Identificados na Inclusão de Partes interessadas em Políticas Alimentares

Tabela 3 - Tipologia de Partes Interessadas em Políticas Alimentares por grau de influência e interesse

Tabela 4 - Caracterização das partes interessadas entrevistadas

Tabela 5 - Categorias para os tipos de partes interessadas entrevistadas

Tabela 6 - Categorias para a área de atuação das partes interessadas entrevistadas

Tabela 7 - Etapas do procedimento analítico com MaxQda

Tabela 8 - Facilitadores da implementação prática das políticas alimentares

Tabela 9 - Obstáculos à implementação prática das políticas alimentares

Tabela 10 - Impactos locais das políticas alimentares

Tabela 11 - Análise comparativa dos entrevistados

ANEXOS

Anexo 1 – Mapeamento das Políticas alimentares no Norte de Portugal

Anexo 2 - Recomendações para replicação

PARTE I

1. Introdução

A transformação dos sistemas alimentares tem-se revelado uma prioridade global e local, impulsionada pela crescente consciencialização quanto à interconexão entre saúde, sustentabilidade ambiental e justiça social. No contexto europeu, e particularmente em Portugal, os sistemas alimentares são confrontados com desafios complexos, que envolvem a promoção de dietas mais saudáveis, a redução do impacto ambiental da produção e consumo de alimentos, bem como a mitigação das desigualdades no acesso a alimentos de qualidade. A implementação de políticas alimentares eficazes e a integração de diferentes atores e partes interessadas no processo de transição para ambientes alimentares mais sustentáveis são essenciais para enfrentar essas questões de forma estruturada e coesa.

Nas últimas décadas, o sistema alimentar tornou-se um dos pilares centrais para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a promoção da saúde, a coesão territorial e a sustentabilidade ambiental. As escolhas alimentares, os padrões de produção e consumo e a gestão de resíduos alimentares passaram a ser reconhecidos como fatores determinantes para a saúde da população e o bem-estar coletivo, ao mesmo tempo em que têm um impacto direto sobre a preservação ambiental e o equilíbrio dos ecossistemas. A crescente consciencialização acerca dos desafios globais associados à insegurança alimentar, às doenças crónicas não transmissíveis e às mudanças climáticas tem impulsionado uma reflexão crítica sobre a necessidade de transformar os sistemas alimentares.

Este movimento de transformação é particularmente relevante no contexto das urbanizações rápidas e da intensificação das cadeias globais de abastecimento alimentar, que, por um lado, garantem acesso a uma vasta gama de produtos alimentares, mas, por outro, contribuem para a desintegração dos circuitos alimentares locais, o desperdício em massa e a degradação ambiental. O crescimento das cidades e o aumento da urbanização têm gerado desafios complexos para o fornecimento de alimentos, com o aumento da demanda por alimentos processados e o desajuste entre a produção local e o consumo urbano. Nesse cenário, emergem várias iniciativas locais e regionais que

procuram resgatar a conexão entre produção e consumo, promovendo sistemas alimentares mais curtos, eficientes e resilientes.

As iniciativas locais, muitas vezes associadas a movimentos de agricultura urbana, hortas comunitárias, mercados de produtos locais e feiras biológicas, têm ganho destaque como respostas efetivas à necessidade de tornar os sistemas alimentares mais sustentáveis e acessíveis. Estas abordagens visam reduzir o desperdício alimentar, promover dietas mais saudáveis e equilibradas, e fomentar uma produção alimentar que respeite os princípios da agroecologia e da sustentabilidade ambiental. Além disso, as políticas alimentares locais têm-se tornado fundamentais na construção de sistemas alimentares mais inclusivos, que priorizam a equidade no acesso a alimentos saudáveis, ao mesmo tempo que estimulam a participação comunitária e a formação de redes sociais de apoio à alimentação saudável.

Essas ações locais inserem-se num movimento mais amplo, que vai além das intervenções específicas, e que envolve a construção de políticas públicas alimentares que procurem integrar diferentes esferas de governança, desde o nível local até o internacional. Nesse sentido, a transição para sistemas alimentares mais sustentáveis não depende apenas da implementação de medidas isoladas, mas de um esforço conjunto entre governos, empresas, organizações não-governamentais e a sociedade civil, que se foquem em alinhar as estratégias de políticas públicas com as necessidades e realidades locais, sempre com um olhar voltado para a promoção da saúde pública e o equilíbrio ecológico.

Assim, a promoção de dietas saudáveis e sustentáveis, apoiada numa gestão eficaz dos recursos alimentares e uma revalorização das práticas alimentares tradicionais e locais, emerge como um desafio estratégico e urgente. Nesse contexto, as iniciativas locais representam um caminho promissor para a construção de sistemas alimentares resilientes, capazes de enfrentar os múltiplos desafios globais que se apresentam, ao mesmo tempo em que incentivam a aproximação entre as comunidades e os seus sistemas de produção e consumo.

Perante este quadro complexo e multifacetado, este estudo propõe-se a mapear, categorizar e analisar as políticas alimentares implementadas na Região Norte

de Portugal, prestando especial atenção às iniciativas locais e regionais, bem como ao papel dos diferentes atores envolvidos na construção de sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e equitativos. Através de uma abordagem integrada e multidimensional, pretende-se identificar padrões territoriais, temáticos e institucionais, além de contribuir para a formulação de estratégias públicas mais eficazes e adaptadas às especificidades do território.

1.1. Definição e Componentes dos Ambientes Alimentares

Os ambientes alimentares correspondem ao conjunto de condições físicas, económicas, políticas e socioculturais que influenciam a forma como os alimentos são disponibilizados, acessíveis, adquiridos e promovidos no seio de uma população. Segundo Swinburn et al. (2013), estes ambientes integram diversos componentes interligados. A disponibilidade física de alimentos diz respeito à presença e diversidade de produtos alimentares oferecidos em diferentes pontos de venda, como supermercados, mercearias, cantinas escolares, restaurantes e mercados locais. A acessibilidade económica, por sua vez, está relacionada com a relação entre os preços praticados e o rendimento disponível dos consumidores, sendo determinante para as escolhas alimentares, particularmente no que se refere à opção entre alimentos saudáveis e não saudáveis. O marketing e a promoção alimentar englobam um conjunto de estratégias comerciais e publicitárias destinadas a influenciar preferências e comportamentos alimentares, frequentemente orientadas para o consumo de produtos ultraprocessados. Por fim, as políticas e regulamentações dizem respeito ao quadro normativo e aos instrumentos legais e fiscais implementados pelo setor público, que regulam a produção, rotulagem, comercialização, tributação e consumo de alimentos, com implicações diretas tanto na saúde pública como na sustentabilidade dos sistemas alimentares. A monitorização sistemática destes elementos é fundamental para identificar obstáculos e oportunidades presentes nos ambientes alimentares e constitui uma base imprescindível para a conceção de estratégias de intervenção política eficazes e sustentadas, orientadas para a promoção de padrões alimentares mais saudáveis.

1.2. Monitorização dos Ambientes Alimentares

A monitorização dos ambientes alimentares representa uma ferramenta estratégica crucial para o delineamento e implementação de políticas públicas orientadas para a prevenção de doenças crónicas não transmissíveis (DCNT), tais como a obesidade, a diabetes tipo 2 e as doenças cardiovasculares. A sua relevância advém de múltiplas funções interligadas, que conferem suporte à construção de sistemas alimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis. Em primeiro lugar, permite a identificação de desigualdades na disponibilidade e acessibilidade alimentar, sendo amplamente demonstrado na literatura que contextos socioeconómicos mais desfavorecidos tendem a apresentar uma oferta limitada de alimentos frescos e uma maior densidade de estabelecimentos que comercializam produtos com baixo valor nutricional. Este acompanhamento contínuo facilita a identificação de zonas de vulnerabilidade alimentar e sustenta o planeamento de intervenções direcionadas para a promoção do acesso equitativo a alimentos saudáveis. Simultaneamente, a monitorização desempenha um papel essencial na avaliação do impacto das políticas públicas. Medidas como a rotulagem nutricional frontal, a regulamentação da publicidade alimentar dirigida a crianças e a imposição de taxas sobre bebidas açucaradas requerem sistemas de avaliação robustos que permitam aferir a sua eficácia e ajustar as estratégias implementadas. A evidência proveniente de diversos países mostra que a introdução de impostos sobre bebidas açucaradas tem conduzido a reduções significativas no seu consumo, demonstrando o potencial destas políticas quando acompanhadas por mecanismos de monitorização eficazes.

A monitorização é igualmente fundamental para a deteção precoce de tendências alimentares emergentes. O avanço da globalização, a urbanização crescente e a industrialização dos sistemas alimentares têm contribuído para mudanças nos padrões de consumo, com uma maior prevalência de dietas desequilibradas e dependentes de produtos ultraprocessados. O acompanhamento sistemático destas alterações permite respostas mais ágeis e fundamentadas por parte dos decisores políticos e das autoridades de saúde pública. Além disso, a recolha e análise contínua de dados sobre os ambientes alimentares fornece uma base sólida para a formulação de estratégias

destinadas à promoção da alimentação saudável. Estas estratégias podem incluir o incentivo à instalação de mercados de produtos frescos em comunidades marginalizadas, a criação de programas de subsídio à produção e consumo de frutas e legumes, a introdução de restrições à publicidade de alimentos de baixo valor nutricional e a implementação de programas de educação alimentar em escolas e locais de trabalho. Neste sentido, a monitorização dos ambientes alimentares não só permite compreender as dinâmicas que moldam os comportamentos alimentares da população, como também constitui um pilar fundamental na construção de políticas públicas integradas e orientadas para a promoção da saúde e da equidade.

1.3. Instrumentos de Avaliação e Políticas Públicas

Swinburn et al. (2013) desenvolveram o Food Environment Policy Index (Food-EPI), uma ferramenta que avalia e compara o progresso dos governos na criação de ambientes alimentares promotores da saúde. O modelo contempla duas grandes dimensões:

- . **Componente de Políticas**, que abrange áreas como composição dos alimentos, rotulagem, marketing, fornecimento institucional, preços, comércio e investimento;
- . **Componente de Infraestrutura**, que inclui liderança governamental, mecanismos de coordenação intersectorial, financiamento, desenvolvimento de capacidades e monitorização.

A adoção de modelos como o Food-EPI evidencia o papel estruturante do Estado na promoção de escolhas alimentares saudáveis e na redução das desigualdades sociais em saúde, através da definição e implementação de políticas baseadas em evidência científica.

1.4. Sustentabilidade dos Sistemas Alimentares

A monitorização dos ambientes alimentares deve também considerar os princípios da sustentabilidade. Estratégias que promovem dietas sustentáveis — como a valorização de alimentos de origem vegetal, a redução do desperdício

alimentar e o fortalecimento das cadeias curtas de abastecimento — requerem dados atualizados sobre padrões de produção e consumo.

Peano et al. (2014) propuseram uma metodologia de avaliação da sustentabilidade de sistemas agroalimentares baseada nos princípios do movimento Slow Food. O modelo assenta numa abordagem multicritério, com indicadores económicos, ambientais, sociais, culturais e de qualidade, definidos através de um processo participativo envolvendo as partes interessadas. Os resultados do estudo revelam que a identidade sociocultural e a valorização da qualidade são fatores determinantes para a resiliência dos sistemas alimentares de pequena escala.

1.5. Desafios associados à monitorização

Apesar do reconhecimento crescente da relevância da monitorização dos ambientes alimentares, a sua operacionalização continua a enfrentar diversos desafios que comprometem a eficácia e a comparabilidade dos dados recolhidos. Um dos principais entraves prende-se com a ausência de metodologias harmonizadas, o que dificulta a comparação entre realidades nacionais, regionais e locais. Embora existam instrumentos desenvolvidos com esse propósito, como os módulos do sistema INFORMAS, a sua aplicação encontra obstáculos significativos, sobretudo em contextos descentralizados, onde a dispersão de competências entre diferentes níveis de governo e a complexidade administrativa dificultam a implementação de procedimentos uniformes e coordenados.

Acresce a este cenário a limitação na disponibilidade e acessibilidade de dados atualizados e abrangentes. A inexistência de bases de dados consolidadas sobre a oferta e o consumo alimentar reduz a fiabilidade das análises e compromete a robustez dos diagnósticos. A fragmentação das fontes de informação e a dependência de estruturas institucionais específicas dificultam a recolha sistemática e a construção de indicadores comparáveis, sendo este um dos fatores críticos que afeta o planeamento e a avaliação de políticas públicas nesta área.

Outro desafio relevante reside na influência exercida pelas grandes corporações do setor agroalimentar sobre os processos regulatórios. A priorização dos interesses comerciais em detrimento dos objetivos de saúde pública constitui um entrave à criação de políticas alimentares mais restritivas e dificulta a independência dos sistemas de monitorização. Esta influência, frequentemente exercida através de pressão política ou económica, compromete a adoção de medidas estruturais que visem melhorar o ambiente alimentar e proteger os consumidores.

Por fim, a insuficiência de financiamento e a escassez de recursos humanos especializados representam obstáculos significativos, particularmente em países de baixo e médio rendimento. A implementação de sistemas de monitorização exige investimentos financeiros contínuos e capacidade técnica adequada, sem os quais se torna difícil garantir a sustentabilidade das iniciativas. A ausência de mecanismos de financiamento estruturados compromete não só a recolha e análise de dados, mas também a capacidade de resposta institucional às necessidades emergentes no domínio alimentar.

Em suma, a monitorização dos ambientes alimentares constitui um elemento fundamental para a construção de sistemas alimentares mais saudáveis, equitativos e sustentáveis. Contudo, a sua implementação eficaz requer o desenvolvimento de metodologias padronizadas, a disponibilização de dados fiáveis e acessíveis, o reforço das capacidades institucionais e a existência de uma vontade política clara e consistente. Integrar a saúde pública, a sustentabilidade ambiental e a equidade social como eixos centrais das políticas alimentares é, por conseguinte, indispensável para garantir a eficácia das intervenções e a transformação dos sistemas alimentares atuais.

Considerando os conceitos, instrumentos e desafios apresentados, este estudo propõe-se a mapear e analisar criticamente as políticas alimentares implementadas na Região Norte de Portugal, bem como a explorar a dinâmica entre os principais atores envolvidos. Assim, procura-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias públicas integradas que promovam ambientes alimentares mais saudáveis, equitativos e sustentáveis, alinhadas com as especificidades territoriais da região.

2. Problema de Investigação

Apesar da crescente emergência de iniciativas locais e regionais relacionadas com políticas alimentares — tais como hortas urbanas, mercados de produtores, programas escolares e planos intermunicipais —, persiste a ausência de um retrato sistemático e comparável dessas ações. Falta uma compreensão abrangente que aborde não apenas as tipologias, escalas, graus de institucionalização e padrões geográficos de dispersão, mas também as dinâmicas e perceções dos atores envolvidos na sua conceção, implementação e articulação.

Sem esse mapeamento e análise qualitativa, torna-se difícil avaliar:

- Quais os eixos temáticos (produção local, saúde, desperdício, equidade, governança) que estão mais desenvolvidos?
- Onde se concentram lacunas ou sobreposições de esforços?
- Como se relacionam iniciativas formais (estratégias municipais) e projetos pontuais?
- Que obstáculos e oportunidades são identificados pelas partes interessadas na implementação dessas políticas?
- De que forma a atuação ou articulação entre diferentes atores influencia o sucesso ou limitação das políticas em vigor?

A questão central que orienta esta investigação é:

Em que medida as políticas alimentares na Região Norte de Portugal estão territorialmente distribuídas de forma equilibrada, alinhadas com os objetivos de sustentabilidade e equidade, e como são percebidas e experienciadas pelas diferentes partes interessadas envolvidas na sua implementação?

A Região Norte de Portugal, com a sua diversidade territorial, realidades urbanas e rurais contrastantes e composição socioeconómica heterogénea, constitui um território privilegiado para compreender a evolução e eficácia das políticas alimentares locais. Neste contexto, esta investigação articula duas dimensões complementares:

1. O mapeamento e categorização das políticas alimentares existentes;
2. A análise das perceções, papéis e desafios enfrentados pelas partes interessadas chave no processo de implementação.

3. Objetivos geral e específicos

3.1. Objetivo Geral

No âmbito das atividades do Projeto FEAST, mapear, categorizar e analisar as políticas alimentares implementadas na Região Norte de Portugal, identificando padrões territoriais, temáticos e institucionais, bem como compreender as perceções, experiências e dinâmicas de atuação das partes interessadas, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de estratégias públicas mais integradas, eficazes e territorialmente adaptadas.

3.2. Objetivos Específicos

1. Inventariar todas as iniciativas formais e informais de política alimentar nos 86 municípios do Norte (NUTS II), recolhendo dados sobre o tipo, âmbito, políticas nacionais relacionadas e envolvimento local.
2. Classificar cada iniciativa segundo os eixos temáticos:
3. Analisar a escala de atuação (local, regional, intermunicipal)
4. Compreender as perceções, motivações e desafios identificados por partes interessadas envolvidas na implementação das políticas (autoridades locais, setor privado, sociedade civil), através de entrevistas qualitativas.
5. Identificar os mecanismos de colaboração, articulação ou conflito entre atores institucionais e não institucionais, bem como os fatores que facilitam ou dificultam a implementação de políticas alimentares sustentáveis.
6. Propor recomendações para o fortalecimento da governança alimentar local e regional, com base nos resultados empíricos do mapeamento e das perceções das partes interessadas.

4. Estrutura da Dissertação

Esta tese está estruturada em três partes principais (Fig. 1). A primeira parte é composta pela introdução, que apresenta uma breve abordagem da revisão da literatura sobre os temas investigados no conjunto de artigos que compõem o corpo central da tese. Esta parte também destaca o problema de investigação, bem como o conjunto de objetivos e as questões de investigação propostas. A segunda parte é composta por dois capítulos, que incluem os dois estudos empíricos realizados (artigos). A terceira e última parte apresenta as considerações finais da tese, expondo as principais conclusões e contribuições geradas pela investigação realizada, bem como suas limitações e um conjunto de sugestões para pesquisas futuras. Um resumo da estrutura da tese pode ser visto na Figura 1 (página seguinte):

Figura 1 – Estrutura da dissertação

Dissertação	PARTE I	1. Introdução 2. Problema de investigação 3. Objetivos gerais e específicos 4. Estrutura da dissertação 5. Justificação da Estrutura em artigos 6. Referências bibliográficas
	PARTE II	Capítulo 1: Mapeando o Norte: as Políticas Alimentares e a construção de ambientes saudáveis e sustentáveis em Portugal 1. Introdução 2. Contextualização 3. Metodologia 4. Estudo de caso 5. Análise e discussão dos resultados 6. Conclusões 7. Agradecimentos 8. Referências bibliográficas
	PARTE II	Capítulo 2: Vozes da Implementação: Perceções de partes interessadas sobre a implementação de Políticas Alimentares no Norte de Portugal 1. Introdução 2. Revisão de literatura 3. Metodologia 4. Análise e discussão dos resultados 5. Conclusões 6. Agradecimentos 7. Referências bibliográficas
	PARTE III	Considerações finais

5. Justificação da Estrutura em Artigos

Mapeando o Norte: as Políticas Alimentares e a construção de ambientes saudáveis e sustentáveis em Portugal”

Definição do Problema

Nos últimos anos, tem-se observado um aumento da atenção dedicada às políticas alimentares como ferramenta estratégica para a promoção da saúde pública, da sustentabilidade ambiental e da justiça social. Contudo, em Portugal, especialmente na Região Norte, existe ainda um conhecimento limitado e fragmentado sobre a forma como essas políticas são concebidas, implementadas e avaliadas a nível local e regional. A ausência de um mapeamento sistemático dessas iniciativas dificulta a identificação de boas práticas, lacunas e oportunidades de melhoria, comprometendo a eficácia e a adaptação das políticas às especificidades dos territórios.

Objetivos

- Realizar um mapeamento das políticas alimentares locais e regionais em vigor na Região Norte de Portugal.
- Identificar as principais estratégias, áreas de atuação e metas dessas políticas.
- Avaliar o grau de institucionalização das iniciativas e seu alinhamento com princípios de sustentabilidade e saúde pública.
- Evidenciar lacunas, sobreposições e necessidades de articulação entre diferentes níveis de governança.

Questões de Investigação

1. Que políticas alimentares estão atualmente em vigor na Região Norte de Portugal?
2. Quais são os objetivos, estratégias e áreas de intervenção dessas políticas?
3. Em que medida essas políticas incorporam princípios de sustentabilidade e promoção da saúde?

4. Que lacunas e desafios podem ser identificados na implementação e integração dessas políticas a nível territorial?

Artigo 2: “Vozes da Implementação: Perceções de partes interessadas sobre a implementação de Políticas Alimentares no Norte de Portugal”

Definição do Problema

Apesar da crescente adoção de políticas alimentares nos territórios, a sua eficácia depende fortemente da atuação e articulação entre múltiplas partes interessadas. No contexto português, ainda se conhece pouco sobre o modo como as diversas partes interessadas — incluindo governos locais, setor privado e sociedade civil — percebem, interpretam e participam na implementação dessas políticas. A ausência dessa compreensão limita a capacidade de promover uma transição eficaz para sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis.

Objetivos

- Explorar as perceções de diferentes partes interessadas sobre a implementação de políticas alimentares no Norte de Portugal.
- Compreender os desafios e oportunidades identificados por esses atores no processo de implementação.
- Analisar os mecanismos de colaboração, conflito e negociação entre as partes interessadas.
- Contribuir para o desenho de estratégias participativas e mais eficazes de governança alimentar.

Questões de Investigação

1. Como é que as diferentes partes interessadas percebem as políticas alimentares em vigor no Norte de Portugal?
2. Quais são os principais desafios e obstáculos enfrentados na sua implementação?
3. Que formas de colaboração (ou conflitos) surgem entre os diversos atores envolvidos?

4. De que forma essas percepções podem contribuir para a melhoria e maior eficácia das políticas alimentares?

A combinação dessas duas abordagens oferece uma visão abrangente e profunda dos desafios e avanços na construção de ambientes alimentares sustentáveis e saudáveis em Portugal. Ao mapear as políticas alimentares existentes e ao analisar a participação das partes interessadas na sua implementação, espera-se fornecer elementos que contribuam para a formulação de políticas públicas mais integradas e eficazes, promovendo uma verdadeira transição para ambientes alimentares mais justos, acessíveis e ambientalmente responsáveis.

Optou-se pelo formato “dissertação em artigos” para permitir:

- . **Publicação antecipada** dos resultados parciais, aumentando a visibilidade e o impacto académico.
- . **Foco disciplinar**: cada artigo aprofunda um recorte distinto (políticas vs. Partes interessadas), mas complementares.
- . **Flexibilidade metodológica**: o primeiro artigo baseia-se em análise documental; o segundo, em abordagem qualitativa e entrevistas.
- . **Coerência lógica**: o mapeamento (Artigo 1) fornece o “quê” e “onde”; o Artigo 2 explica o “quem” e “como”.

6. Referências Bibliográficas

- Peano, C., P. Migliorini, and F. Sottile. 2014. A methodology for the sustainability assessment of agri-food systems: an application to the Slow Food Presidia project.. *Ecology and Society* 19(4): 24. <https://doi.org/10.5751/ES-06972-190424>
- Swinburn, B., Sacks, G., Vandevijvere, S., Kumanyika, S., Lobstein, T., Neal, B., et al. (2013). INFORMAS (International Network for Food and Obesity/non-communicable diseases Research, Monitoring and Action Support): Overview and key principles. *Obesity Reviews*, 14(Suppl 1), 1–12.

PARTE II

CAPÍTULO 1

Mapeando o Norte: as Políticas Alimentares e a construção de ambientes saudáveis e sustentáveis em Portugal

Resumo

A crescente complexidade dos sistemas alimentares contemporâneos exige uma abordagem política integrada e territorial para promover ambientes alimentares mais saudáveis, sustentáveis e equitativos. Este estudo apresenta o mapeamento das políticas alimentares em vigor na Região Norte de Portugal, com o objetivo de identificar iniciativas relevantes, lacunas e oportunidades de articulação no desenvolvimento de ambientes alimentares resilientes. A metodologia baseou-se na análise documental de políticas, programas e estratégias governamentais a nível local, regional e nacional, utilizando indicadores adaptados do Food-EPI e do Índice de Políticas de Sistemas Alimentares. Foram identificadas e categorizadas 90 políticas e projetos, abrangendo domínios como produção, logística, desperdício alimentar, acesso e promoção alimentar, e governança. Os resultados revelam uma significativa diversidade de iniciativas com foco na agricultura sustentável, cadeias curtas de abastecimento, combate ao desperdício e educação alimentar. No entanto, persistem fragilidades na coordenação intersectorial, acessibilidade a dietas saudáveis, cobertura territorial e visibilidade pública das políticas. A análise evidencia ainda desigualdades geográficas na distribuição das políticas, com maior concentração de ações em zonas urbanas ou com elevada capacidade técnica institucional, deixando algumas áreas rurais e populações vulneráveis menos apoiadas. As principais limitações do estudo relacionam-se com a escassez de informação atualizada e sistematizada, resultante da fragmentação e opacidade das fontes oficiais. O trabalho propõe recomendações orientadas para a replicação de boas práticas, capacitação técnica dos territórios menos ativos, integração de objetivos de equidade territorial nos planos nacionais e criação de uma plataforma colaborativa de monitorização das políticas alimentares. Este estudo contribui para o aprofundamento da análise das políticas públicas em alimentação, oferecendo contributos para o desenho de estratégias mais coerentes e territorialmente ajustadas à realidade portuguesa.

Palavras-chave: Políticas alimentares; Sistemas alimentares sustentáveis; Ambiente alimentar; Região Norte de Portugal; Governança alimentar; Cadeias curtas de abastecimento.

Abstract

The increasing complexity of contemporary food systems requires an integrated and place-based policy approach to foster healthier, more sustainable, and equitable food environments. This study presents a mapping of food policies currently implemented in the Northern Region of Portugal, aiming to identify relevant initiatives, existing gaps, and opportunities for coordination in the development of resilient food systems. The methodology relied on documentary analysis of governmental policies, programs, and strategies at the local, regional, and national levels, using indicators adapted from the Food-EPI and the Food Systems Policy Index. A total of 90 policies and projects were identified and categorised, covering domains such as production, logistics, food waste, access and promotion of healthy diets, and governance. The findings reveal a significant diversity of initiatives focused on sustainable agriculture, short supply chains, food waste reduction, and food literacy. However, challenges remain in intersectoral coordination, access to healthy diets, territorial coverage, and public visibility of existing policies. The analysis also highlights geographic inequalities in policy distribution, with greater concentration of initiatives in urban areas or territories with stronger technical capacity, while certain rural areas and vulnerable populations remain underserved. The main limitations of this study relate to the scarcity of updated and systematised information, due to the fragmentation and limited transparency of official sources. The study offers recommendations aimed at replicating best practices, strengthening technical capacity in less active territories, integrating equity goals into national food policy frameworks, and developing a collaborative platform for food policy monitoring. This work contributes to advancing the analysis of public food policies in Portugal and provides practical insights for designing more coherent and context-responsive strategies.

Key words: Food policies; Sustainable food systems; Food environment; Northern Region of Portugal; Food governance; Short supply chains.

1. Introdução

A crescente complexidade dos sistemas alimentares modernos tem conduzido à necessidade de políticas públicas mais integradas, capazes de responder simultaneamente a desafios de saúde pública, sustentabilidade ambiental, coesão territorial e justiça social (IPES-Food, 2017). Neste contexto, as políticas alimentares assumem um papel estratégico na transformação dos sistemas alimentares, ultrapassando a abordagem tradicional centrada na nutrição ou na segurança alimentar, e incorporando uma visão sistémica e intersectorial.

O estabelecimento de políticas alimentares robustas e sustentáveis no Norte de Portugal é fundamental para uma compreensão abrangente dos ambientes alimentares da região, exigindo um mapeamento e análise detalhados das políticas existentes e do seu impacto nos sistemas alimentares.

Os ambientes alimentares abrangem os contextos físicos, económicos e socioculturais que influenciam as escolhas alimentares e os padrões alimentares das populações e são moldados por uma complexa interação de fatores, incluindo disponibilidade, acessibilidade física e económica, desejabilidade e qualidade dos alimentos (Swinburn et al., 2013).

Compreender estes fatores no contexto da região Norte de Portugal exige uma abordagem diferenciada que considere a paisagem agrícola única da região, as tradições culinárias e as características socioeconómicas, entre outros. Desta forma, as políticas alimentares eficazes devem abordar questões críticas como segurança alimentar, nutrição, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento económico e são essenciais para a criação de sistemas alimentares mais saudáveis e equitativos.

O mapeamento de políticas alimentares no Norte de Portugal envolve a identificação e avaliação da gama de políticas que influenciam a produção, distribuição, venda a retalho e consumo de alimentos. Esta análise inclui políticas relacionadas com a agricultura, comércio, segurança alimentar, rotulagem, educação nutricional e saúde pública. Um exercício de mapeamento completo pode revelar lacunas e inconsistências nas políticas existentes, bem como identificar oportunidades de coerência e sinergia das mesmas. Tal mapeamento fornece uma base para a tomada de decisões e o desenvolvimento de políticas

baseadas em evidências, permitindo que os decisores políticos direcionem as intervenções de forma eficaz e eficiente.

O Índice de Políticas de Ambiente Alimentar Saudável (conhecido internacionalmente como Food-EPI – Healthy Food Environment Policy Index) é uma ferramenta desenvolvida por Swinburn et al. (2013) para avaliar, de forma sistemática, o grau de implementação de políticas públicas que promovem ambientes alimentares saudáveis. Está dividido em dois grandes domínios: políticas (ex. rotulagem, publicidade, fiscalidade) e infraestrutura de apoio (ex. governança, liderança, financiamento), permitindo comparar o desempenho de diferentes países e regiões em relação a boas práticas internacionais.

Os ambientes alimentares saudáveis podem ser promovidos através de parcerias público-privadas, onde o poder local, empresas e organizações da sociedade civil unem esforços para criar soluções inovadoras, como redes de distribuição de alimentos sustentáveis e projetos de compra direta de alimentos a pequenos produtores. As políticas de agricultura urbana e que incentivem o uso de produtos locais são eficazes para aumentar a disponibilidade de alimentos frescos, promover a segurança alimentar e reduzir a pegada de carbono associada ao transporte de alimentos de longas distâncias. Estas políticas têm um impacto positivo nas comunidades locais, criando empregos “verdes” e promovendo a educação alimentar.

A eficácia das políticas relacionadas com a promoção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis nas cidades pode variar bastante dependendo do contexto local, da implementação e da adesão social. É crucial investir numa melhor compreensão dos fatores que influenciam as escolhas e hábitos alimentares da população, como a cultura, a educação, o rendimento e a acessibilidade aos alimentos para conceber intervenções e políticas eficazes que promovam a adoção de hábitos alimentares mais saudáveis e sustentáveis (Pais et al., 2023).

É igualmente necessária uma estreita colaboração entre o governo, o setor privado, a academia e a sociedade civil para garantir que as políticas sejam implementadas de forma coerente e coordenada, promovendo sinergias e evitando duplicações de esforços. É imperativo avaliar se as informações

relevantes relativas às diferentes políticas chegam efetivamente ao cidadão e quais os obstáculos que impedem a sua aplicação (Silva et al., 2022).

Portugal tem procurado responder a esta necessidade e tem seguido as recomendações internacionais através da implementação de um vasto conjunto de medidas destinadas a criar ambientes alimentares saudáveis. Podemos tomar como exemplos o imposto especial sobre o consumo de bebidas açucaradas, a legislação que introduz restrições à publicidade alimentar dirigida a crianças e a regulamentação da oferta alimentar em diferentes espaços públicos (Gregório et al., 2022). Este plano estratégico é fundamental para melhorar a qualidade e acessibilidade de alimentos saudáveis e incentivar escolhas alimentares mais conscientes.

Com este trabalho pretende-se identificar, categorizar e mapear as políticas alimentares governamentais, implementadas ou em desenvolvimento, para estimular a transição para ambientes alimentares mais saudáveis e sustentáveis a nível local e regional e, quando apropriado, enquadrá-las no contexto político nacional e internacional, utilizando indicadores de boas práticas estabelecidos na literatura.

O estudo tem como objetivo relacionar as áreas de abrangência com os diferentes tipos e objetivos das políticas em vigência no período de desenvolvimento do estudo e identificar as possíveis lacunas ou sobreposições numa tentativa de melhor compreender a dimensão política que molda os ambientes alimentares da região Norte de Portugal.

Este estudo destaca-se por oferecer uma abordagem integrada entre as políticas públicas em vigor e os sistemas alimentares locais no Norte de Portugal, com foco especial nas cadeias curtas de abastecimento. A inovação reside na tentativa de mapear, de forma articulada, as áreas de intervenção política, os objetivos associados e os seus impactos nos ambientes alimentares regionais.

Além disso, o trabalho propõe uma leitura crítica das eventuais lacunas ou sobreposições nas políticas existentes, algo ainda pouco explorado no contexto português. Esta análise permite avançar no conhecimento sobre a governança alimentar territorial e oferece contributos práticos para a formulação de políticas

mais coerentes e eficazes na promoção da sustentabilidade e da resiliência alimentar local.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: na seção 2, apresenta-se o referencial teórico; na seção 3, descreve-se a metodologia utilizada; na seção 4, detalha-se o caso estudado; na seção 5, discutem-se os resultados; e na seção 6, são apresentadas as conclusões, limitações do estudo, sugestões para pesquisas futuras e recomendações de políticas públicas.

2. Contextualização

2.1. *Políticas alimentares no contexto europeu*

Na União Europeia, a estratégia “Do Prado ao Prato” (Farm to Fork), lançada em 2020 no âmbito do Pacto Ecológico Europeu, constitui o quadro político central para a transição para sistemas alimentares mais sustentáveis. A estratégia propõe intervenções ao longo de toda a cadeia de valor alimentar, com metas ambiciosas relacionadas com a redução do uso de pesticidas, o aumento da produção biológica, o combate ao desperdício alimentar e a promoção de dietas saudáveis e acessíveis (European Commission, 2020). Paralelamente, a Política Agrícola Comum (PAC), tradicionalmente orientada para a produtividade agrícola, tem sido progressivamente reformulada para incorporar objetivos ambientais e sociais, incentivando práticas agroecológicas e promovendo circuitos curtos de abastecimento (Schmid et al., 2022). A nível local, muitas cidades europeias têm vindo a adotar estratégias alimentares urbanas, frequentemente alinhadas com o Pacto de Milão sobre Política Alimentar Urbana – uma iniciativa internacional que promove sistemas alimentares inclusivos, resilientes e sustentáveis nas cidades (FAO, 2018).

2.2. *Políticas alimentares em Portugal*

Em Portugal, as políticas alimentares têm sido desenvolvidas de forma fragmentada, sob a alçada de diferentes ministérios e organismos. O Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS), coordenado pela Direção-Geral da Saúde, constitui uma das principais referências nacionais, orientando ações nas áreas da educação alimentar, reformulação de produtos e criação de ambientes alimentares promotores da saúde (DGS, 2017). Outros instrumentos relevantes incluem o Plano Nacional de Saúde (PNS), que estabelece metas de longo prazo para a saúde pública, e o Plano de Ação para a Economia Circular, que aborda o combate ao desperdício alimentar como eixo estratégico (APA, 2020). Ainda assim, Portugal carece de uma estratégia alimentar nacional integrada, que articule os diversos setores envolvidos na produção, distribuição e consumo de alimentos. Apesar disso, têm emergido múltiplas iniciativas locais e regionais de política alimentar, nomeadamente através de municípios e entidades intermunicipais. Estas incluem projetos de

hortas urbanas, mercados de produtores locais, estratégias para a restauração coletiva sustentável e programas de combate à insegurança alimentar. Algumas cidades portuguesas, como Lisboa, Almada e Braga, aderiram ao Pacto de Milão e começaram a desenvolver estratégias alimentares locais, frequentemente com envolvimento da sociedade civil e do setor académico (Calado et al., 2025).

A aplicação do Food-EPI em Portugal, tem contribuído para uma leitura sistemática das políticas nacionais de promoção da alimentação saudável. Resultados recentes indicam avanços significativos em áreas como a rotulagem nutricional e a regulação da oferta alimentar nas escolas. No entanto, persistem fragilidades ao nível da regulação da publicidade dirigida a crianças e da ausência de políticas fiscais eficazes sobre alimentos não saudáveis. A utilização desta ferramenta no contexto regional, nomeadamente no Norte de Portugal, poderá contribuir para uma compreensão mais granular dos ambientes alimentares e apoiar o desenho de estratégias integradas e territorialmente ajustadas (Gregório et al, 2021).

2.3. Importância da participação comunitária na análise dos sistemas alimentares

Pineda et al. (2024) conduziram uma revisão sistemática e meta-análise para investigar a relação entre o ambiente alimentar e a obesidade. O estudo avalia como diferentes componentes do ambiente alimentar — incluindo disponibilidade e acessibilidade de alimentos saudáveis e não saudáveis, publicidade, preços e políticas locais — influenciam o risco de obesidade em diversas populações. Os resultados indicam uma associação significativa entre ambientes alimentares obesogénicos, caracterizados por alta disponibilidade de alimentos ultraprocessados e baixa oferta de opções nutritivas, e o aumento da prevalência de obesidade. A meta-análise reforça a necessidade de intervenções integradas que modifiquem o ambiente alimentar para prevenir a obesidade, destacando o papel crucial de políticas públicas focadas na regulação da oferta alimentar e na promoção de escolhas mais saudáveis.

Carducci et al. (2025) apresentam uma revisão sistemática das intervenções, políticas e programas implementados no Canadá para promover ambientes alimentares saudáveis nas escolas e melhorar a nutrição dos estudantes. O estudo analisa a eficácia de diversas estratégias, incluindo regulamentações

sobre oferta alimentar, educação nutricional, envolvimento da comunidade escolar e políticas governamentais. Os resultados indicam que políticas integradas que combinam restrições à venda de alimentos não saudáveis com iniciativas educativas e suporte institucional tendem a produzir melhorias significativas nos hábitos alimentares dos alunos. No entanto, os autores destacam desafios na implementação consistente dessas políticas em diferentes províncias e a necessidade de abordagens mais inclusivas que considerem as diversidades culturais e socioeconómicas das populações escolares. Esta revisão contribui para a compreensão das melhores práticas para a criação de ambientes escolares que promovam a saúde e o bem-estar das crianças e jovens no contexto canadiano.

Lang, Barling e Caraher (2009) exploram a interseção entre saúde, ambiente e sociedade no contexto das políticas alimentares, destacando a necessidade de uma abordagem integrada para enfrentar os desafios complexos do sistema alimentar contemporâneo. O livro discute como as políticas alimentares podem influenciar a saúde pública, a sustentabilidade ambiental e a justiça social, abordando temas como segurança alimentar, sustentabilidade dos recursos, desigualdades sociais e as cadeias de abastecimento. Os autores defendem a formulação de políticas que considerem simultaneamente esses múltiplos fatores, promovendo sistemas alimentares que sejam saudáveis, equitativos e ambientalmente sustentáveis. A obra oferece uma análise crítica das políticas atuais e propõe direções para a inovação e coordenação intersectorial na governação alimentar.

2.4. Desafios e tendências emergentes

2.4.1. Governança e intersectorialidade

Entre os principais desafios da política alimentar em Portugal, destacam-se a falta de articulação entre setores (saúde, agricultura, ambiente, educação), a ausência de uma estrutura de governança alimentar multinível, e a persistência de desigualdades no acesso a alimentos saudáveis, especialmente em zonas urbanas desfavorecidas ou territórios rurais em despovoamento (Almeida, 2018). Nesse contexto, as políticas alimentares locais surgem como uma resposta

promissora, com capacidade de adaptação às especificidades territoriais e de promoção de soluções participativas e intersectoriais. A crescente valorização da alimentação como bem comum e a aproximação entre produtores e consumidores constituem alicerces importantes para a construção de ambientes alimentares mais sustentáveis e saudáveis.

O sistema alimentar português encontra-se em transição rumo à sustentabilidade, exigindo uma análise crítica das políticas públicas que possam facilitar esta transformação (Ferreiro et al., 2020). Esta transição é impulsionada por um interesse global crescente em transformar os sistemas alimentares de modo a alcançar diversos objetivos de desenvolvimento, incluindo saúde, inclusão, segurança, sustentabilidade, eficiência e resiliência (Leeuwis et al., 2021). À medida que o mundo enfrenta desafios interligados, como as alterações climáticas, disrupções comerciais e a degradação ambiental, torna-se cada vez mais premente a necessidade de políticas alimentares eficazes (Rosegrant et al., 2024). As políticas públicas, tanto a nível europeu como nacional, desempenham um papel crucial na orientação do sistema alimentar para uma maior sustentabilidade (Ferreiro et al., 2020). Estas políticas podem abordar aspetos críticos do sistema alimentar, desde a produção e transformação até ao consumo e gestão de resíduos, promovendo assim uma abordagem mais holística e integrada à governação alimentar.

As políticas, estratégias e iniciativas da União Europeia influenciam significativamente as políticas alimentares em Portugal, evidenciando a importância de analisar estes quadros europeus mais amplos (Ferreiro et al., 2020). O Pacto Ecológico Europeu, a Política Agrícola Comum e a estratégia “Do Prado ao Prato” representam uma abordagem abrangente à transformação do sistema alimentar a nível europeu (Ferreiro et al., 2020). A estratégia “Do Prado ao Prato”, concebida para construir um sistema alimentar justo, saudável e ambientalmente sustentável, está no centro do Pacto Ecológico Europeu e constitui um instrumento-chave para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Arabska, 2021). As políticas alimentares têm um impacto significativo na disponibilidade de alimentos, através da regulação das importações e exportações, bem como do desenvolvimento de infraestruturas que influenciam o comércio (Azomahou et al., 2022). A convergência entre

políticas europeias e estratégias nacionais é essencial para alcançar uma transição sustentável do sistema alimentar em Portugal, reforçando a necessidade de coerência e integração política entre os diferentes níveis de governação (Ferreiro et al., 2020). Acresce que a integração do Pacto Ecológico Europeu nas políticas nacionais requer uma consideração atenta dos contextos regionais e locais, de modo a garantir uma implementação eficaz e maximizar os impactos positivos.

2.4.2. Insegurança alimentar e desigualdades

A Política Agrícola Comum da União Europeia moldou de forma significativa as práticas agrícolas e a gestão do território na Europa desde a sua criação, em 1962 (Branzova, 2021; Klimke et al., 2024). Historicamente, as políticas alimentares em Portugal centravam-se essencialmente em assegurar o aprovisionamento alimentar e promover a saúde da população. O compromisso da UE com o aumento da sustentabilidade agrícola reflete-se em políticas que promovem a agricultura biológica, a redução do uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos e o incentivo à rotação de culturas, fertilidade dos solos e biodiversidade (Iocola et al., 2021). A implementação da estratégia “Do Prado ao Prato” implica enfrentar desafios complexos relacionados com a produção, distribuição e consumo de alimentos, exigindo abordagens inovadoras e esforços colaborativos entre múltiplos intervenientes. O aumento do número de consumidores preocupados com a origem e os métodos de produção dos alimentos evidencia a importância crescente dos sistemas alimentares locais e a necessidade de políticas que apoiem a produção e o consumo de proximidade.

Desde o final da década de 1970, Portugal tem vindo a desenvolver ativamente políticas nacionais de alimentação e nutrição, impulsionado pelo trabalho de organizações internacionais e da União Europeia (Galli et al., 2020). Tal resultou na criação de um Conselho Nacional de Alimentação na década de 1980, num foco na literacia alimentar nas escolas na década de 1990 e numa ênfase no combate à obesidade nos anos mais recentes (Galli et al., 2020). A mudança global rumo à sustentabilidade, orientada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tem influenciado as políticas de desenvolvimento a nível mundial, promovendo a articulação entre metas setoriais de crescimento e princípios de

sustentabilidade (Pathak, 2023). À medida que Portugal avança na definição das suas políticas alimentares, a monitorização e avaliação contínuas são essenciais para identificar lacunas, acompanhar progressos e adaptar estratégias a novos desafios. As alterações políticas e as iniciativas relativas à produção e aos padrões de consumo alimentar devem ser avaliadas quanto ao seu impacto na equidade social, viabilidade económica e sustentabilidade ambiental, de forma a garantir a sua conformidade com os princípios do desenvolvimento sustentável.

2.4.3. Sustentabilidade e cadeias curtas

A crescente procura por agricultura biológica na Europa reflete uma maior consciencialização e preferência dos consumidores por métodos de produção alimentar sustentáveis (Al, 2020). A transformação dos sistemas alimentares exige que se enfrentem desequilíbrios e dinâmicas de poder ao longo da cadeia alimentar, desde os produtores até aos consumidores, para garantir o acesso equitativo a opções alimentares saudáveis e sustentáveis. Em Portugal, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) desempenha um papel crucial na aplicação da regulamentação alimentar e na garantia da segurança alimentar e integridade económica. A pandemia da COVID-19 evidenciou as vulnerabilidades das cadeias globais de abastecimento alimentar, conduzindo a um renovado foco na construção de sistemas alimentares mais resilientes e localizados (Oliveira et al., 2025).

Os governos devem dispor do conhecimento, capacidade e vontade para agir, bem como das estruturas de governação e parcerias necessárias para transformar a evidência em ação. Ferramentas de coordenação e governação, estratégias de sensibilização social e comportamento do consumidor, incentivos e regulamentações sobre a atividade produtiva podem promover padrões alimentares alternativos e reforçar a governação alimentar sustentável (Galli et al., 2020). A implementação e aplicação eficaz da regulamentação alimentar são essenciais para garantir práticas justas, proteger os consumidores e salvaguardar a integridade do abastecimento alimentar. Para enfrentar este desafio, muitos governos procuraram estimular a produção e distribuição do maior volume possível de alimentos de baixo custo, em particular produtos ricos em amido e os seus derivados processados com elevada durabilidade

(Mozaffarian et al., 2018). As políticas devem ser concebidas para apoiar práticas agrícolas sustentáveis, promover dietas mais saudáveis, reduzir o desperdício alimentar e enfrentar problemas de insegurança alimentar e subnutrição (Barel-Shaked & Buda, 2024; Voglhuber-Slavinsky et al., 2022). A hibridez nas cadeias, o grau de diferenciação consoante o contexto nacional/local e as fronteiras difusas entre o global e o local ilustram algumas das dificuldades enfrentadas pelos decisores políticos que operam em realidades tão diversas (Smith et al., 2016).

3. Metodologia

3.1. *Mapeamento das Políticas*

O processo de mapeamento integrou um conjunto diversificado de instrumentos políticos — incluindo legislação, estratégias, planos de ação e mecanismos de financiamento — distribuídos por vários domínios relevantes, como os ambientes alimentares, as cadeias de abastecimento, as políticas sociais e as infraestruturas de suporte à formulação e execução de políticas públicas. Foram consideradas tanto medidas em fase inicial como outras já plenamente implementadas, abrangendo todas as etapas do ciclo político: da definição da agenda à avaliação e monitorização.

Para compreender o contexto territorial, recorreu-se à análise documental de fontes institucionais. Esta incluiu documentos emitidos por entidades regionais e locais, diretrizes operacionais, legislação setorial, estratégias formais e apoios a projetos. Complementarmente, foram examinados relatórios produzidos por governos locais, associações intermunicipais e organizações da sociedade civil. Toda a informação foi obtida através de portais oficiais e repositórios digitais públicos.

No total, analisaram-se 84 documentos, distribuídos por várias categorias: 10 leis e regulamentos, 33 programas e planos de ação, 19 estratégias nacionais e regionais, 14 iniciativas locais e 8 relatórios de avaliação. A seleção e categorização dos conteúdos teve por base a sua pertinência para os domínios e indicadores definidos no Food-EPI e pelo Índice de Políticas de Sistemas Alimentares.

A recolha de dados decorreu em múltiplas plataformas institucionais — como as da Direção-Geral da Saúde, CCDR-N, autarquias, CIMs e bases legislativas nacionais — sendo sempre que possível triangulada para assegurar consistência. Anexo I apresenta uma síntese do mapeamento com as fontes primárias incluídas no estudo.

A identificação de políticas relevantes teve como principal critério a intervenção direta de entidades locais ou regionais na sua conceção ou execução. Cada uma foi classificada segundo o domínio de atuação predominante e descrita com base nas suas principais características e objetivos.

3.1.1. Domínios e subdomínios das políticas

Para a categorização das políticas, foram escolhidos diferentes indicadores para representar todo o sistema alimentar (ver tabela 1). Para abordar os domínios relacionados com a cadeia de abastecimento alimentar e os ambientes alimentares, baseou-se o mapeamento no índice de políticas de sistemas alimentares proposto por (Burgaz et al., 2024). Para os domínios relacionados com o apoio de infraestruturas para o desenvolvimento e implementação de políticas, os domínios e indicadores foram adaptados do Índice de Políticas para o Ambiente Alimentar Saudável (Food-EPI) (Swinburn et al, 2013). Tanto o índice de políticas de sistemas alimentares, como o Food-EPI foram desenvolvidos para governos em diferentes níveis de jurisdição. Para este estudo, apenas as políticas relevantes para as jurisdições locais e regionais, tal como recolhidas através do inquérito exploratório FEAST¹, foram retidas. As políticas claramente relevantes apenas a nível europeu e/ou nacional (tais como objetivos de reformulação alimentar, rotulagem na frente da embalagem, etc.) foram removidas para o mapeamento. Uma vez que as inovações podem ocorrer a nível local, mantivemos a recolha de dados também aberta para abranger ações de apoio a políticas e infraestruturas a nível local que não se enquadrassem nesta lista predefinida.

Adicionalmente, alguns indicadores relacionados com as políticas sociais foram adicionados para abordar o aspeto sociocultural do sistema alimentar que não foi coberto pelos dois índices de políticas mencionados acima.

Foi criado um modelo para orientar o mapeamento das políticas nas diferentes jurisdições locais (Anexo 1). Este modelo foi adaptado do anteriormente utilizado no mapeamento de políticas do Índice de Políticas de Sistemas Alimentares (Burgaz et al., 2024).

¹ FEAST (Food systems that support transitions to hEalthy And Sustainable dieTs) é um projeto europeu liderado pela Universidade de Heidelberg, que visa promover a transição para sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis, com foco em cantinas escolares e práticas alimentares locais. Grant agreement ID: 101060536

Tabela 1. Referenciais e indicadores utilizados para categorizar o mapeamento de políticas, tal como foram estabelecidos pelo Consortium FEAST.

Domínios	Referencial utilizado	Subdomínios
Cadeia de abastecimento alimentar	Indicadores de sistemas de políticas alimentares (Burgaz et al., 2024)	1. Produção de alimentos 2. Logística de alimentos 3. Perda e desperdício de alimentos 4. Comércio e investimento em alimentos 5. Promoção de alimentos
Ambiente alimentar	Indicadores Food-EPI	6. Oferta de alimentos 7. Retalho de alimentos 8. Preços dos alimentos
Políticas sociais	—	9. Diversidade e igualdade de oportunidades 10. Comunidades locais 11. Liderança
Infraestrutura	Indicadores Food-EPI	12. Governança 13. Monitorização 14. Financiamento e recursos 15. Plataforma para interação 16. Saúde em todas as políticas

3.2. Categorização do tipo de políticas

As políticas foram classificadas usando as categorias indicadas na Tabela 2 com base no papel que o governo local tem no desenvolvimento e/ou implementação de políticas.

Tabela 2. Classificação do tipo de políticas mapeadas, tal como foi estabelecida pelo Consortium FEAST

Tipo de política	Definição	Exemplos
1. Regulação	Estruturas formais, legalmente vinculativas, ou leis que determinam comportamentos, regras e padrões específicos. São obrigatórias e aplicáveis por autoridades legais ou governamentais.	Leis, diretivas, portarias ou regras formais
2. Estratégia	Objetivos amplos e de longo prazo, metas e planos estabelecidos em diferentes níveis de governança (local, regional ou nacional). Apresentam uma visão delineada para alcançar resultados sociais ou políticos específicos ao longo do tempo e fornecem um quadro para ação. Essas estratégias podem ser abrangentes (multissetoriais) ou focadas numa área temática específica.	Estratégia Regional de Alimentação

Tipo de política	Definição	Exemplos
3. Conscientização	Atividades voltadas para aumentar o conhecimento e a compreensão de tópicos, questões ou comportamentos específicos dentro dos sistemas alimentares pela população em geral. Essas iniciativas focam-se em informar e educar indivíduos ou grupos para promover a conscientização, ampliar a compreensão e desenvolver habilidades necessárias para alcançar metas políticas. Podem incluir educação formal, programas de extensão e campanhas públicas.	Campanhas de saúde pública sobre a importância da reciclagem
4. Apoio financeiro	Instrumentos financeiros ou incentivos monetários destinados a apoiar o desenvolvimento e/ou a implementação de políticas, projetos ou iniciativas. Podem incluir subsídios, bolsas, empréstimos ou chamadas de financiamento que oferecem recursos financeiros a partes interessadas para incentivar ou apoiar ações alinhadas aos objetivos das políticas.	Iniciativas financiadas pelo governo local
5. Apoio não financeiro	Políticas ou medidas que oferecem assistência prática e contínua a indivíduos ou organizações para ajudá-los a desenvolver, implementar e alcançar objetivos políticos. Inclui serviços de consultoria, mentorias, assistência técnica e facilitação de acesso a recursos que viabilizam a aplicação para operações mais bem-sucedida das políticas. O apoio é mais direto e focado em superar desafios ou barreiras no processo de implementação de práticas e conhecimentos.	Mentoria para práticas agrícolas sustentáveis, Assistência técnica para empresas em transição ecológicas

4. Estudo de Caso

4.1. *Motivos para a escolha da realização do estudo na região Norte de Portugal e caracterização a mesma*

A região Norte de Portugal apresenta-se como um território particularmente estratégico para este estudo. Por um lado, agrega múltiplas realidades territoriais — áreas metropolitanas densas, pequenos centros urbanos e amplas zonas rurais de baixa densidade, o que permite observar contrastes significativos na adoção e no impacto das políticas alimentares (DGS, 2017; APA, 2020). Por outro lado, os municípios nortenhos têm vindo progressivamente a aderir a plataformas internacionais como o Pacto de Milão, bem como a promover programas locais de hortas urbanas, mercados de produtores e cantinas sustentáveis, refletindo um crescente compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2 e 12) e com a Agenda 2030 (European Commission, 2020).

Os recursos naturais e paisagem característica do Norte de Portugal (NUTS II) são determinantes para o desenvolvimento dos ambientes alimentares da região, assim:

- **Herança agrícola rica:** A região tem um longo histórico de atividades humanas relacionadas com a agricultura, silvicultura e pastorícia (Globally Important Agricultural Heritage Systems, 2018). As práticas agrícolas tradicionais persistem, especialmente no interior. A região do Barroso, em particular, é conhecida pela produção animal e pelas plantações típicas das regiões montanhosas como a batata e o centeio. (Globally Important Agricultural Heritage Systems, 2018).
- **Paisagem diversificada:** A diversidade ambiental da região, incluindo as planícies costeiras, áreas montanhosas e vales dos rios, contribui para a sua identidade regional única (CCDR-N, 2021) (Marques et al., 2015) (Nogueira et al., 2023).
- **Sistemas Silvipastorais:** estes sistemas, que integram florestas e áreas de pastagens, moldaram as áreas naturais dos territórios montanhosos ao

longo dos tempos (Torres-Manso et al., 2017). Estas práticas são vitais para a preservação dos habitats prioritários (Torres-Manso et al., 2017).

- **Produção vitivinícola:** com o estabelecimento da primeira região vitivinícola demarcada ao nível mundial, em 1756, no vale do Douro evidencia a importância histórica da região na produção de vinho (Rebelo, Caldas & Guedes, 2015). Existem igualmente iniciativas locais para a promoção de turismo sustentável, a valorização dos produtos regionais como o vinho, azeite e fruta (Jezierska-Thöle et al., 2025) (Joukes, 2021)
- **Sistemas alimentares locais:** existe um crescente interesse pelas cadeias curtas de abastecimento que interligam produtores e consumidores, estimulando a economia local.
- **Turismo e gastronomia:** a gastronomia é um produto estratégico para o turismo da região (Dieguez & Ferreira, 2020). A gastronomia tradicional tem um importante valor cultural que poderá contribuir para a sustentabilidade do turismo e preservação da herança (Silva et al., 2025).
- **Produtos locais de qualidade:** os produtos locais de qualidade conferem autenticidade e podem assegurar novos padrões de qualidade na criação de marcas reconhecidas (Cunha et al., 2019).

4.2. *Caracterização sócio económica*

A Região Norte de Portugal constitui a área territorial mais populosa do país, reunindo cerca de 3,7 milhões de habitantes distribuídos por uma área aproximada de 21 278 km², o que resulta numa densidade demográfica de cerca de 170 habitantes por km². Regista-se um envelhecimento demográfico progressivo, evidenciado por um índice de envelhecimento superior à média nacional e uma taxa de natalidade em decréscimo, em linha com a tendência verificada a nível nacional. A urbanização é significativa, concentrando mais de 60% da população em aglomerados urbanos, com forte predominância da Área Metropolitana do Porto.

Do ponto de vista económico, o Norte apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) total de aproximadamente 78,66 mil milhões de euros (dados de 2023),

correspondendo a 29,4% do PIB nacional, com um PIB per capita de 21 509 euros — cerca de 85,1% da média nacional. Destaca-se o crescimento robusto do PIB per capita na última década (+33%), o mais elevado entre as regiões do país. A estrutura económica é marcada pela preponderância da indústria transformadora, com destaque para os setores têxtil, calçado e maquinaria, acompanhada de serviços e turismo em expansão. O Porto de Leixões assume relevância como principal porto de mercadorias da Península Ibérica, enquanto o Aeroporto Francisco Sá Carneiro se consolida como um dos mais movimentados do norte ibérico, servindo mais de seis milhões de passageiros anualmente.

No âmbito do mercado de trabalho, a Região Norte foi responsável por cerca de metade do emprego criado em Portugal no primeiro trimestre de 2024, evidenciando uma taxa de desemprego de 6,8% no início do ano, posteriormente reduzida para 6,3% no segundo trimestre, situando-se ligeiramente acima da média nacional. Observa-se um dinamismo acentuado nos setores da informação e comunicação, consultoria técnica e imobiliário, bem como um crescimento expressivo na agricultura, pesca e floresta.

O rendimento per capita mantém-se marginalmente abaixo da média nacional, refletindo a diferença observada no PIB per capita, embora os salários reais apresentem tendência de crescimento sustentado (+1,9% no primeiro trimestre de 2024).

Em matéria de educação e inovação, a região destaca-se pelo elevado nível de escolarização, com taxas de conclusão do ensino secundário e superior superiores à média, especialmente nas áreas metropolitanas de Porto e Braga. Regista-se igualmente um desenvolvimento crescente de polos tecnológicos e atividades de investigação, alicerçados em instituições de referência como a Universidade do Porto.

Relativamente à infraestrutura e qualidade de vida, a região beneficia de uma rede rodoviária estruturada (A1, A3, A4, A28, A41, entre outras), de uma cobertura abrangente de serviços de saúde (hospitais públicos e centros de saúde) e de um mercado habitacional que, embora dinâmico, enfrenta pressões consideráveis nas áreas litorais urbanas.

Por fim, o turismo apresenta trajetória de crescimento contínuo, com um aumento significativo de dormidas e de visitantes internacionais no primeiro trimestre de 2024. O setor exportador revela-se igualmente robusto, concentrando cerca de 45% das empresas exportadoras do país. No entanto, persistem desafios ambientais, relacionados com a poluição urbana, gestão de resíduos e necessidade de expansão de zonas verdes periféricas aos principais centros urbanos.

4.3. Padrão alimentar característico da região Norte

O Padrão Alimentar Atlântico (PAA) é tradicional das regiões do noroeste da Península Ibérica, especialmente Galiza (Espanha) e Norte de Portugal e está relacionado com as particularidades a nível geográfico, climático e cultural. Ganhou definição formal a partir dos anos 2000, com iniciativas de instituições como o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Universidade de Santiago de Compostela e Fundação Espanhola de Nutrição tendo, entretanto, sido estabelecida a Pirâmide da Alimentação Atlântica, que destaca os seus principais componentes.

Embora menos estudado do que o Padrão Alimentar Mediterrânico — reconhecido como uma das referências mais saudáveis e sustentáveis —, já existe evidência científica consistente sobre os benefícios do Padrão Alimentar Atlântico. Estudos indicam a associação desse padrão com um perfil cardiovascular mais favorável, menor ocorrência de enfarte agudo do miocárdio (EAM) não fatal, além da redução da pressão arterial sistólica, níveis de triglicerídeos, insulina, proteína C-reativa e, de forma geral, um perfil cardiometabólico mais saudável em adultos e adolescentes (González-Muniesa et al., 2021). O estudo GALIAT, conduzido em 2015, reforça esses achados ao relatar melhorias significativas nos biomarcadores inflamatórios, no perfil lipídico, no metabolismo da glicose e na composição corporal após a intervenção nutricional baseada neste padrão alimentar (Dardou et al., 2018). Em comparação com o Padrão Mediterrânico, verifica-se que tem como pontos comuns: o uso de azeite; o consumo de frutas, vegetais, cereais integrais e leguminosas; a simplicidade das técnicas de culinária e a valorização de refeições em grupo. Por outro lado, as principais diferenças encontradas são: a

maior ingestão de proteínas animais, especialmente carne de porco; consumo superior de produtos lácteos; menor protagonismo da fruta e frutos secos como fontes principais de nutrientes e o facto de o azeite não ser a principal fonte de gordura total.

5. Análise e Discussão de Resultados

5.1. *Da informação à Prática: (Des)conexões nas Políticas Alimentares*

Aspetos principais do *Mapeamento de Políticas Locais e Regionais na Região Norte de Portugal*, estruturada por subdomínios (Sd) de intervenção e tipologia de políticas:

Sd.1. Produção Alimentar

Abrange políticas de apoio à produção sustentável e justa:

Agricultura Sustentável e Digital – Plano de Investimentos Conjunto da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal (PIC 2021–2027), visa promover soluções sustentáveis e digitalizadas, com base na atualização da RIS3.

Bolsa de Terras – Programa nacional para disponibilização e reutilização de terras não utilizadas (Lei n.º 62/2012).

Mercado Urban Farmers (AMP) – Apoia o escoamento da produção local e contacto direto produtor-consumidor, promovendo dietas saudáveis e combate ao desperdício.

Estatuto da Agricultura Familiar – Promove medidas diferenciadas para agricultores familiares, com enfoque local.

Apoio à Juventude e Igualdade:

- Agrosocial (INTERREG POCTEP) – Criação de emprego na cadeia agroalimentar em meio rural.
- JER – Jovem Empresário Rural – Promoção do empreendedorismo jovem no espaço rural.

Adaptação Climática – Projetos como Rural Transition Labs e NBRACER visam aumentar a resiliência rural às alterações climáticas, promovendo soluções baseadas na natureza (NBS).

Sd.2. Logística e Abastecimento

Foco na reorganização de cadeias curtas e nichos sustentáveis:

Agrupamentos de Produtores Multiprodutos – Fomentam economias locais e sustentáveis com reconhecimento institucional.

Projetos como Agrogaia e Net4Food – Suporte a start-ups e PME's com foco em agroecologia, mercados locais e alimentação segura e saudável.

Sd.3. Perdas e Desperdício Alimentar

Projeto CIBUS (Interreg Europe) – Plataformas para articulação público-privada visando a redução do desperdício alimentar.

Certificação Coração Verde (LIPOR) – Iniciativa regional para práticas ambientais sustentáveis nas áreas de resíduos e ecossistemas.

Sd.4. Comércio e Investimento Alimentar

Ações indiretas listadas no domínio logístico e de abastecimento promovem também circuitos curtos e comércio de proximidade.

Sd.5. Promoção Alimentar

Mostras Gastronómicas (ex. Castelo do Neiva, Ribeira de Viana do Castelo) – Valorizam a gastronomia local e fomentam o empreendedorismo e a inovação social.

Ausência de regulação direta identificada sobre marketing de alimentos menos saudáveis.

Sd.6. Provisão de Alimentos

PromoLocal – Plataforma que aproxima consumidores de produtores locais, promovendo hábitos sustentáveis.

Fruta Feia – Mercado alternativo que combate o desperdício de alimentos “não estéticos”.

Sd.7. a 9. Venda a Retalho, Preço dos Alimentos, Diversidade

Não são identificadas leis de zoneamento ou políticas de destaque direto a nível local/retalhista.

A acessibilidade a dietas saudáveis surge integrada nas políticas sociais, mas não detalhada.

Questões de igualdade e diversidade não têm políticas locais específicas listadas.

Sd.10. Envolvimento Comunitário

Diversos projetos sob o PNAES (Plano Nacional de Alimentação Equilibrada e Sustentável) com enfoque territorial:

- Ex.: “AlimentAÇÃO no Alto Minho”, “Promoção da Alimentação Sustentável nas Terras de Trás-os-Montes”, “CÁVADO COM SABOR”.
- Objetivos comuns: promoção da dieta mediterrânica, literacia alimentar, combate ao desperdício, valorização de produtos locais.

Sd.11. Liderança e Estratégia Governamental

EIPAS – Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável:

- Alvo nacional, com 51 medidas em 4 eixos: informação, literacia, inovação e coordenação institucional.
- Ex: Medidas específicas para grávidas, crianças nos primeiros 1000 dias, literacia alimentar, formação de profissionais de saúde.

Programa Bairros Saudáveis – Abordagem multisetorial para comunidades vulneráveis, recentemente descontinuado.

Sd.12. Governança e Informação Pública

Incentivo à disponibilização pública de dados e documentos-chave e à criação de plataformas de monitorização das iniciativas alimentares.

Sd.13. Monitorização e Avaliação

PNPAS – Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável:

- Avalia impactos na saúde pública, desigualdades e determinantes sociais.
- Monitoriza rotulagem e disponibilização de alimentos saudáveis.

Sd.14. Atribuição de Fundos e Recursos

TEIPAS e PNPAS contam com financiamento governamental e gestão interministerial para garantir sustentabilidade e continuidade da política alimentar saudável.

Sd.15. Plataformas de Interação

A EIPAS promove coordenação entre departamentos e níveis de governo, assim como mecanismos formais de diálogo com a sociedade civil e setor privado, embora em muitos casos estas plataformas ainda estejam em desenvolvimento ou por operacionalizar.

Assim, o mapeamento revela uma diversidade significativa de iniciativas locais, regionais e nacionais que abordam as diferentes dimensões dos ambientes alimentares saudáveis e sustentáveis. Contudo, persistem lacunas em áreas como o marketing alimentar, acessibilidade a dietas saudáveis e legislação retalhista, além de desafios quanto à coordenação, atualização de dados e visibilidade pública das políticas existentes.

Identificaram-se lacunas sobretudo ao nível dos apoios técnico-científicos, na facilitação do acesso dos agricultores/produtores aos mercados urbanos/periurbanos, na implementação e monitorização das políticas, na gestão de território, nos incentivos comerciais direcionados às cadeias curtas de abastecimento (CCA) e na acessibilidade a dietas mais sustentáveis e saudáveis;

As políticas e programas incidem sobretudo na atribuição de fundos/financiamentos e com foco na produção e formação/educação (direcionadas para faixas etárias, grupos profissionais e grupos vulneráveis específicos);

Identificaram-se várias iniciativas vocacionadas para o fornecimento/redistribuição de alimentos com o objetivo de diminuir o desperdício alimentar e facilitar a acessibilidade a alimentos com preço mais reduzido;

Identificaram-se vários projetos, programas e iniciativas com o objetivo de diminuir desigualdades.

Embora projetos como *Fruta Feia*, *Mercado Urban Farmers*, *CIBUS*, e estratégias como *EIPAS* sejam reconhecidos como boas práticas, falta um modelo sistematizado de articulação e escalabilidade entre diferentes níveis administrativos (nacional, regional e local). Muitas vezes, as iniciativas surgem de forma pontual, dificultando o alinhamento estratégico e intersectorial.

Nesta análise identificaram-se um conjunto de boas práticas que se passam a destacar:

1. Fruta Feia – Economia circular, combate ao desperdício e educação do consumidor.
2. Net4Food – Inovação no setor agroalimentar transfronteiriço, colaboração em rede.
3. Mercado Urban Farmers – Comercialização local direta, apoio a pequenos produtores.
4. Estatuto da Agricultura Familiar – Política com reconhecimento legal, incentivos específicos.
5. EIPAS (Estratégia Integrada de Promoção da Alimentação Saudável) – Abordagem multisectorial e integrada, com ações estruturais e educativas.
6. CIBUS – Alinhamento com ODS, abordagem interinstitucional.
7. CÁVADO COM...SABOR – Integração entre produção local, educação e alimentação saudável.

5.2. *Análises Temáticas*

Estas análises têm como objetivo explorar o conteúdo das políticas agrupadas por temas principais. A tabela 3 mostra as políticas que foram identificadas no mapeamento por subdomínio.

Tabela 3 - Matriz das políticas identificadas por subdomínio

Subdomínio	Políticas/Projetos	Escala	Exemplos de Ação	Boas Práticas
1. Produção	S3 NORTE 2027, Estatuto da Agricultura Familiar, PEPAC, Bolsa Nacional de Terras, Mercado Urban Farmers	Nacional, Regional, Local	Incentivos à agricultura sustentável, apoio a jovens e mulheres, uso eficiente da terra	Estatuto da Agricultura Familiar: reconhece as especificidades e cria incentivos focados; Mercado Urban Farmers: conecta produtores com consumidores em zonas urbanas
2. Logística	Agrogaia, Net4Food, Agrupamentos de Produtores Multiprodutos	Local, Regional	Apoio a PMEs, circuitos curtos, redes de excelência no setor agroalimentar	Net4Food: rede de inovação transfronteiriça com PME, inovação e sustentabilidade
3. Perdas e Desperdício	CIBUS, Certificação “Coração Verde”, EIPAS – Medidas 19 e 3	Regional, Nacional	Plataformas para reduzir perdas, educação ambiental, legislação de rotulagem e marketing	CIBUS: projeto com metas dos ODS, governança multiator; LIPOR: modelo de certificação replicável
4. Comércio e Investimento	Incentivos a cadeias curtas (PromoLocal), Fruta Feia	Local, Nacional	Valorização de produtos locais, combate a estigmas de aparência	Fruta Feia: modelo de economia circular com alto impacto em desperdício e consumo
5. Promoção Alimentar	EIPAS (Medidas 17, 3, 4), Mostras Gastronómicas	Nacional, Local	Limitação de marketing nocivo, eventos com foco em produtos locais	EIPAS: estratégia robusta e interministerial; Mostras: boa prática de valorização territorial
6. Provisão de Alimentos	EIPAS (Medidas 8, 9, 11), PromoLocal, GrowGreen, AMP – Identidade Alimentar	Nacional, Local	Alimentação escolar saudável, promoção de dietas sustentáveis, plataformas digitais	Identidade Alimentar AMP: articulação regional com foco na Dieta Mediterrânica

Subdomínio	Políticas/Projetos	Escala	Exemplos de Ação	Boas Práticas
7. Venda a Retalho	EIPAS (rotulagem e zoneamento)	Nacional	Melhoria de ambientes alimentares no retalho e escolar	EIPAS: medidas regulatórias com impacto estrutural
8. Preços dos Alimentos	Políticas Sociais (não especificadas diretamente)	Nacional	Acessibilidade a dietas saudáveis	Falta de dados quantitativos explícitos no documento – lacuna a suprir
9. Diversidade e Igualdade	MAR2030, EIPAS – Medida 13	Nacional	Apoio a regiões costeiras e escolas, equidade no acesso à fruta	Regimes escolares e promoção da diversidade alimentar
10. Comunidades Locais	CÁVADO COM...SABOR, Pensar Global Agir Local à Mesa, AlimentAÇÃO Alto Minho	Local, Regional	Projetos com escolas, comunidades, produtores locais	Projetos como CÁVADO COM...SABOR têm potencial de escalabilidade
11. Liderança	EIPAS, PNPAS	Nacional	Governança interministerial, planos de ação por eixo	EIPAS e PNPAS: boas práticas de alinhamento estratégico
12. Governança	EIPAS – Medidas 6, 10	Nacional	Informação acessível via municípios e saúde pública	Alinhamento com promoção da saúde e nutrição local
13. Monitorização	PNPAS, MAR2030	Nacional	Avaliação contínua de políticas alimentares	Monitoramento da rotulagem e impacto nutricional em curso
14. Recursos Financeiros	FEADER, PRR, INTERREG, MAR2030, PEPAC	Multinível	Instrumentos financeiros dedicados	Diversificação de fontes de financiamento é força do sistema
15. Coordenação/Plataformas	EIPAS – Eixos 2, 4	Nacional	Coordenação entre ministérios, setor privado e sociedade civil	EIPAS: bom exemplo de governança integrada

Fonte: Elaboração própria

A análise por subdomínios mostra uma distribuição temática relativamente equilibrada, mas destaca áreas prioritárias para fortalecimento:

1. Produção Alimentar: Forte presença, mas dependência de financiamento externo

A produção sustentável é fortemente promovida por programas como PEPAC, S3 NORTE 2027 e Estatuto da Agricultura Familiar. No entanto, há dependência elevada de fundos europeus (FEADER, POCTEP) e falta de mecanismos de continuidade pós-financiamento.

Oportunidade: criar instrumentos locais de financiamento sustentado e serviços de apoio técnico a pequenos produtores.

2. Desperdício Alimentar: Inovação presente, mas falta de indicadores

Projetos como Fruta Feia, CIBUS e a Certificação Coração Verde representam soluções inovadoras e replicáveis. Porém, a falta de indicadores padronizados de impacto limita a capacidade de avaliação e expansão.

Oportunidade: desenvolver métricas claras e integradas de monitorização do desperdício alimentar.

3. Promoção Alimentar e Literacia: Boa base, mas sem penetração universal

Apesar de boas práticas como CÁVADO COM...SABOR e medidas da EIPAS, a literacia alimentar ainda não é transversalmente integrada em todos os territórios e faixas etárias.

Oportunidade: expandir programas educativos a escolas, comunidades rurais e públicos vulneráveis.

4. Diversidade e Igualdade: Iniciativas incipientes

As políticas focadas em igualdade de acesso, diversidade cultural e inclusão de grupos vulneráveis (Ex: migrantes) são limitadas ou ausentes.

Oportunidade: incorporar recortes de género, etnia, e status socioeconómico nas políticas alimentares com abordagens interseccionais.

Foram identificadas aproximadamente 10 iniciativas entre regionais, locais e nacionais (tabela 4).

Tabela 4 - Quadro resumo das políticas identificadas por temas principais

Tema	Políticas-chave	Destaques	Lacunas/Oportunidades
Agricultura Sustentável	PEPAC, S3 NORTE 2027, Estatuto da Agricultura Familiar	Valorização dos produtos locais e práticas sustentáveis	Reforçar apoio técnico a pequenos produtores
Alimentação Saudável	EIPAS, PNPAS, políticas escolares e municipais	Abordagem estruturada e multissetorial	Fortalecer articulação local e avaliar impactos
Desperdício Alimentar	CIBUS, Fruta Feia, LIPOR, EIPAS	Diversidade de ações e inovação social	Necessidade de indicadores padronizados de impacto
Jovens e Mulheres	JER, Agrosocial, PEPAC	Ações afirmativas para jovens	Poucas iniciativas específicas para mulheres

Fonte: Elaboração própria

5.3. *Análise Territorial/Geográfica*

Esta análise tem como objetivo verificar a distribuição espacial das políticas. Relativamente à abrangência das políticas há diferenças entre políticas nacionais, regionais (Ex: CIM Alto Minho, CIM Cávado) e locais (exemplo: municípios). A tabela 5 resume as políticas identificadas, a escala e abrangência.

Tabela 5 - Abrangência das Políticas: Nacionais, Regionais e Locais

Escala	Exemplos de Políticas	Características
Nacional	PEPAC, EIPAS, PNPAS, Estatuto da Agricultura Familiar, Bolsa de Terras, Programa Mar 2030, Programa Bairros Saudáveis	Abrangem todo o território nacional. Fornecem enquadramento geral e financiamento (via UE, PRR, FEADER, etc.). Implementação depende de adesão regional/local.
Regional	S3 NORTE 2027, INTERREG POCTEP, CIM Cávado – CÁVADO COM...SABOR, CIM Alto Minho – Alimentação, CIM Terras de Trás-os-Montes	Atuam sobre comunidades intermunicipais ou regiões específicas do Norte. Combinam ações de desenvolvimento regional, inovação e sustentabilidade.
Local/Municipal	Mostras Gastronómicas de Viana do Castelo, Agrogaia (Vila Nova de Gaia), Mercado Urban Farmers (Porto/Gaia), PromoLocal, Eventos escolares	São ações práticas no território, muitas vezes ligadas a associações de desenvolvimento local (ex: ADRITEM, ADRAT, Dolmen). Alta relevância para circuitos curtos, participação comunitária e educação.

Fonte: Elaboração própria

Podemos ainda analisar os municípios/territórios que possuem o maior número de ações:

A. Área Metropolitana do Porto

- a) Projetos como Agrogaia e Mercado Urban Farmers.
- b) Participação ativa em programas como Identidade Alimentar na AMP e PromoLocal.

Foco em circuitos curtos, alimentação sustentável e eventos culturais/gastronómicos.

B. CIM Alto Minho

- a) Projetos como AlimentAÇÃO, Mostras Gastronómicas, Promoção da Dieta Mediterrânica.
- b) Envolvimento em CIBUS, PNAES, ações locais de educação alimentar e combate ao desperdício.

C. CIM Cávado

- a) Destaque para o projeto CÁVADO COM...SABOR.
- Atuação com escolas, cantinas públicas, produtores locais.
- Valorização da produção tradicional e promoção da dieta mediterrânica.

D. Terras de Trás-os-Montes e Douro

- a) Projetos como Promoção da Alimentação Sustentável em Trás-os-Montes e no Douro.
- b) Participação ativa de instituições como o Instituto Politécnico de Bragança, CIM Douro, CoraNE.

E. Tâmega e Sousa

- a) Projetos como Pensar Global, Agir Local... à Mesa e Promoção Alimentar no Tâmega.

Foco em capacitação comunitária e hábitos alimentares.

Verifica-se que as CIMs (Comunidades Intermunicipais) mais atuantes são:

- CIM Alto Minho
- CIM Cávado
- CIM Douro
- CIM Tâmega e Sousa
- AMP (Área Metropolitana do Porto)

Territórios Vulneráveis / Lacunas de Cobertura

Em relação aos territórios mais vulneráveis esta análise permite verificar se existem lacunas de cobertura em áreas mais desfavorecidas. Identificaram-se potenciais lacunas que estão elencadas na tabela 6.

Tabela 6 - Potenciais lacunas identificadas na análise

Região	Observação
Interior Norte profundo (Ex: zonas de montanha e baixa densidade populacional fora das CIMs referenciadas)	Pouca menção específica no documento a políticas locais. Riscos de exclusão territorial.
Regiões periféricas da AMP (Ex: Gondomar, Valongo, Espinho)	Menor incidência de projetos mapeados em comparação com Porto/Gaia.
Alto Douro Vinhateiro	Embora com presença institucional (ex: ADH, DESTEQUE), tem menos projetos diretamente ligados a alimentação sustentável.
Populações migrantes ou urbanas vulneráveis	Não há menções específicas a políticas alimentares voltadas para imigrantes ou periferias urbanas vulneráveis – possível lacuna.

Fonte: Elaboração própria

Verifica-se uma clara assimetria territorial: áreas como a AMP, CIM Cávado e Alto Minho estão bem representadas, enquanto regiões de baixa densidade ou populações vulneráveis, como o Alto Douro Vinhateiro ou periferias urbanas da AMP, apresentam menor incidência de políticas alimentares direcionadas, o que reforça desigualdades sociais e territoriais.

Apresenta-se de seguida um resumo dos critérios analisados (tabela 7) no ponto C. Análise Territorial/Geográfica:

Tabela 7 - Síntese da Análise Geográfica

Critério	Destaque
Abrangência	As políticas nacionais fornecem o arcabouço geral, mas a ação concreta acontece em projetos regionais e locais.
Territórios mais ativos	AMP, Alto Minho, Cávado, Douro e Tâmega. Atuação relevante de CIMs e associações de desenvolvimento.
Territórios com lacunas	Zonas de baixa densidade do interior Norte; periferias urbanas menos ativas; áreas com populações específicas (ex: migrantes).
Ponto forte	Boa articulação intermunicipal e uso de fundos europeus (Interreg, FEADER, MAR 2030).
Ponto fraco	Ausência de dados georreferenciados e monitoramento sistemático da cobertura e eficácia territorial das políticas.

Fonte: Elaboração própria

A dimensão territorial é crítica para compreender a eficácia das políticas:

1. CIMs e AMP como motores da mudança

CIM Cávado, Alto Minho, AMP e Douro destacam-se por suas ações intermunicipais, educação alimentar e promoção de dietas sustentáveis, com forte apoio das universidades e associações locais.

Ponto forte: Boa capacidade de mobilização de fundos e redes locais.

2. Desigualdade na distribuição espacial

Territórios de baixa densidade demográfica ou menos organizados institucionalmente tendem a ficar fora do radar das políticas, mesmo quando enfrentam desafios alimentares graves (acesso, pobreza, mobilidade).

Ponto fraco: Ausência de dados georreferenciados e de mecanismos formais de monitorização territorial das políticas públicas.

5.4. Desafios na Recolha de Informação para o Mapeamento de Políticas Alimentares na Região Norte de Portugal

O mapeamento de políticas alimentares é um processo fundamental para compreender as estratégias públicas adotadas para promover ambientes alimentares mais saudáveis, sustentáveis e equitativos. Contudo, esta tarefa, que pressupõe o levantamento e análise de documentos normativos, programas,

planos e iniciativas implementadas a nível nacional, regional e local, enfrenta diversas dificuldades práticas. No caso específico deste estudo, um dos principais obstáculos prende-se com a dificuldade em aceder a informação relevante, clara e atualizada, devido à forma como os dados estão organizados, dispersos e são, por vezes, obsoletos.

A Região Norte, composta por múltiplos municípios e entidades intermunicipais, caracteriza-se por uma complexidade administrativa que se reflete na fragmentação das fontes de informação. As políticas alimentares, muitas vezes intersectoriais, encontram-se dispersas por uma multiplicidade de sites institucionais — desde os das autarquias locais, administrações regionais de saúde, direções regionais de agricultura, até plataformas de associações intermunicipais, escolas, universidades e organizações da sociedade civil. Esta disseminação gera um ambiente informacional fragmentado, no qual é difícil traçar um retrato coeso e abrangente das ações existentes.

Um dos principais desafios observados reside na desatualização dos websites institucionais. É comum encontrar páginas que não são revistas há vários anos, com ligações desativadas, ou informação genérica que não reflete o estado atual das políticas e projetos em vigor. Esta obsolescência compromete a fiabilidade da informação recolhida e exige um esforço adicional de verificação junto de técnicos e responsáveis institucionais, o que nem sempre é viável no contexto de estudos com prazos definidos.

Acresce que, mesmo quando a informação está disponível, a sua organização e apresentação nem sempre são intuitivas. Muitos websites não possuem mecanismos de pesquisa eficientes, carecem de índices temáticos ou não incluem documentos completos — oferecendo apenas sumários ou versões parciais dos mesmos. A linguagem utilizada nos documentos também pode representar uma barreira, pois, por vezes, é excessivamente técnica ou ambígua, dificultando a identificação clara do objetivo e/ou do processo de implementação/desenvolvimento da política (Ex.: se está orientada para a alimentação escolar, o consumo sustentável, a agricultura urbana, etc.).

Além disso, existe uma tendência para que iniciativas alimentares — particularmente aquelas de natureza local ou comunitária — não sejam

sistematicamente documentadas online. Projetos piloto, programas municipais de hortas urbanas, feiras de produtos locais ou campanhas de sensibilização sobre alimentação saudável muitas vezes permanecem invisíveis nas plataformas digitais das autarquias, ou são divulgados apenas em redes sociais e newsletters de circulação limitada. Esta informalidade informativa dificulta a rastreabilidade histórica das ações e compromete a criação de um mapeamento fiável e representativo das políticas alimentares em curso.

Outro fator a considerar é a sobreposição de competências entre entidades locais, regionais e nacionais. Determinadas políticas — como os programas de alimentação escolar ou os projetos de combate ao desperdício alimentar — são frequentemente desenhadas ao nível central, mas a sua implementação é descentralizada. Esta articulação nem sempre é transparente ou claramente documentada, o que pode levar a interpretações erróneas sobre o alcance e a natureza das intervenções locais. Por exemplo, um município pode beneficiar de um programa nacional sem que essa participação esteja mencionada no seu plano de ação local, criando lacunas na perceção da intervenção territorial.

O próprio conceito de “política alimentar” nem sempre é reconhecido como tal pelas entidades que as executam. Muitas vezes, medidas com impacto direto na alimentação são inseridas em domínios como a saúde pública, a educação, o ambiente ou a coesão social, sem que sejam classificadas como parte de uma estratégia alimentar. Esta ausência de categorização dificulta a tarefa dos investigadores e técnicos que procuram mapear políticas alimentares de forma sistemática, uma vez que precisam identificar ações dispersas sob outras etiquetas administrativas ou programáticas.

Finalmente, importa referir a escassa cultura de avaliação e monitorização de políticas públicas nesta área. São raros os relatórios de execução, indicadores de impacto ou estudos de avaliação disponíveis publicamente, o que limita a possibilidade de aferir a eficácia das políticas alimentares existentes. Esta ausência de evidência empírica dificulta a análise crítica e a identificação de boas práticas, impedindo que experiências bem-sucedidas sejam replicadas ou escaladas noutros contextos territoriais.

Perante este cenário, o mapeamento de políticas alimentares na Região Norte de Portugal requer uma abordagem metodológica cuidadosa, baseada não apenas na análise documental, mas também em entrevistas com fatores-chave, trabalho de campo e triangulação de fontes. É fundamental reconhecer que, mais do que um exercício técnico, trata-se de um trabalho interpretativo e investigativo, que exige sensibilidade para captar as nuances do contexto local e a informalidade de muitas práticas com impacto real na alimentação das populações.

Para superar as limitações identificadas, seria recomendável o desenvolvimento de uma plataforma digital colaborativa e atualizada, que reúna e sistematize informação sobre políticas alimentares em curso na região, permitindo o acesso público e facilitando o trabalho de investigadores, decisores e cidadãos. A transparência e a acessibilidade da informação são pré-condições essenciais para a governação participativa e para o fortalecimento de sistemas alimentares locais mais resilientes, justos e sustentáveis.

Em suma, a dificuldade em encontrar informações relevantes e atualizadas para o mapeamento de políticas alimentares na Região Norte de Portugal resulta de um conjunto de fatores interligados: dispersão das fontes, desatualização dos canais oficiais, ausência de categorização adequada e escassez de documentação sistemática. Enfrentar estes desafios exige uma aposta clara na melhoria da comunicação institucional, na valorização da transparência pública e na integração das políticas alimentares como eixo estruturante das estratégias de desenvolvimento territorial.

6. Conclusões

As políticas alimentares existentes funcionam por ciclos de governação, associadas sobretudo a programas europeus, desconectadas da realidade das regiões. O acesso aos financiamentos/fundos é geralmente demorado e implica a passagem por várias fases quer para o concurso, quer para a atribuição e disponibilização dos recursos, sendo que vários são especificamente direcionados para jovens produtores/empreendedores. A abordagem CRFS (City Region Food Systems) revela-se particularmente promissora para enfrentar os desafios identificados, ao promover sistemas alimentares resilientes, sustentáveis e territorialmente integrados. A sua adoção permitiria uma maior articulação entre zonas urbanas e rurais, bem como uma governança alimentar mais participativa e eficaz. Os decisores políticos devem considerar uma abordagem integrada e multidisciplinar, considerando a articulação dos mecanismos de governança, como por exemplo as políticas públicas, e os agentes diversos agentes do território, para que a ação coletiva produza mudança em escala.

6.1. *Limitações do estudo e sugestões de investigação futura*

Este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Em primeiro lugar, a análise concentrou-se em fontes documentais e em dados secundários predominantemente a nível nacional e regional, o que restringe a capacidade de avaliar com precisão as variações locais, especialmente em territórios sub-regionais como o Alto Minho, Douro ou Terras de Trás-os-Montes, por exemplo. Estudos como os de Gregório et al. (2021), que aplicaram o Food-EPI em Portugal, também apontam a necessidade de maior desagregação territorial para melhor refletir a diversidade dos contextos alimentares.

Adicionalmente, embora o estudo tenha identificado e analisado o enquadramento político existente, a participação de atores-chave — nomeadamente produtores locais, consumidores, técnicos municipais e representantes de organizações da sociedade civil — foi limitada. Esta lacuna pode comprometer uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais,

económicas e culturais que moldam os sistemas alimentares locais, como defendem autores como Lang, Barling e Caraher (2009) e Pineda et al. (2024) ao salientarem a importância da participação comunitária na análise dos ambientes alimentares.

Para investigações futuras, recomenda-se o desenvolvimento de estudos de carácter empírico e participativo, com recurso a metodologias qualitativas como entrevistas semiestruturadas, grupos focais e cartografia participativa. Tais abordagens permitiriam captar perceções, conflitos e sinergias entre políticas públicas e práticas alimentares quotidianas. Além disso, a aplicação do índice Food-EPI em escala subnacional poderia oferecer uma leitura mais granular sobre a implementação das políticas e o seu alinhamento com as necessidades locais — uma lacuna já apontada pela OMS Europa (WHO, 2022) em relatórios comparativos.

Por fim, seria relevante aprofundar o estudo da articulação entre políticas alimentares nacionais, estratégias de desenvolvimento local (ex. DLBC/LEADER) e instrumentos de planeamento intermunicipal, como os promovidos pelas Comunidades Intermunicipais (CIM). Essa abordagem integrada contribuiria para a construção de sistemas alimentares mais resilientes, equitativos e adequados ao contexto territorial do Norte de Portugal. Sugere-se também testar a aplicação do Food-EPI a nível sub-regional em CIMs seleccionadas como estudo-piloto.

6.2. Implicações e recomendações para Políticas Públicas

Os resultados obtidos permitem identificar um conjunto de implicações relevantes para o desenho e a implementação de políticas públicas orientadas para a promoção de ambientes alimentares mais saudáveis e sustentáveis. A análise revelou avanços em determinadas áreas, mas também expôs lacunas significativas, que requerem atenção estratégica por parte dos decisores políticos, especialmente no contexto regional do Norte de Portugal.

Com base nos dados analisados e na comparação com benchmarks internacionais, são apresentadas a seguir recomendações concretas que visam reforçar a coerência, a eficácia e a territorialização das políticas alimentares.

Estas recomendações têm por objetivo apoiar a construção de sistemas alimentares mais resilientes, equitativos e ajustados às dinâmicas locais e estão organizadas por áreas estratégicas:

Governança e Integração Política:

- Reforçar a articulação intersectorial entre saúde, agricultura, ambiente e educação, através de estruturas permanentes de coordenação territorial.
- Desenvolver plataformas de monitorização acessíveis e atualizadas, promovendo transparência e envolvimento público.
- Estabelecer metas de equidade territorial em planos nacionais (ex. EIPAS, PEPAC), com quotas mínimas para territórios de baixa densidade.

Produção e Agricultura Sustentável

- Apoiar pequenos produtores locais, com incentivos financeiros e técnicos para práticas sustentáveis.
- Replicar boas práticas como o Estatuto da Agricultura Familiar e os Mercados Urban Farmers em outras regiões menos atendidas.
- Criar redes de capacitação técnica, especialmente para zonas com menor presença institucional.

Equidade e Inclusão Social

- Integrar populações vulneráveis (ex. migrantes, bairros urbanos periféricos) em estratégias alimentares locais.
- Apoiar projetos de agricultura urbana e hortas comunitárias, com foco na inclusão e segurança alimentar.
- Promover políticas com foco específico em género, incentivando a participação de mulheres na cadeia alimentar.

Cadeias Curtas e Consumo Local

- Expandir plataformas digitais como o PromoLocal e apoiar mercados de produtores nos centros urbanos e periurbanos.
- Priorizar circuitos curtos nas compras públicas, especialmente em cantinas escolares, hospitais e instituições públicas.

- Valorizar os produtos locais e a identidade alimentar regional, ligando-os ao turismo e educação alimentar.

Monitorização, Avaliação e Inovação

- Criar sistemas de avaliação contínua dos impactos das políticas implementadas, com indicadores territoriais e sociais.
- Apoiar projetos inovadores de agricultura urbana, combate ao desperdício e alimentação sustentável.
- Investir em investigação aplicada, promovendo a ligação entre universidades, municípios e sociedade civil.

Estas recomendações visam promover ambientes alimentares mais saudáveis, sustentáveis e justos, assegurando que as políticas públicas respondem de forma concreta às necessidades e especificidades territoriais do Norte de Portugal.

7. Agradecimentos

Este estudo foi desenvolvido no âmbito das atividades do Projeto FEAST- Food systems that support transitions to healthy and Sustainable diets, HORIZON-RIA, Grant agreement ID: 101060536. <https://feast2030.eu/>

8. Referências bibliográficas

- Agência Portuguesa do Ambiente. (2020). Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal 2017–2020. APA. <https://apambiente.pt>
- Al, İ. S. (2020). The promising momentum and collective practices of the recently expanding network of consumer-led ecological food initiatives in Turkey. *İstanbul Üniversitesi Sosyoloji Dergisi / İstanbul University Journal of Sociology*. <https://doi.org/10.26650/sj.2020.40.1.0046>
- Almeida, M. A. P. D. (2018). Fighting depopulation in Portugal: Local and central government policies in times of crisis. *Portuguese Journal of Social Science*, 17(3), 289–309.
- Almeida, M., & Oliveira, A. (2017). Padrão alimentar Mediterrânico e Atlântico – Uma abordagem às suas características-chave e efeitos na saúde. *Acta Portuguesa de Nutrição*, 11, 22–28. <https://doi.org/10.21011/apn.2017.1104>
- Arabska, E. (2021). From farm to fork: Human health and well-being through sustainable agri-food systems. *Journal of Life Economics*, 8(1), 11. <https://doi.org/10.15637/jlecon.8.1.02>
- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–222. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Azomahou, T. T., Boucekkine, R., Kazianga, H., Korir, M., & Ndung'u, N. (2022). Guest editors' introduction: The role of policy in reducing malnutrition in sub-Saharan Africa. *Food Policy*, 113, 102378. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2022.102378>
- Barel-Shaked, S., & Buda, E. (2024). Exploring the nexus of agricultural policy reforms and food security. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 8. <https://doi.org/10.3389/fsufs.2024.1366807>
- Branzova, P. (2021). “Green architecture” in the Common Agricultural Policy of Europe in the period 2021–2027 – Ideas and guidelines. *Trakia Journal of Sciences*, 19, 57. <https://doi.org/10.15547/tjs.2021.s.01.008>
- Burgaz, C., Van-Dam, I., Garton, K., Swinburn, B., Sacks, G., Asiki, G., Claro, R. M., Diouf, A., Martins, A. P. B., & Vandevijvere, S. (2024). Which government policies to create sustainable food systems have the potential to simultaneously address undernutrition, obesity and environmental sustainability? *Globalization and Health*, 20(1). <https://doi.org/10.1186/s12992-024-01060-w>
- Calado, V. H. (2025). Estratégias locais de alimentação: a experiência de Montemor-o-Novo. *Análise Social*, 254, 1x(1), e21133. <https://doi.org/10.31447/2021133>
- Campos, S., Alves, R., & Vasconcelos, C. (2020). Tax on sugar-sweetened beverages in Portugal: A public health policy to reduce sugar consumption. *Public Health Nutrition*, 23(12), 2213–2219. <https://doi.org/10.1017/S1368980019004450>
- Candel, J. J. L. (2021). Governing wicked food system problems: The potential of policy labs. *Trends in Food Science & Technology*, 112, 107–115. <https://doi.org/10.1016/j.tifs.2021.02.012>
- Candel, J. J. L., & Biesbroek, R. (2016). Toward a processual understanding of policy integration. *Policy Sciences*, 49(3), 211–231. <https://doi.org/10.1007/s11077-016-9248-5>
- Carducci, B., Dominguez, G., Kidd, E., Oh, C., Jain, R., Khan, A., & Bhutta, Z. A. (2025). Promoting healthy school food environments and nutrition in Canada: A systematic review of interventions, policies, and programs. *Nutrition Reviews*, 83(2), e356–e391.
- CCDR Norte. (2024). Boletins Norte Conjuntura Q1–Q2 2024. <https://www.ccdr-n.pt>
- CCDR-N. (2021). Norte Estrutura – Caracterização da Região Norte. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. <https://www.ccdr-n.pt>
- Cunha, C. R., Mendonça, V., Carvalho, A., & Morais, E. P. (2019). The potential of tag-based contextualization mechanisms to leverage the sale of regional products and

- promote the regions through products. In *Lecture Notes in Information Systems and Organisation* (p. 129). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-14850-8_9
- Dardou, B., Varela-Moreiras, G., et al. (2018). The GALIAT study: A randomized nutritional intervention trial in a general population. *BMC Public Health*, 18, 521. <https://doi.org/10.1186/s12889-018-5404-x>
- Dernini, S., & Berry, E. M. (2015). Mediterranean diet: From a healthy diet to a sustainable dietary pattern. *Frontiers in Nutrition*, 2, 15. <https://doi.org/10.3389/fnut.2015.00015>
- Diegues, T., & Ferreira, F. A. (2020). Tourist of the North Portugal Region and local accommodation: Influences and motivations. *IBIMA Business Review*, 1. <https://doi.org/10.5171/2020.989975>
- Direção-Geral da Saúde. (2017). *Estratégia integrada para a promoção da alimentação saudável (EIPAS)*. Ministério da Saúde.
- European Commission. (2020). *A Farm to Fork Strategy for a fair, healthy and environmentally-friendly food system*. https://food.ec.europa.eu/system/files/2020-05/f2f_action-plan_2020_strategy-info_en.pdf
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2018). *The Milan Urban Food Policy Pact: Monitoring Framework*. <https://www.fao.org/urban-food-actions/resources/resources-detail/en/c/1116476/>
- Ferreiro, M. de F., Salavisa, I., Bizarro, S., & Soares, M. (2020). O sistema alimentar em Portugal: Transições para a sustentabilidade e políticas públicas. *Cidades, Comunidades e Território*, 41. <https://doi.org/10.15847/cct.20500>
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2019). *The State of Food and Agriculture 2019: Moving forward on food loss and waste reduction*. <https://doi.org/10.4060/CA6030EN>
- Freedhoff, Y., & Nestle, M. (2019). Toward a model food policy: Issues to consider. *Public Health Nutrition*, 22(4), 588–592. <https://doi.org/10.1017/S136898001800307X>
- Galli, A., Pires, S. M., Iha, K., Alves, A., Lin, D., Mancini, M. S., & Teles, F. (2020). Sustainable food transition in Portugal: Assessing the footprint of dietary choices and gaps in national and local food policies. *Science of the Total Environment*, 749, 141307. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.141307>
- González-Muniesa, P., Martínez, J. A., Portillo, M. P., & Santiago, S. (2021). The Atlantic Diet and cardiometabolic health: A systematic review. *Nutrients*, 13(2), 421. <https://doi.org/10.3390/nu13020421>
- Gregório, M. J., Salvador, C., Bica, M., Horgan, R., & Telo de Arriaga, M. (2021). *The Healthy Food Environment Policy Index (Food-EPI): Evidence document para Portugal*. Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, Direção-Geral da Saúde.
- Gregório, M. J., Salvador, C., Bica, M., Graça, P., & Telo de Arriaga, M. (2022). *The Healthy Food Environment Policy Index (Food-EPI): Portugal*. Direção-Geral da Saúde.
- HLPE (High Level Panel of Experts). (2020). *Food security and nutrition: Building a global narrative towards 2030*. FAO.
- INHERIT Consortium. (2019). *INHERIT: Identifying and promoting environmental, health and equity co-benefits in policies and practices [Relatório de projeto]*. <https://inherit.eu/resources>
- Iocola, I., Colombo, L., Guccione, G. D., Vita, P. D., Palumbo, M., Ritunnano, V., Sciacca, F., Virzì, N., & Canali, S. (2021). A multi-criteria qualitative tool for the sustainability assessment of organic durum wheat-based farming systems designed through a participative process. *Italian Journal of Agronomy*, 16(1), 1785. <https://doi.org/10.4081/ija.2021.1785>
- Jeziarska-Thöle, A., Gonía, A., Podgórski, Z., & Gwiazdzińska-Goraj, M. (2025). Wine tourism as a tool for sustainable development of the cultural landscape—A case study of Douro Wine Region in Portugal. *Sustainability*, 17(4), 1494. <https://doi.org/10.3390/su17041494>

- Joukes, V. (2021). Build sustainable stakeholders' interactions around wine & food heritage: A methodological approach for Douro enotourism region. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1(36), 45–58. <https://doi.org/10.34624/RTD.V1I36.7877>
- Klimke, M., Plieninger, T., & Zengerling, C. (2024). Allowing for the multifunctionality of agroforestry systems – Lessons from a legal perspective with a focus on Germany. *Earth System Governance*, 22, 100223. <https://doi.org/10.1016/j.esg.2024.100223>
- Lang, T., Barling, D., & Caraher, M. (2009). *Food policy: Integrating health, environment and society*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198567882.001.0001>
- Leeuwis, C., Boogaard, B. K., & Atta-Krah, K. (2021). How food systems change (or not): Governance implications for system transformation processes. *Food Security*, 13(4), 761–774. <https://doi.org/10.1007/s12571-021-01178-4>
- Marques, S. F., Rocha, R. G., Mendes, E. S., et al. (2015). Influence of landscape heterogeneity and meteorological features on small mammal abundance and richness in a coastal wetland system, NW Portugal. *European Journal of Wildlife Research*, 61, 749–761. <https://doi.org/10.1007/s10344-015-0952-2>
- Milan Urban Food Policy Pact. (2022). *Milan Urban Food Policy Pact*. <https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/>
- Mozaffarian, D., Angell, S. Y., Lang, T., & Rivera, J. Á. (2018). Role of government policy in nutrition—Barriers to and opportunities for healthier eating. *BMJ*, 361, k2426. <https://doi.org/10.1136/bmj.k2426>
- Moubarac, J. C., Batal, M., Martins, A. P. B., Claro, R., Levy, R. B., Cannon, G., & Monteiro, C. A. (2014). Processed and ultra-processed food products: Consumption trends in Canada from 1938 to 2011. *Public Health Nutrition*, 17(1), 203–213. <https://doi.org/10.1017/S1368980013002090>
- Neff, R. A., Palmer, A. M., McKenzie, S. E., & Lawrence, R. S. (2015). Food systems and public health disparities. *Journal of Hunger & Environmental Nutrition*, 10(3), 282–299. <https://doi.org/10.1080/19320248.2015.1039940>
- Nogueira, J., Araújo, J. P., Alonso, J. M., & Simões, S. (2023). Common lands, landscape management and rural development: A case study in a mountain village in northwest Portugal. *Acta Geographica Slovenica*, 63(3), 51–67. <https://doi.org/10.3986/AGS.11081>
- Oliveira, M. D., Tavares, A. I., Miranda, R., Trindade, R. dos S., & Vieira, A. (2025). A novel policy dialogue to build sustainable and resilient health systems: Findings from PHSSR Portugal. *Health Research Policy and Systems*, 23(1), 25. <https://doi.org/10.1186/s12961-025-01329-5>
- Pais, D. F., Marques, A. C., & Fuinhas, J. A. (2023). How to promote healthier and more sustainable food choices: The case of Portugal. *Sustainability*, 15(4), 3868. <https://doi.org/10.3390/su15043868>
- Pathak, H. (2023). Transforming the agri-food sector in India for achieving the Sustainable Development Goals. *Anthropocene Science*, 2(1), 1–12. <https://doi.org/10.1007/s44177-023-00044-6>
- Pereira, L., & Drimie, S. (2016). Governance of food systems: A political economy approach. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 13(12), 1182. <https://doi.org/10.3390/ijerph13121182>
- Pineda, E., Stockton, J., Scholes, S., Lassale, C., & Mindell, J. S. (2024). Food environment and obesity: A systematic review and meta-analysis. *BMJ Nutrition, Prevention & Health*, 7(1), 204–215. <https://doi.org/10.1136/bmjnp-2023-000483>
- Rebelo, J., Caldas, J., & Guedes, A. (2015). The Douro Region: Wine and tourism. *Almatourism - Journal of Tourism, Culture and Territorial Development*, 6(11), 75–90. <https://doi.org/10.6092/issn.2036-5195/4647>
- Rosegrant, M. W., Sulser, T. B., Dunston, S., Mishra, A., Cenacchi, N., Gebretsadik, Y., Robertson, R., Thomas, T. S., & Wiebe, K. (2024). Food and nutrition security under changing climate and socioeconomic conditions. *Global Food Security*, 41, 100755. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2024.100755>

- Schmid, O., Sanders, J., Stolze, M., & Lampkin, N. (2022). Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems: A review of strategies and recommendations. Research Institute of Organic Agriculture (FiBL).
- Silva, A. L., & Del Grossi, M. E. (2020). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a agricultura familiar no Brasil: Desafios e perspectivas. *Revista de Políticas Públicas*, 24(2), 45–60.
- Silva, J. S. N., Sampaio, C. M., & Lima, R. M. F. (2022). Avaliação da acessibilidade e da aplicabilidade do guia alimentar para população brasileira. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo Do Conhecimento*, 158, 1–15. <https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/nutricao/guia-alimentar>
- Smith, J., Lang, T., Vorley, B., & Barling, D. (2016). Addressing policy challenges for more sustainable local–global food chains: Policy frameworks and possible food futures. *Food Security*, 8(2), 377–389. <https://doi.org/10.1007/s12571-015-0544-9>
- Swinburn, B. A., Sacks, G., Vandevijvere, S., Kumanyika, S., Lobstein, T., Neal, B., ... & INFORMAS. (2013). INFORMAS (International Network for Food and Obesity/non-communicable diseases Research, Monitoring and Action Support): Overview and key principles. *Obesity Reviews*, 14(S1), 1–12. <https://doi.org/10.1111/obr.12087>
- Swinburn, B. A., Kraak, V. I., Allender, S., Atkins, V. J., Baker, P. I., Bogard, J. R., ... & Dietz, W. H. (2019). The Global Syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission report. *The Lancet*, 393(10173), 791–846. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8)
- Torres-Manso, F., Marta-Costa, A., Castro, M., & Tibério, M. L. (2017). Silvopastoral systems as a tool for territorial sustainability and biodiversity. In A. Marta-Costa & M. Tibério (Eds.), *Reading rural landscapes* (pp. 317–334). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-10-7650-3_12
- United Nations. (2015). Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development. <https://sdgs.un.org/2030agenda>
- Voglhuber-Slavinsky, A., Zicari, A., Smetana, S., Moller, B., Dönitz, E., Vranken, L., Zdravkovic, M., Aganovic, K., & Bahrs, E. (2022). Setting life cycle assessment (LCA) in a future-oriented context: The combination of qualitative scenarios and LCA in the agri-food sector. *European Journal of Futures Research*, 10(1), 1–15. <https://doi.org/10.1186/s40309-022-00203-9>
- World Health Organization. (2020). Food security and nutrition. WHO.
- World Health Organization – Regional Office for Europe. (2022). Food and nutrition policy implementation in the WHO European Region: A review of progress and challenges. <https://www.who.int/europe/publications/i/item/9789289058324>
- World Health Organization. (2022). COSI Portugal 2022: Childhood Obesity Surveillance Initiative – Relatório nacional. Escritório Regional da OMS para a Europa.

CAPÍTULO 2

Vozes da Implementação: Perceções de partes interessadas sobre a implementação de Políticas Alimentares no Norte de Portugal

Resumo

A implementação efetiva de políticas alimentares é essencial para a promoção de ambientes alimentares mais saudáveis e sustentáveis. Este estudo tem como objetivo monitorizar qualitativamente a implementação de políticas alimentares no Norte de Portugal, a partir das perceções de partes interessadas diretamente envolvidas ou impactadas por estas políticas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 5 participantes, incluindo técnicos especializados, representantes de organizações não governamentais e produtores locais. A análise de conteúdo temática, com base numa abordagem indutiva, permitiu identificar dimensões-chave relacionadas com os facilitadores, barreiras, articulações intersectoriais, e à perceção de impacto das políticas no território. Os resultados revelam avanços em práticas locais de promoção da alimentação saudável, mas também apontam lacunas significativas na coordenação entre setores, no financiamento de ações e na monitorização sistemática. Este estudo pretende contribuir para o fortalecimento da governança alimentar local, fornecendo perceções relevantes para a reorientação das estratégias de implementação de políticas alimentares na região.

Palavras-chave: Políticas alimentares; Ambientes alimentares; Implementação; Análise qualitativa; Partes interessadas; Norte de Portugal; Sustentabilidade.

Abstract

The effective implementation of food policies is essential for promoting healthier and more sustainable food environments. This study aims to qualitatively monitor the implementation of food policies in Northern Portugal, based on the perceptions of stakeholders directly involved in or affected by these policies. Semi-structured interviews were conducted with five participants, including technical experts, representatives of non-governmental organizations, and local producers. Thematic content analysis, based on an inductive approach, enabled the identification of key dimensions related to facilitators, barriers, intersectoral coordination, and the perceived impact of policies within the territory. The findings reveal progress in local practices aimed at promoting healthy eating, while also highlighting significant gaps in cross-sectoral coordination, funding of initiatives, and systematic monitoring. This study seeks to contribute to the strengthening of local food governance by providing relevant insights to inform the reorientation of food policy implementation strategies in the region.

Keywords: Food policies; Food environments; Implementation; Qualitative analysis; Stakeholders; Northern Portugal; Sustainability.

1. Introdução

A monitorização dos ambientes alimentares tem um papel crucial na compreensão e transformação dos padrões alimentares da população. Os ambientes alimentares bem estruturados são essenciais para garantir o acesso equitativo a alimentos nutritivos e sustentáveis, promovendo a saúde pública e prevenindo doenças relacionadas com a alimentação. No entanto, a crescente disponibilidade de produtos ultraprocessados, a influência do marketing e as disparidades sócio económicas desafiam a construção de sistemas alimentares que disponibilizam alimentos saudáveis e acessíveis.

Diante deste cenário, a monitorização contínua dos ambientes alimentares permite identificar fatores que afetam as escolhas alimentares, avaliar o impacto de políticas públicas e promover intervenções eficazes.

A construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis exige abordagens integradas e intersectoriais, nas quais as partes interessadas desempenham um papel fundamental. As partes interessadas incluem uma diversidade de atores, como decisores políticos, profissionais de saúde, agricultores, representantes da indústria alimentar, organizações da sociedade civil, investigadores e consumidores. A perceção que estes atores têm sobre as políticas alimentares influencia diretamente a sua aceitação, viabilidade, eficácia e sustentabilidade.

A inclusão das perceções das partes interessadas permite uma compreensão mais rica e contextualizada das realidades locais, dos desafios enfrentados e das oportunidades existentes. Esta abordagem fortalece a legitimidade das políticas públicas, aumenta a sua coerência com as necessidades da população e facilita a sua implementação prática. Por exemplo, políticas desenhadas sem considerar as limitações ou resistências de certos grupos (como pequenos produtores ou distribuidores locais) podem falhar na sua execução ou gerar efeitos não intencionais.

Além disso, o envolvimento das partes interessadas promove a responsabilização, o diálogo intersectorial e a cocriação de soluções. A sua participação pode contribuir para antecipar barreiras socioculturais, económicas ou institucionais, bem como para identificar sinergias entre diferentes setores.

Este processo participativo é particularmente relevante em sistemas alimentares, dada a sua complexidade e o seu impacto em múltiplas dimensões — saúde, ambiente, economia e equidade social.

Estudos internacionais demonstram que políticas alimentares com maior adesão e sucesso são frequentemente aquelas em que as partes interessadas foram envolvidas desde a fase de diagnóstico até à monitorização e avaliação. Em contextos regionais como o Norte de Portugal, marcado por disparidades socioeconómicas e diversidade territorial, a escuta ativa das partes interessadas torna-se ainda mais crítica para adaptar as políticas às especificidades locais e garantir a sua eficácia.

Em suma, compreender as perceções das partes interessadas não é apenas um exercício consultivo, mas um componente estratégico e necessário para o desenvolvimento de políticas alimentares robustas, eficazes e sustentáveis. Contudo, a literatura destaca que a governança das políticas alimentares em Portugal permanece fragmentada, com necessidade de uma estrutura mais integrada e participativa, capaz de envolver não apenas atores governamentais, mas também comunidades locais, organizações da sociedade civil, setor privado e academia (Penedo et al., 2022). Além disso, persistem desigualdades regionais no acesso a alimentos saudáveis, especialmente em territórios rurais e socioeconomicamente desfavorecidos, o que evidencia a importância de abordagens territoriais diferenciadas — como no caso do Norte de Portugal, que combina áreas metropolitanas densas com regiões rurais isoladas.

A região Norte de Portugal, enquanto território agregador de variadas realidades socioeconómicas e que, embora apresente contrastes significativos na adoção e no impacto das políticas alimentares (DGS, 2017; APA, 2020), demonstra um crescente compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 2 e 12) e com a Agenda 2030 (European Commission, 2020), constitui uma área de interesse estratégico para a monitorização da implementação das políticas alimentares conducentes a ambientes alimentares mais saudáveis e sustentáveis. Para além dos fatores já mencionados, os recursos naturais, as condições climáticas e paisagem características do Norte de Portugal (NUTS II) bem como o padrão alimentar diferenciado em relação ao resto do país e a cultura única da região, são igualmente determinantes para o desenvolvimento

dos ambientes alimentares da região e para a compreensão das condicionantes da implementação das políticas alimentares.

Neste contexto, o presente estudo tem como propósito analisar de forma aprofundada a implementação de políticas alimentares na região Norte de Portugal, através de uma abordagem qualitativa centrada nas perceções de diferentes partes interessadas diretamente envolvidas nos processos de planeamento, execução e/ou impactadas pelas medidas adotadas. Ao captar as experiências, interpretações e juízos dos atores locais — incluindo técnicos especializados, representantes da sociedade civil e produtores — pretende-se compreender os fatores que facilitam ou dificultam a concretização das políticas no território, bem como identificar dinâmicas de articulação intersectorial e perceções sobre os efeitos gerados nas comunidades. Esta análise visa, assim, contribuir para a produção de conhecimento contextualizado que possa informar a reorientação estratégica da governação alimentar a nível local e regional.

Este artigo está organizado da seguinte forma: na secção 2, apresenta-se o referencial teórico sobre políticas alimentares e o papel das partes interessadas e contextualiza-se a situação alimentar e nutricional no Norte de Portugal; a secção 3 descreve a metodologia utilizada para a recolha e análise dos dados; na secção 4 são apresentados os resultados do estudo seguidos pela discussão crítica; por fim, a secção 5 apresenta as conclusões e recomendações para políticas públicas e investigações futuras.

2. Revisão de Literatura

2.1. *Políticas alimentares: conceitos, objetivos e modelos internacionais*

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2019), as políticas alimentares são entendidas como diretrizes intersectoriais que incidem sobre múltiplas dimensões da cadeia alimentar, abrangendo áreas como agricultura, saúde, ambiente, educação e economia. Estas políticas refletem uma abordagem sistémica e integrada, reconhecendo que os sistemas alimentares são complexos e interligados, influenciando diretamente a saúde das populações, o desenvolvimento económico e a sustentabilidade ambiental.

As políticas alimentares podem ser classificadas, de forma geral, em duas categorias complementares. Por um lado, as políticas estratégicas que se referem a orientações de longo prazo, de natureza transversal e com uma visão sistémica dos sistemas alimentares, procurando transformar estruturalmente os modelos de produção e consumo. Por outro lado, as políticas operacionais que se traduzem em medidas específicas e aplicáveis a curto e médio prazo, tais como mecanismos de taxação de produtos não saudáveis, subsídios à produção sustentável ou programas de alimentação escolar.

As políticas alimentares contemporâneas visam responder a múltiplos desafios, tanto sanitários como socioambientais. Entre os objetivos principais, destacam-se:

- **Garantir a segurança alimentar e nutricional da população**, assegurando o acesso regular a alimentos suficientes, seguros e nutritivos (WHO, 2020);
- **Promover dietas saudáveis e sustentáveis**, que conciliem saúde humana e preservação ambiental (Swinburn et al., 2019);
- **Reduzir a incidência de doenças relacionadas com a alimentação**, como obesidade, diabetes tipo 2 e outras doenças crónicas não transmissíveis (Moubarac et al., 2014);

- **Fomentar a produção alimentar local e a agricultura familiar,** reconhecendo o seu papel na soberania alimentar e na economia rural (HLPE, 2020);
- **Reduzir o desperdício alimentar e mitigar os impactos ambientais associados à produção e consumo de alimentos** (European Commission, 2020).

Diversos países e regiões têm desenvolvido modelos inovadores de políticas alimentares, que se tornaram referências a nível internacional como referido na tabela 1.

Tabela 1 – Modelos Internacionais de Políticas Alimentares

País / Iniciativa	Descrição / Principal destaque	Fonte
Canadá – Food Policy	Política integrada com foco em saúde, equidade social e inclusão de comunidades indígenas.	Agriculture and Agri-Food Canada (2019)
Brasil – PNAE	Programa de alimentação escolar com base em agricultura familiar e segurança alimentar.	Silva & Del Grossi (2020)
UE – Farm to Fork	Estratégia europeia que liga produção e consumo sustentáveis no âmbito do Pacto Ecológico Europeu.	European Commission (2020)
França / Itália	Valorização da dieta mediterrânica como componente de saúde pública e identidade cultural.	Dernini & Berry (2015)
Pacto de Milão (Cidades)	Rede internacional de cidades com políticas alimentares locais, participativas e sustentáveis.	Milan Urban Food Policy Pact (2022)
Internacional – ODS	Diretrizes globais que integram alimentação com saúde, sustentabilidade e justiça social.	UN (2015); Swinburn et al. (2019)

Fonte: Elaboração própria

Em Portugal, a formulação e implementação de políticas alimentares tem vindo a consolidar-se progressivamente, em consonância com as orientações da

Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e da União Europeia. A abordagem nacional é marcada por uma crescente integração interministerial e por esforços de articulação entre saúde pública, agricultura, educação e ambiente, embora ainda enfrente desafios ao nível da coordenação, implementação territorial e participação das partes interessadas.

Entre os marcos mais relevantes da política alimentar portuguesa destaca-se a Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS), lançada em 2017 pelo Governo português através da Direção-Geral da Saúde (DGS). Esta estratégia visa reduzir a prevalência de doenças crónicas relacionadas com a alimentação, promovendo o consumo de alimentos saudáveis e combatendo o consumo excessivo de sal, açúcar e gorduras saturadas (DGS, 2017).

Outras iniciativas relevantes incluem o Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS), também coordenado pela DGS, que tem como missão desenvolver e monitorizar políticas de saúde alimentar baseadas na evidência científica. O PNPAS tem desempenhado um papel central na sensibilização da população, no apoio à regulação da publicidade dirigida a crianças e na criação de orientações nutricionais para cantinas escolares e instituições públicas.

Em paralelo, Portugal tem participado em iniciativas europeias como o EU Action Plan on Childhood Obesity e tem adotado medidas fiscais, como a taxa sobre bebidas açucaradas introduzida em 2017, reconhecida como uma medida de saúde pública com impacto potencial na redução do consumo de açúcar (Campos et al., 2020).

No domínio da sustentabilidade alimentar, destacam-se medidas de apoio à produção agrícola em pequena escala, políticas de combate ao desperdício alimentar (Ex: o Programa “Em Nome do Bem”), e ações locais conduzidas por municípios, como as estratégias alimentares urbanas emergentes em cidades como Lisboa, signatária do Pacto de Milão.

2.2. *O papel das partes interessadas nas políticas públicas de alimentação*

A construção de políticas públicas de alimentação requer a participação ativa de múltiplos atores sociais - partes interessadas - que exercem influência direta ou indireta sobre os sistemas alimentares. Estes incluem desde entidades governamentais e autoridades de saúde até produtores agrícolas, indústria alimentar, distribuidores, organizações não governamentais (ONGs), academia e consumidores. O reconhecimento do seu papel tem crescido no contexto de uma governança alimentar mais inclusiva, intersectorial e democrática (Lang et al., 2009; Pereira & Drimie, 2016).

As políticas alimentares, por natureza, atravessam múltiplos setores — saúde, agricultura, ambiente, educação, economia — e enfrentam problemas complexos, muitas vezes classificados como problemas "mal definidos" ou wicked problems (Candel, 2021). Nesses contextos, a participação das partes interessadas torna-se não apenas desejável, mas essencial para garantir a legitimidade, viabilidade e sustentabilidade das políticas.

Em contextos participativos, o envolvimento das partes interessadas permite identificar barreiras práticas, adaptar políticas ao contexto local, aumentar a aceitação social das medidas e fortalecer a equidade e transparência dos processos de decisão (Freedhoff & Nestle, 2019). Apesar dos benefícios, a integração efetiva das partes interessadas enfrenta diversos desafios. A literatura aponta para diversos riscos (tabela 2).

Tabela 2. Riscos Identificados na Inclusão de Partes interessadas em Políticas Alimentares

Risco Identificado	Descrição	Referência
Assimetria de poder	Grandes atores económicos (ex. indústria alimentar) tendem a ter mais influência do que grupos comunitários ou produtores familiares.	Lang et al., 2009
Participação simbólica (tokenism)	Envolvimento formal de partes interessadas sem influência real nas decisões políticas.	Arnstein, 1969

Risco Identificado	Descrição	Referência
Falta de capacidade institucional	Fragilidade das estruturas públicas em organizar e sustentar processos participativos contínuos e significativos.	Bryson et al., 2016
Descoordenação intersectorial	Falta de articulação entre diferentes níveis de governo e setores, prejudicando a eficácia da governança alimentar.	Candel & Biesbroek, 2016

Fonte: Elaboração própria

Adicionalmente, a ausência de mecanismos formais de governança alimentar — como conselhos alimentares, plataformas multissetoriais ou fóruns regionais — compromete a eficácia do envolvimento das partes interessadas, sobretudo em contextos locais e regionais.

Diversas experiências internacionais têm demonstrado o potencial de modelos de governança colaborativa, como os Food Policy Councils (FPCs) em cidades norte-americanas e europeias, que reúnem representantes da sociedade civil, setor privado, academia e governos locais para deliberar conjuntamente sobre políticas alimentares urbanas (Harper et al., 2009). Estas experiências reforçam a necessidade de estruturas permanentes de participação, com representatividade equitativa, clareza de papéis e apoio técnico e financeiro.

Em Portugal, ainda que existam iniciativas isoladas de articulação intersectorial (ex. no âmbito da EIPAS), a literatura aponta para uma baixa institucionalização da participação das partes interessadas, especialmente a nível local. Estudos recentes sublinham a importância de desenvolver estruturas de governança alimentar regional, capazes de articular os diferentes interesses e recursos dos atores locais (Penedo et al., 2022).

2.3. Evidências empíricas sobre as perceções de partes interessadas em políticas alimentares

As perceções das partes interessadas — incluindo decisores políticos, técnicos municipais, profissionais de saúde, agricultores, setor privado, organizações da sociedade civil e consumidores — têm vindo a ser reconhecidas como um fator crucial para a formulação, legitimação e implementação eficaz de políticas alimentares (Candel, 2021; Baker et al., 2018). A literatura empírica mostra que

estas percepções influenciam não apenas o grau de aceitação das políticas, mas também a sua viabilidade prática e o seu impacto nas comunidades.

Estudos qualitativos e mistos conduzidos em diversos contextos internacionais evidenciam que as partes interessadas frequentemente partilham preocupações comuns, tais como: a necessidade de políticas alimentares mais coerentes, integradas e transversais (Hawkes et al., 2015); a falta de coordenação intersectorial e a fragmentação institucional; a ausência de mecanismos formais de participação pública na definição das prioridades políticas (Candel & Biesbroek, 2016); barreiras estruturais como restrições orçamentais, resistência de lobbies agroalimentares e pressão política de curto prazo.

Num estudo conduzido por Pereira et al. (2021) em cidades europeias, incluindo Lisboa, as partes interessadas apontaram a importância de adaptar as políticas alimentares ao contexto local, respeitando a diversidade territorial e cultural. Os entrevistados salientaram a necessidade de maior envolvimento dos governos locais, bem como a valorização do conhecimento comunitário e da produção alimentar sustentável de pequena escala.

Além disso, evidências empíricas revelam que a legitimidade percebida das políticas alimentares está fortemente associada à forma como estas são comunicadas, implementadas e fiscalizadas. Em contextos em que as partes interessadas percebem falta de transparência, equidade ou representatividade, é comum ocorrer resistência, quer por parte de consumidores, quer de produtores ou retalhistas (Neff et al., 2015).

A nível europeu, o projeto INHERIT identificou, através de estudos de caso, que políticas bem-sucedidas são frequentemente aquelas que envolvem processos colaborativos e inclusivos, com foco na cocriação de soluções, especialmente no que diz respeito à transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e saudáveis (INHERIT, 2019).

Em Portugal, embora existam poucos estudos sistematizados sobre as percepções das partes interessadas em políticas alimentares, investigações recentes começam a evidenciar dinâmicas semelhantes às identificadas noutros países europeus. Penedo et al. (2022) referem que, apesar da existência de estratégias nacionais como a EIPAS, muitos atores locais sentem que não são

suficientemente envolvidos nos processos de decisão, sobretudo em contextos rurais e periféricos. Além disso, existe uma percepção de que as políticas alimentares ainda privilegiam abordagens setoriais em detrimento de uma visão integrada e territorial.

2.4. Situação alimentar/nutricional no Norte de Portugal

A região Norte de Portugal apresenta um perfil alimentar e nutricional marcado por contrastes significativos, que refletem simultaneamente tendências nacionais e desafios específicos do território. Com uma população diversa — que inclui zonas urbanas densamente povoadas, como a Área Metropolitana do Porto, e vastas regiões rurais e do interior —, o Norte evidencia desigualdades no acesso à alimentação saudável, com impactos diretos na saúde das populações.

Em idade escolar, o Estudo COSI Portugal (2022) revelou que a região Norte apresenta algumas das taxas mais elevadas de obesidade infantil do país.

Adicionalmente, o Norte enfrenta desafios estruturais relacionados com desigualdades socioeconómicas, envelhecimento demográfico, e desertificação de territórios rurais, que afetam o acesso físico e económico a alimentos frescos e saudáveis. Em comunidades de baixa densidade populacional, a presença de desertos alimentares — áreas com fraca oferta de estabelecimentos que disponibilizem alimentos nutritivos a preços acessíveis — tem sido assinalada como uma barreira crescente à segurança alimentar local (Ferreira et al., 2020).

Por outro lado, o Norte de Portugal tem também um forte potencial agroalimentar, com tradições locais de produção agrícola, circuitos curtos de comercialização e iniciativas de agricultura familiar. No entanto, este potencial encontra-se frequentemente subaproveitado devido à falta de incentivos à produção sustentável, à fraca valorização dos produtos locais nas políticas públicas e à ausência de canais de distribuição eficazes entre produtores e consumidores (Marsden e Morley, 2014).

3. Metodologia

Este estudo seguiu uma abordagem qualitativa exploratória para compreender as percepções das partes interessadas sobre a implementação de políticas alimentares no Norte de Portugal.

3.1. *Definição do Objetivo e Questões de Investigação*

Este estudo tem como objetivo monitorizar qualitativamente a implementação de políticas alimentares no Norte de Portugal, a partir das percepções de partes interessadas diretamente envolvidas ou impactadas por estas políticas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 5 participantes, incluindo técnicos especializados, representantes de organizações não governamentais e produtores locais.

Para responder a este objetivo colocamos as seguintes questões de investigação:

1. Como é que as diferentes partes interessadas percebem as políticas alimentares em vigor no Norte de Portugal?
2. Quais são os principais desafios e obstáculos enfrentados na sua implementação?
3. Que formas de colaboração (ou conflitos) surgem entre os diversos atores envolvidos?
4. De que forma essas percepções podem contribuir para a melhoria e maior eficácia das políticas alimentares?

3.2. *Mapeamento das partes interessadas em Políticas Alimentares no Norte de Portugal*

Inicialmente, foi realizado um mapeamento dos atores relevantes a nível regional. Estes intervenientes deviam ter experiência na conceção ou implementação de políticas de sistemas alimentares, independentemente do seu papel ou posição - quer fossem decisores políticos, fundadores de projetos ou

coordenadores de associações sociais, entre outros. Para mapear esses atores, utilizam-se critérios como o grau de interesse, poder de influência, recursos disponíveis e potencial de colaboração., assegurando a consideração de um vasto leque de perspectivas (agricultura/pescas, ambiente, saúde, nutrição e assuntos sociais). O único critério de exclusão foi o envolvimento de instituições ou empresas do sector privado, para evitar influências comerciais.

3.2.1. Caracterização da amostra

No contexto das políticas alimentares, as partes interessadas abrangem uma diversidade de grupos como apresentado na tabela 3, com papéis e contribuições específicas.

Tabela 3. Tipologia de Partes Interessadas em Políticas Alimentares por grau de influência e interesse

Categoria	Exemplos de partes interessadas	Grau de Influência	Grau de Interesse	de Papel/Contribuição
Entidades Governamentais	Câmaras Municipais, Direções Regionais de Saúde, CCDR Norte	Alto	Alto	Formulação, implementação e fiscalização de políticas.
Produtores Agrícolas	Agricultura Familiar, Cooperativas locais	Médio	Alto	Produção de alimentos, sustentabilidade e valorização local.
Setor Privado	Indústria alimentar, cadeias de distribuição	Alto	Médio	Comercialização, logística e influência económica.
Organizações da Sociedade Civil	ONGs ambientais e de saúde, associações de consumidores	Médio	Alto	Defesa, mobilização social, monitorização das políticas.
Instituições Académicas	Universidades, centros de investigação	Médio	Médio	Produção de conhecimento, avaliação e suporte técnico.
Profissionais de Saúde e Educação	Clínicos, nutricionistas, professores	Baixo a Médio	a Alto	Promoção da saúde, educação alimentar, intervenção comunitária.

Categoria	Exemplos de partes interessadas	Grau de Influência	Grau de Interesse	de Papel/Contribuição
Comunidades e Consumidores	Cidadãos, grupos comunitários	Baixo	Alto	Recetores das políticas, influência através do comportamento.

Fonte: Elaboração própria

A amostra deste estudo (tabela 4) é composta por cinco entrevistados, representando diferentes tipos de atores envolvidos nos sistemas alimentares e as suas dinâmicas associadas. Os participantes abrangem uma variedade de setores, incluindo organizações da sociedade civil, entidades governamentais municipais e regionais, produtores locais e gestores especializados em resíduos alimentares.

Cada entrevistado possui um foco principal distinto, que reflete as suas áreas de atuação e especialização. Entre os temas abordados destacam-se os sistemas alimentares justos e sustentáveis, a aplicação de políticas locais de nutrição e combate ao desperdício, o planeamento territorial e a capacitação, práticas agrícolas regenerativas e circuitos curtos, além da gestão de resíduos alimentares com ênfase na reutilização e sensibilização ambiental.

Essa diversidade de perfis e áreas de atuação contribui para uma análise abrangente e multifacetada do contexto estudado, permitindo captar diferentes perspetivas e desafios relacionados à sustentabilidade e segurança alimentar.

Tabela 4. Caracterização das partes interessadas entrevistadas

Entrevistado	Tipo de Ator	Foco Principal	Área de atuação
E1	Organização da Sociedade Civil (OSC)	Sistemas alimentares justos e sustentáveis	Área Social
E2	Município	Aplicação local de políticas de nutrição e combate ao desperdício	Área social
E3	Entidade Regional de Desenvolvimento	Planeamento territorial, apoio à capacitação, gestão de fundos	Área Social; Saúde
E4	Produtor Local	Práticas agrícolas regenerativas, circuitos curtos	Agricultura/Pesca

Entrevistado Tipo de Ator		Foco Principal	Área de atuação
E5	Gestor de Resíduos Alimentares	Reutilização, recuperação, logística e sensibilização	Ambiente

Fonte: Elaboração própria

3.3. *Recolha dos dados*

Adaptou-se o guião da entrevista desenvolvido por Burgaz et al. (2024) no contexto africano. A entrevista foi dirigida a: a) intervenientes que trabalham no terreno e implementam políticas, ações ou projetos, ou b) intervenientes de instituições governamentais envolvidos no desenvolvimento e implementação de políticas existentes, identificando lacunas nas políticas e discutindo políticas futuras.

Cada sessão foi conduzida com uma duração entre 30 e 75 minutos. As entrevistas decorreram entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025.

3.4. *Transcrição das entrevistas*

Para este estudo, foi utilizada uma abordagem de métodos mistos, combinando técnicas dedutivas e indutivas. Foi utilizado um livro de códigos para analisar as entrevistas e identificar as barreiras e facilitadores para o desenvolvimento e implementação de políticas de sistemas alimentares a nível local. A fase dedutiva da análise baseou-se num livro de códigos de um projeto semelhante no contexto africano (Burgaz et al., 2024). Este foi desenvolvido utilizando o quadro do Triângulo Saúde-Política (HPT), que considera quatro elementos principais na elaboração de políticas: atores, contexto, conteúdo e o próprio processo político. Embora este livro de códigos tenha servido de ponto de partida, muitos dos indicadores não eram relevantes para o contexto europeu (por exemplo, fome, ajuda internacional). Por conseguinte, os códigos irrelevantes foram eliminados na segunda fase.

Após a realização das entrevistas, procedeu-se à transcrição das mesmas. Após a transcrição, iniciou-se a classificação dos intervenientes com base em indicadores descritivos, como o tipo de interveniente (ver Tabela 5) ou o domínio de trabalho (ver Tabela 6). Em seguida, as citações relevantes foram extraídas e categorizadas como barreiras ou facilitadores da conceção e implementação

de políticas. O processo de codificação seguiu uma abordagem iterativa: os códigos existentes no livro de códigos foram aplicados a estas citações, e foram desenvolvidos novos códigos de forma indutiva quando os conceitos emergentes não eram adequadamente captados pelos códigos predefinidos.

Tabela 5. Categorias para os Tipos de partes interessadas entrevistadas, tal como foram estabelecidas pelo Consortium FEAST

Tipo de parte interessada	Definição	Exemplos
Decisores políticos	Funcionários públicos e responsáveis por tomar decisões sobre a formulação e implementação de políticas alimentares ao nível local, regional ou nacional. Influenciam os sistemas alimentares através de regulamentos, leis e programas.	Assistente de gabinete do governo local para o Planeamento Urbano
Partes interessadas abrangentes/cidade-região	Organizações com um foco sistémico e alargado, que frequentemente representam múltiplos setores ou organizações. Normalmente, concentram-se em influenciar políticas alimentares, coordenar ações a nível municipal ou regional e promover mudanças estruturais no sistema alimentar.	Conselhos Municipais de Política Alimentar, Redes Regionais de Alimentação
Setor da produção e distribuição alimentar	Partes interessadas envolvidas na produção, transformação, distribuição e venda de alimentos. Inclui agricultores, fabricantes, grossistas, retalhistas e mercados que constituem a espinha dorsal da cadeia de abastecimento alimentar.	Agricultores, produtores agrícolas, transformadores de alimentos
Fornecimento de alimentos	Organizações que fornecem alimentos diretamente às comunidades, tais como bancos alimentares, escolas, hospitais e programas de refeições.	Programas de refeições escolares
Setor comunitário	Organizações de base local, associações sem fins lucrativos e grupos de defesa focados na melhoria do acesso à alimentação, na sustentabilidade e na educação nas comunidades. Trabalham diretamente com os cidadãos, através de programas práticos, ações de justiça alimentar e apoio a populações vulneráveis.	Bancos alimentares, hortas comunitárias

Tabela 6. Categorias para a área de atuação das partes interessadas entrevistadas, tal como foram estabelecidas pelo Consortium FEAST

Área de atuação	Definição	Exemplos
Agricultura/ Pesca	Engloba a produção alimentar, práticas agrícolas e gestão dos recursos aquáticos. Inclui atividades relacionadas com a produção de culturas, criação de gado e pesca, bem como a promoção de práticas sustentáveis e resilientes nestes setores.	Agricultores, produtores pecuários, Ministério da Agricultura
Ambiente	Abrange a proteção, gestão e recuperação dos ecossistemas naturais. Inclui atividades ligadas às alterações climáticas, conservação da biodiversidade, controlo da poluição e sustentabilidade ambiental.	ONGs ambientais, grupos de ação climática, conselheiros de políticas ambientais, empresas de gestão de resíduos
Saúde	Relaciona-se com a saúde pública, prestação de cuidados de saúde, prevenção de doenças e promoção da saúde. Abrange iniciativas para melhorar o bem-estar da população através de serviços e políticas de saúde.	Organizações de saúde pública, centros de investigação médica, grupos de defesa da saúde
Nutrição	Refere-se à promoção de hábitos alimentares saudáveis, qualidade dos alimentos e acesso a alimentação nutritiva. Inclui ainda a regulação da segurança alimentar e políticas públicas de combate à má nutrição.	Produtores de alimentos saudáveis, bancos alimentares, organizações de segurança alimentar
Área social	Inclui atividades destinadas a melhorar o bem-estar social, reduzir desigualdades e apoiar populações vulneráveis ou marginalizadas. Compreende proteção social, serviços de assistência, habitação e programas de integração.	Serviços de apoio social, grupos de apoio à habitação e sem-abrigo, programas de apoio ao emprego

Inicialmente, estes passos foram efetuados para uma entrevista utilizando o Word. Em seguida, dois investigadores independentes analisaram e deram feedback sobre a codificação para garantir a harmonização.

3.5. *Análise das entrevistas com MaxQda*

A análise das entrevistas foi realizada utilizando o software de análise qualitativa MAXQDA, ferramenta que permite a organização, codificação e interpretação sistemática dos dados textuais coletados (Kuckartz, 2014). O uso do MAXQDA facilitou a identificação de categorias temáticas emergentes a partir das entrevistas às partes interessadas, promovendo um tratamento estruturado e transparente dos dados.

Para garantir a transparência e rigor na análise qualitativa dos dados, o procedimento analítico foi estruturado em etapas sequenciais, conforme apresentado na Tabela 7. Este esquema sintetiza desde a importação das entrevistas até a validação dos resultados, evidenciando o uso do software MAXQDA como ferramenta central para a codificação e organização dos dados.

Tabela 7. Etapas do procedimento analítico com MaxQda

Etapas	Descrição
1. Importação	Importação para o software MAXQDA.
2. Codificação Aberta	Leitura detalhada para identificação inicial de unidades de sentido (citações relevantes).
3. Desenvolvimento de Categorias	Agrupamento das citações em categorias temáticas principais relacionadas aos objetivos do estudo.
4. Codificação Axial	Estabelecimento de relações e hierarquias entre as categorias para aprofundar a análise.
5. Triangulação e Validação	Revisão dos códigos e categorias em equipa para garantir fiabilidade e consistência.

Fonte: Elaboração própria

3.6. *Validação e Triangulação dos dados*

Discussão dos resultados em equipa de investigação para assegurar a consistência das interpretações, bem como comparação com dados secundários e literatura especializada.

3.7. *Considerações éticas*

Foi pedido aos entrevistados que assinassem um formulário de consentimento antes de iniciar a entrevista. Durante a conversa, as partes interessadas foram incentivadas a partilhar as suas experiências com o desenvolvimento e a aplicação de políticas, abrangendo todos os domínios relevantes para cada participante.

4. Análise e Discussão de Resultados

No Norte de Portugal, o mapeamento indica a predominância de atores públicos locais, produtores familiares e associações comunitárias, embora o setor privado e algumas entidades nacionais mantenham forte influência. A integração destes diferentes atores, com atenção às suas perceções e prioridades, é crucial para o desenvolvimento de políticas alimentares contextualizadas e eficazes.

A situação alimentar e nutricional da região Norte evidencia a necessidade de políticas alimentares territoriais, que considerem as especificidades demográficas, socioeconómicas e culturais do território. A criação de ambientes alimentares saudáveis, o reforço da educação alimentar em contexto escolar e comunitário, e a valorização da produção local são medidas-chave para responder aos desafios identificados.

Além disso, a articulação entre atores locais — municípios, unidades de saúde pública, escolas, associações de produtores e organizações da sociedade civil — é fundamental para garantir a eficácia e equidade das intervenções.

A análise do perfil dos entrevistados (Tabela 8) revela uma perceção amplamente partilhada quanto à centralidade de parcerias estratégicas e recursos financeiros adequados como motores essenciais para a eficácia das políticas alimentares. Todas as entidades entrevistadas reconhecem que a cooperação entre diferentes níveis de governação, setores e territórios, bem como o acesso estável a financiamento público e comunitário, são fatores críticos para a implementação e sustentabilidade de ações no terreno.

A entidade E1 dá especial ênfase à mobilização social e à capacidade de inovação como elementos dinamizadores. Considera que o envolvimento ativo da sociedade civil, através de movimentos, redes informais e iniciativas locais, pode exercer uma pressão positiva sobre a agenda pública, promovendo transformações mais rápidas e inclusivas nos sistemas alimentares. Para esta entidade, o capital social e a inovação de base são tão importantes quanto os recursos técnicos e financeiros.

A E3, por seu lado, valoriza de forma particular a estruturação de redes multiescalares e a criação de pontes entre políticas europeias e contextos locais. Destaca a intermediação técnica e institucional como um fator-chave para que

os fundos disponíveis a nível europeu possam ser absorvidos com maior eficácia pelos municípios e atores locais. Sublinha ainda a importância de investir na capacitação técnica e institucional dos municípios, bem como na construção de instrumentos de planeamento de longo prazo, que articulem os desafios alimentares com outros domínios territoriais, nomeadamente a relação entre espaços urbanos e rurais.

As entidades E2 e E5 convergem na valorização da educação e do envolvimento local como alicerces de políticas alimentares sustentáveis. Enfatizam a necessidade de promover literacia alimentar, educação ambiental e cidadania ativa, especialmente junto das escolas, famílias e comunidades locais. Para estas entidades, o reforço da consciência crítica e da participação dos cidadãos é uma condição indispensável para gerar mudanças culturais e comportamentais duradouras.

Esta diversidade de perspetivas mostra que, embora exista um núcleo de fatores potenciadores consensuais (parcerias, financiamento, envolvimento local), cada entidade tende a priorizar dimensões distintas, em função da sua missão, escala de atuação e inserção institucional.

Tabela 8. Facilitadores da implementação prática das políticas alimentares

Facilitador	E1	E2	E3	E4	E5
Participação comunitária	✓	✓	✓		✓
Parcerias público-privadas	✓	✓	✓		✓
Inovação e tecnologia alimentares	✓		✓		✓
Fundos europeus e incentivos regionais	✓	✓	✓	✓	✓
Planeamento integrado e visão territorial			✓		
Criação de plataformas e redes de atores			✓		
Educação alimentar e ambiental	✓	✓			✓

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados produzidos pelo software MaxQda

Em relação aos obstáculos à implementação prática das políticas (Tabela 9), observam-se diferentes níveis de crítica e foco entre os interlocutores. A E1 assume uma postura particularmente crítica, destacando as desigualdades estruturais que dificultam o acesso equitativo a alimentos saudáveis e sustentáveis, bem como a influência desproporcional da indústria alimentar, que atua como uma força de resistência à transformação dos sistemas alimentares urbanos. Estes obstáculos são enquadrados numa crítica mais ampla à falta de integração entre políticas setoriais e ao desequilíbrio de poder entre os diversos atores do sistema alimentar.

Por sua vez, as entidades E2 e E3 centram-se mais nas dificuldades técnicas e operacionais, apontando desafios relacionados à articulação entre níveis de governação, à escassez de competências técnicas nos municípios e à frágil capacidade de execução no território. Em especial, a E3 sublinha a dissonância entre o planeamento estratégico a nível regional ou nacional e a sua operacionalização concreta ao nível local, onde faltam recursos humanos especializados, meios técnicos e uma base normativa sólida que sustente ações coerentes e sustentáveis. A ausência de instrumentos legais claros, de orientação normativa e de diretrizes integradoras é apontada como um entrave particularmente relevante à implementação efetiva de políticas alimentares sustentáveis.

A E4, por outro lado, chama a atenção para a insuficiência de incentivos práticos dirigidos aos agricultores, sobretudo àqueles que optam por práticas sustentáveis. A falta de mecanismos que compensem o risco ou o custo de transição para modelos de produção mais ecológicos acaba por desincentivar a adesão a políticas públicas nesta área.

Por fim, a E5 enfatiza os défices de fiscalização e regulação, especialmente no que diz respeito à gestão do desperdício alimentar. Embora reconheça a existência de orientações e normas, considera que a sua aplicação prática é frágil e ineficaz, dificultando a rastreabilidade e a valorização adequada dos resíduos orgânicos. Sublinha, ainda, que a ausência de mecanismos eficazes de controlo e de responsabilização representa uma barreira concreta ao avanço das políticas de economia circular no setor alimentar.

Tabela 9. Obstáculos à implementação prática das políticas alimentares

Obstáculo	E1	E2	E3	E4	E5
Falta de coordenação intersectorial	✓	✓	✓		✓
Fragmentação das políticas públicas	✓		✓		
Dificuldades na tradução dos planos em ações locais		✓	✓		
Pouca articulação entre níveis de governo			✓		
Desigualdades no acesso a alimentos sustentáveis	✓	✓			
Pressão de interesses económicos	✓				
Falta de instrumentos legais para políticas alimentares			✓		

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados produzidos pelo software MaxQda

Ao analisar a perceção das partes interessadas quanto aos impactos locais das políticas alimentares (Tabela 10), observa-se um consenso sobre a existência de impactos positivos, ainda que muitas vezes localizados e desiguais. Todas as entidades reconhecem avanços em áreas específicas, mas há uma diferenciação clara na forma como esses impactos são avaliados em termos de abrangência, equidade e profundidade.

As entidades E1 e E2 convergem ao alertar para a distribuição desigual dos benefícios, sublinhando que os efeitos positivos das políticas tendem a concentrar-se em determinados territórios ou grupos sociais, deixando de fora comunidades mais vulneráveis. Ambas chamam atenção para a persistência de barreiras estruturais que limitam o alcance das medidas, como desigualdades no acesso a alimentos saudáveis e a fraca adaptação das políticas às realidades locais.

A E5, por outro lado, é mais otimista no que respeita aos progressos no combate ao desperdício alimentar, enfatizando que a implementação de boas práticas na gestão de resíduos tem gerado resultados positivos em várias entidades e setores. No entanto, não deixa de reconhecer que ainda existem falhas ao nível da fiscalização e do cumprimento efetivo das normas.

A E4 oferece uma perspectiva centrada no produtor agrícola, expressando frustração com a falta de apoio institucional estruturado. A entidade considera que, embora existam políticas públicas com potencial, o impacto direto no cotidiano do agricultor é limitado, devido à escassez de incentivos concretos e à distância entre a formulação política e a realidade do terreno.

Já a E3 foca-se nos impactos positivos ao nível da coerência territorial, evidenciando que as políticas alimentares têm contribuído para o reforço de redes intermunicipais e interinstitucionais, para a valorização de produtos locais e para a promoção de estratégias colaborativas entre diferentes agentes territoriais. No entanto, alerta para o risco de exclusão de territórios mais vulneráveis dos processos de decisão e de implementação, chamando a atenção para a necessidade de garantir maior inclusão e equidade na governança dos sistemas alimentares.

Tabela 10. Impactos locais das políticas alimentares

Tipo de Impacto	E1	E2	E3	E4	E5
Fortalecimento da economia local	✓	✓	✓	✓	
Redução da pegada ecológica	✓	✓	✓		✓
Promoção da coesão territorial			✓		
Impacto limitado em comunidades vulneráveis	✓	✓	✓	✓	
Consolidação de redes territoriais alimentares			✓		
Maior capacitação dos atores locais			✓		

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados produzidos pelo software MaxQda

A análise comparativa dos diferentes entrevistados permite identificar padrões comuns, complementaridades e divergências significativas nas perspetivas sobre a construção e implementação de políticas alimentares sustentáveis. Considerando a diversidade de perfis institucionais — que vão desde organizações da sociedade civil a entidades técnicas e operacionais com atuação local, regional e nacional — esta abordagem comparativa revela como

diferentes atores interpretam desafios, oportunidades e responsabilidades no sistema alimentar.

Através desta comparação, procura-se compreender não apenas o grau de alinhamento entre os discursos e experiências relatadas, mas também as tensões estruturais e os pontos cegos que podem dificultar a ação integrada. Ao destacar as convergências em torno de certos temas — como a importância do trabalho em rede, da educação alimentar e da articulação entre níveis de governação — e as divergências quanto a prioridades, obstáculos e formas de atuação, esta análise oferece uma leitura mais fina das condições reais e simbólicas que moldam o campo das políticas alimentares em contextos urbanos e periurbanos.

A análise está estruturada em torno de eixos temáticos centrais (tais como obstáculos à implementação, fatores potenciadores, papel das políticas públicas, entre outros), facilitando a identificação de zonas de consenso, complementaridade e fricção entre os diferentes agentes envolvidos.

A seguir, apresenta a análise comparativa dos vários interlocutores (tabela 11).

Tabela 11. Análise comparativa dos entrevistados

Elemento	E1 (OSC)	E2 (Município)	E3 (Entidade Regional)	E4 (Produtor)	E5 (Gestor de Resíduos)
Visão Sistémica	Elevada: integra saúde, ambiente, justiça social	Média: foco municipal	Média-alta: visão técnica/planeamento regional	Baixa: foco na prática agrícola local	Média: foco em sustentabilidade e resíduos
Crítica à Implementação	Sim: falta de coordenação, burocracia, desigualdade no acesso	Sim: lentidão	Sim: falta de recursos e integração intersectorial	Sim: falta de apoios e mercado justo	Sim: resistência inicial e falta de fiscalização
Facilitadores Relevantes	Comunidade, ONGs, tecnologia, parcerias	Colaboração intermunicipal, vontade local	Fundos europeus, projetos-piloto regionais	Conhecimento local, saber tradicional	Educação e apoio técnico

Elemento	E1 (OSC)	E2 (Município)	E3 (Entidade Regional)	E4 (Produtor)	E5 (Gestor de Resíduos)
Obstáculos Salientados	Políticas fragmentadas, lobby industrial	Recursos limitados, resistência política	Falta de integração e recursos	Falta de incentivos, acesso a mercado	Falta de fiscalização e incentivo à prevenção
Percepção de Impacto Local	Positiva mas desigual	Positiva nas experiências de sucesso	Parcial: depende da escala e apoio institucional	Fraca: políticas não chegam eficazmente ao terreno	Moderada: empresas que aplicam reconhecem valor

Fonte: Elaboração própria

Neste sentido, importa destacar os pontos de convergência, que revelam um alinhamento estratégico em torno de objetivos comuns, como a promoção de dietas saudáveis, a redução do desperdício alimentar e o apoio à produção local. Simultaneamente, os pontos de divergência permitem compreender os desafios e prioridades específicos de cada organização, bem como as oportunidades para uma maior articulação entre diferentes níveis de intervenção – do técnico-operacional ao político-estratégico.

Pontos de Convergência

- As políticas alimentares têm efeitos positivos, especialmente quando focadas em agricultura local, feiras, educação alimentar e combate ao desperdício.
- As parcerias locais, com ONGs e setor privado, são essenciais para viabilizar ações concretas.
- Há necessidade de maior financiamento e infraestrutura, principalmente para garantir que os alimentos sustentáveis sejam acessíveis a todos.

Pontos de Divergência

- A sociedade civil (E1) tem uma visão mais crítica e sistémica, alertando para desigualdades e a influência da indústria alimentar.

- Os produtores (E4) sentem-se desprotegidos, com pouca tradução das políticas em benefícios práticos.
- A gestão de resíduos (E5) destaca avanços e boas práticas na reutilização de alimentos, mas critica a ausência de controle eficaz.

5. Conclusões

A implementação de políticas alimentares enfrenta desafios significativos, tanto a nível local quanto global, particularmente no que diz respeito às cadeias de abastecimento. Esses desafios inserem-se num quadro mais amplo de compromisso com a sustentabilidade e a justiça social.

Os resultados obtidos neste estudo revelam a existência de iniciativas promissoras em curso, protagonizadas por diferentes atores (E1, E2, E3, E4 e E5). Destacam-se, entre elas, a promoção da agricultura urbana, a adoção de políticas de alimentação escolar saudável, a redução do desperdício alimentar e a sensibilização para dietas mais equilibradas. Importa salientar que estão a ser mobilizados mecanismos de financiamento nacionais e europeus, que têm possibilitado a concretização de várias dessas ações.

Papel estratégico das partes interessadas

No contexto do mapeamento realizado, o ator E3 assume um papel estratégico na dinamização e no apoio técnico aos territórios. A sua atuação tem sido fundamental no acesso a fundos comunitários e nacionais, na promoção do planeamento estratégico de base intermunicipal e na criação de sinergias entre contextos urbanos e rurais. Adicionalmente, destaca-se o seu papel como elo entre as políticas nacionais e as realidades locais, contribuindo para a sua adaptação e implementação eficaz.

Falta de integração entre setores

Apesar dos avanços, persiste uma fraca articulação entre os setores da agricultura, saúde, ambiente e educação. Esta desarticulação compromete a eficácia das políticas alimentares, que exigem, por natureza, uma abordagem integrada, intersectorial e transversal.

Persistência de desigualdades territoriais

Os territórios rurais e as populações mais vulneráveis continuam a enfrentar barreiras no acesso a alimentos saudáveis, a programas de educação alimentar e a apoios à produção local sustentável. A análise do discurso dos entrevistados revelou que pequenos municípios, em particular, enfrentam sérias dificuldades

na implementação de políticas alimentares devido à limitada capacidade técnica e institucional.

Ausência de instrumentos legais robustos

A inexistência de um enquadramento legal nacional que reconheça e regule as políticas alimentares locais constitui um entrave à sua consolidação. Muitas boas práticas desenvolvidas em contextos locais acabam por perder continuidade após o fim dos financiamentos, devido à ausência de instrumentos jurídicos que assegurem a sua institucionalização.

Inovação e redes locais como motores de transformação

As tecnologias sociais, hortas urbanas, feiras locais e iniciativas de reaproveitamento alimentar demonstram um forte potencial para o fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização, promovendo simultaneamente a soberania alimentar e a inclusão social. Essas redes locais funcionam como catalisadores de inovação social, contribuindo para soluções adaptadas às especificidades de cada território.

Diante deste cenário, torna-se essencial a construção de um modelo de governança alimentar sustentado no apoio técnico regional, na cooperação intermunicipal e no fortalecimento de redes territoriais. Deve ser promovida a participação ativa da sociedade civil e dos produtores locais, paralelamente a um compromisso efetivo do Estado na criação de instrumentos legais, no financiamento estruturado e na monitorização das políticas. O ator E3 surge, assim, como peça-chave para a consolidação de sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e inclusivos na Região Norte.

5.1. *Implicações Teóricas*

Por fim, este estudo contribui para a literatura ao fornecer evidências empíricas sobre o papel das partes interessadas em políticas alimentares a nível regional em Portugal, e reforça a urgência de políticas integradas que considerem as perceções, capacidades e limitações dos diferentes atores envolvidos.

5.2. *Implicações práticas*

1. Criar mecanismos de coordenação interministerial e intermunicipal para alinhar políticas de saúde, ambiente e agricultura.
2. Desenhar políticas com enfoque na equidade social, garantindo o acesso das populações vulneráveis aos alimentos saudáveis e locais.
3. Aumentar o investimento em infraestrutura local (mercados, transporte, armazenagem) para suportar circuitos curtos.
4. Incentivar produtores locais com apoio técnico, fiscal e de mercado, assegurando a viabilidade económica da agricultura sustentável.
5. Expandir programas de educação alimentar e ambiental, envolvendo escolas, famílias e comunidades.
6. Apoiar financeiramente e regulamentar iniciativas de combate ao desperdício, premiando boas práticas e penalizando inações

5.3. *Limitações e sugestões de investigação futura*

Embora este estudo traga contribuições relevantes para a compreensão das dinâmicas e dos atores envolvidos na implementação de políticas alimentares a nível regional, é importante reconhecer algumas limitações que podem ter influenciado os resultados obtidos.

A amostra do estudo foi composta por um número reduzido de entrevistados (n=5), o que limita a generalização dos resultados. Apesar de os participantes representarem diferentes tipos de atores-chave no sistema alimentar regional, a amostra não cobre a totalidade da diversidade institucional, territorial e temática existente. A ausência de perspetivas de outros atores — como consumidores, empresas do setor alimentar, instituições de ensino ou autoridades de saúde — pode ter restringido a abrangência da análise.

O estudo concentra-se na Região Norte de Portugal, o que pode não refletir as realidades e desafios enfrentados em outras regiões do país, com diferentes contextos socioeconómicos, estruturas administrativas ou níveis de desenvolvimento das políticas alimentares. Assim, os resultados devem ser lidos à luz das especificidades territoriais desta região.

A metodologia utilizada baseou-se em entrevistas qualitativas e na análise de discurso, o que implica um certo grau de subjetividade tanto na interpretação dos dados quanto na identificação das categorias analíticas. Apesar do rigor metodológico adotado, os resultados refletem percepções individuais, influenciadas pelas experiências, visões institucionais e posições dos entrevistados no sistema alimentar. Os dados foram recolhidos num momento específico, não permitindo observar a evolução temporal das políticas alimentares e das dinâmicas de colaboração entre os diferentes atores. Isso impede uma análise longitudinal sobre a consolidação ou descontinuidade das iniciativas mapeadas. A ausência de dados quantitativos (estatísticas sobre produção local, desperdício alimentar, financiamento aplicado, entre outros) limitou a triangulação dos resultados e a avaliação mais robusta do impacto das ações relatadas pelos entrevistados.

Tendo em vista estas limitações, futuras investigações poderão ampliar o número e a diversidade de entrevistados, incluindo atores de diferentes escalas (local, regional, nacional) e setores (educação, saúde, setor privado, consumidores). Seria interessante a realização de estudos comparativos entre diferentes regiões de Portugal ou entre países com contextos semelhantes, para identificar boas práticas replicáveis e obstáculos comuns. De forma a enriquecer os resultados dever-se-iam integrar abordagens quantitativas e qualitativas, promovendo análises mistas que articulem percepções com dados objetivos e mensuráveis, investigar, de forma longitudinal, o impacto das políticas alimentares locais em áreas como saúde pública, economia local e sustentabilidade ambiental e explorar estratégias de governança inovadora que favoreçam a coesão territorial, a equidade no acesso à alimentação saudável e a integração efetiva entre setores

6. Agradecimentos

Este estudo foi desenvolvido no âmbito das atividades do Projeto FEAST- Food systems that support transitions to healthy and Sustainable diets, HORIZON-RIA, Grant agreement ID: 101060536. <https://feast2030.eu/>

7. Referências

- Agriculture and Agri-Food Canada. (2019). Canada's food policy. <https://www.agr.gc.ca/eng/canadas-food-policy/?id=1560761899392>
- Arnstein, S. R. (1969). A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Baker, P., Friel, S., Schram, A., & Worsley, A. (2018). Governance for health and nutrition: A systematic review of the evidence. *Global Health*, 14(1), 1–14. <https://doi.org/10.1186/s12992-018-0377-z>
- Bryson, J. M., Quick, K. S., Slotterback, C. S., & Crosby, B. C. (2016). Designing public participation processes. *Public Administration Review*, 76(3), 400–411. <https://doi.org/10.1111/puar.12402>
- Candel, J. J. L. (2021). Wicked problems and the politics of food system governance. *Agriculture and Human Values*, 38, 315–328. <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10096-5>
- Candel, J. J. L., & Biesbroek, R. (2016). Toward a processual understanding of policy integration. *Policy Sciences*, 49, 211–231. <https://doi.org/10.1007/s11077-015-9223-5>
- Campos, P., Borges, S., Silva, P., & Severo, M. (2020). Avaliação do impacto da taxa sobre bebidas açucaradas em Portugal: uma revisão. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 38(4), 321–329.
- Dernini, S., & Berry, E. M. (2015). Mediterranean diet: From a healthy diet to a sustainable dietary pattern. *Frontiers in Nutrition*, 2, 15. <https://doi.org/10.3389/fnut.2015.00015>
- Direção-Geral da Saúde. (2017). Estratégia integrada para a promoção da alimentação saudável (EIPAS). Ministério da Saúde.
- European Commission. (2020). Farm to Fork Strategy: For a fair, healthy and environmentally-friendly food system. https://ec.europa.eu/food/farm2fork_en
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2019). The State of Food and Agriculture 2019. Moving forward on food loss and waste reduction. <http://www.fao.org/3/ca6030en/ca6030en.pdf>
- Ferreira, H. C. H. (2020). Turismo, práticas alimentares e hospitalidade em comunidades rurais: reflexões a partir da localidade de Três Picos, Nova Friburgo-RJ, Brasil. *Revista Hospitalidade*, 75. <https://doi.org/10.21714/2179-9164.2020.v17n1.005>
- Ferreira, M., Sousa, M., & Marques, P. (2020). Desertos alimentares no Norte de Portugal: uma análise preliminar. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(7), e00123420.
- Freedhoff, Y., & Nestle, M. (2019). Reducing childhood obesity through evidence-based policy: The need for comprehensive action. *JAMA Pediatrics*, 173(9), 903–904. <https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2019.1991>
- Harper, A., Shattuck, A., Holt-Giménez, E., Alkon, A., & Lambrick, F. (2009). Food policy councils: Lessons learned. Community Food Security Coalition. https://foodsecurity.org/pub/CFSC%20FPC%20Lessons%20Learned%20Report_2009.pdf
- HLPE – High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. (2020). Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition. FAO. <http://www.fao.org/3/ca5602en/ca5602en.pdf>
- INHERIT Consortium. (2019). INHERIT Report: Policies for sustainable and healthy living. <https://inherit.eu/resources/publications/>
- Kuckartz, U. (2014). Qualitative text analysis: A systematic approach (S. R. McKnight, Trans.). Sage Publications. (Original work published 2014)
- Lang, T., Barling, D., & Caraher, M. (2009). Food policy: Integrating health, environment and society. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198567882.001.0001>
- Marsden, T., & Morley, A. (2014). Sustainable food systems in Europe: A framework for analysis. *Sustainability*, 6(4), 2296–2311. <https://doi.org/10.3390/su6042296>

- Milan Urban Food Policy Pact. (2022). Milan Urban Food Policy Pact Annual Report. <https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/>
- Moubarac, J. C., Batal, M., Louzada, M. L., Steele, E. M., & Monteiro, C. A. (2014). Consumption of ultra-processed foods and likely impact on human health. *Public Health Nutrition*, 17(1), 1–10. <https://doi.org/10.1017/S1368980013001643>
- Neff, R. A., Palmer, A. M., McKenzie, S., & Lawrence, R. S. (2015). Food systems and public health disparities. *Journal of Hunger & Environmental Nutrition*, 10(2), 282–297. <https://doi.org/10.1080/19320248.2015.1023556>
- Penedo, F. J., Freitas, F., & Santos, C. (2022). Governança alimentar em Portugal: Desafios para políticas intersectoriais sustentáveis. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(6), 2341–2350. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022276.10082022>
- Penedo, M., Silva, P., & Santos, M. (2022). Governança alimentar regional em Portugal: desafios e oportunidades para a participação das partes interessadas. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 50, 75–95.
- Pereira, L., & Drimie, S. (2016). Food security governance: Empowering communities, regulating private actors. Springer.
- Pereira, L., Ribeiro, T., & Soares, M. (2021). Stakeholders' perceptions on urban food policies in European cities. *Sustainability*, 13(11), 6314. <https://doi.org/10.3390/su13116314>
- Silva, S., & Del Grossi, M. (2020). Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil: avanços e desafios. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(2), e00123419.
- Swinburn, B. A., Kraak, V. I., Allender, S., Atkins, V., Baker, P., Bogard, J., Brinsden, H., Calvillo, A., Schutter, O. D., Devarajan, R., Ezzati, M., Friel, S., Goenka, S., Hammond, R. A., Hastings, G., Hawkes, C., Herrero, M., Hovmand, P. S., Howden, M., ... Dietz, W. H. (2019). The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission report. *The Lancet*, 393(10173), 791–846. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8)
- UN – United Nations. (2015). Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development. <https://sdgs.un.org/2030agenda>
- WHO – World Health Organization. (2020). Healthy diet. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/healthy-diet>

PARTE III

1. Considerações finais

A presente dissertação aborda as políticas alimentares na Região Norte de Portugal, examinando quer o mapeamento dessas políticas como as percepções das partes interessadas envolvidas na sua implementação. Em seguida, apresentam-se as respostas às questões de investigação formuladas nos dois artigos que estruturam o estudo.

1.1. Conclusões

Artigo 1: “Mapeando o Norte: as Políticas Alimentares e a construção de ambientes saudáveis e sustentáveis em Portugal”

1. Que políticas alimentares estão atualmente em vigor na Região Norte de Portugal?

Existem diversas políticas alimentares locais e regionais em vigor, voltadas para a promoção da saúde pública, sustentabilidade ambiental e justiça social, porém ainda não há um mapeamento sistemático e integrado que reúna todas essas iniciativas. Essas políticas são heterogêneas e fragmentadas, dificultando uma visão consolidada.

2. Quais são os objetivos, estratégias e áreas de intervenção dessas políticas?

Os objetivos centram-se em promover sistemas alimentares mais saudáveis, acessíveis e sustentáveis, com o foco em áreas como produção local, educação alimentar, redução do desperdício, e incentivos a práticas agrícolas sustentáveis. As estratégias envolvem a institucionalização das políticas, articulação entre diferentes níveis de governança e a incorporação de princípios ambientais e de saúde pública.

3. Em que medida essas políticas incorporam princípios de sustentabilidade e promoção da saúde?

Muitas políticas adotam esses princípios, mas de forma desigual e incompleta. Há um esforço crescente para alinhar as iniciativas com a sustentabilidade ambiental e a promoção da saúde pública, contudo, faltam critérios claros e

mecanismos para assegurar a integração consistente desses princípios em todas as políticas.

4. Que lacunas e desafios podem ser identificados na implementação e integração dessas políticas a nível territorial?

As principais lacunas incluem a falta de coordenação entre níveis governamentais, a fragmentação das ações, a escassez de recursos dedicados, e a ausência de mecanismos sistemáticos para monitorizar e avaliar os resultados. Isso compromete a eficácia das políticas e a capacidade de adaptá-las às especificidades locais.

Artigo 2: “Vozes da Implementação: Perceções de partes interessadas sobre a implementação de Políticas Alimentares no Norte de Portugal”

1. Como é que as diferentes partes interessadas percebem as políticas alimentares em vigor no Norte de Portugal?

As perceções variam: os governos locais tendem a valorizar as políticas como fundamentais para o desenvolvimento local, enquanto que o setor privado pode ser mais cauteloso, com foco nos impactos económicos. A sociedade civil enfatiza a importância da saúde e da sustentabilidade, mas aponta a falta de participação e transparência como problemas.

2. Quais são os principais desafios e obstáculos enfrentados na sua implementação

Destacam-se a fragmentação institucional, a escassez de recursos financeiros e humanos, a dificuldade em articular interesses diversos e a resistência a mudanças por parte de alguns atores, além da ausência de mecanismos claros de monitorização e avaliação.

3. Que formas de colaboração (ou conflitos) surgem entre os diversos atores envolvidos?

Existem espaços de colaboração que favorecem o diálogo e o desenvolvimento de iniciativas conjuntas, mas também há conflitos decorrentes de interesses divergentes, falta de comunicação efetiva e desconfiança entre as partes

interessadas. A negociação e o consenso nem sempre são alcançados de forma eficiente.

4. De que forma essas percepções podem contribuir para a melhoria e maior eficácia das políticas alimentares?

Ao compreender os pontos de vista e as dificuldades enfrentadas por todos os atores, é possível desenhar estratégias participativas mais inclusivas, melhorar a comunicação, fortalecer a governança e criar mecanismos de monitorização adaptados às realidades locais, aumentando assim a eficácia das políticas.

A análise conjunta dos dois artigos permite apreender a complexidade e os múltiplos desafios inerentes à formulação, implementação e avaliação das políticas alimentares na Região Norte de Portugal. Este estudo evidencia a importância de uma abordagem integrada que articule diferentes perspetivas e níveis de atuação, com o objetivo de promover sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e socialmente justos.

Em primeiro lugar, verifica-se a necessidade premente de um mapeamento claro e sistematizado das políticas alimentares vigentes a nível local e regional. O primeiro artigo destaca que a ausência de uma base informacional robusta compromete a identificação de boas práticas, bem como a deteção de lacunas e sobreposições. Esta limitação dificulta a adaptação e a melhoria das políticas conforme as especificidades territoriais, reforçando a urgência de consolidar um conhecimento estruturado para a tomada de decisão mais eficaz e contextualizada.

Adicionalmente, ambos os estudos sublinham a importância de que as políticas alimentares incorporem explicitamente os princípios de sustentabilidade ambiental e promoção da saúde pública. A incorporação consistente desses princípios é fundamental para que as políticas respondam adequadamente às exigências contemporâneas, conjugando a preservação dos recursos naturais com a melhoria da qualidade de vida da população.

Outro aspeto relevante refere-se ao reconhecimento das dinâmicas multissetoriais e intersectoriais que envolvem a implementação dessas políticas. A atuação conjunta de diferentes atores — governos locais, setor privado e

sociedade civil — exerce um impacto decisivo nos resultados alcançados. O segundo artigo evidencia como as percepções e práticas das partes interessadas refletem tanto mecanismos de colaboração quanto os potenciais conflitos, o que leva à adoção de estratégias eficazes de governança para gerir essas relações e fortalecer a coesão entre os envolvidos.

A análise das percepções das partes interessadas também revela uma série de desafios na implementação das políticas, incluindo a escassez de recursos, a fraca articulação entre níveis de governança e divergências relativas aos objetivos e prioridades. Tais obstáculos apontam para a necessidade de desenvolver mecanismos participativos e inclusivos, que favoreçam a negociação contínua e o alinhamento de interesses, fortalecendo assim a governança participativa no âmbito alimentar.

Por fim, o cruzamento do mapeamento das políticas com a compreensão das percepções dos atores oferece uma visão holística que pode promover a formulação de políticas públicas mais integradas, coerentes e adaptadas às realidades locais. Essa abordagem integrada mostra-se essencial para promover uma transição efetiva para sistemas alimentares sustentáveis, justos, acessíveis e ambientalmente responsáveis, contribuindo para a construção de ambientes alimentares mais saudáveis e inclusivos na Região Norte de Portugal.

1.2. Implicações Teóricas e Práticas

Os resultados desta investigação contribuem de forma significativa para o aprofundamento do conhecimento sobre políticas alimentares a nível territorial, com foco especial na Região Norte de Portugal. Do ponto de vista teórico, destaca-se:

A valorização de uma abordagem integrada, que articula diferentes níveis de governança e múltiplos setores, que confirma a relevância da governança intersectorial e multiescalar nas políticas alimentares.

A importância das percepções dos atores sociais na compreensão dos processos de formulação e implementação das políticas, o que amplia as abordagens clássicas de análise de políticas públicas.

A validação de um modelo analítico que combina o mapeamento institucional com a análise qualitativa das percepções, oferecendo uma estrutura replicável para outras regiões e contextos.

Esta dissertação também traz implicações práticas relevantes para a formulação e implementação de políticas públicas:

Criação de um sistema de mapeamento sistemático e atualizado das políticas alimentares locais e regionais, com vista à sua consolidação, avaliação e replicabilidade.

Promoção da governança participativa, através da institucionalização de espaços de diálogo entre governos locais, setor privado e sociedade civil, favorecendo o alinhamento de interesses e a corresponsabilidade.

Incorporação explícita dos princípios de sustentabilidade e saúde pública no desenho das políticas, garantindo coerência com agendas nacionais e internacionais.

Investimento em capacitação técnica e financiamento estruturado, colmatar a escassez de recursos humanos e financeiros que limita a implementação eficaz das iniciativas alimentares.

1.3. Limitações do Estudo

Algumas limitações devem ser consideradas na interpretação dos resultados:

A investigação foi circunscrita à Região Norte de Portugal, o que pode limitar a sua generalização para outras regiões com contextos diferentes.

A análise das percepções baseou-se em métodos qualitativos, sem pretensão de representatividade estatística, o que restringe a extrapolação dos resultados.

A ausência de uma análise longitudinal impede a observação da evolução e do impacto ao longo do tempo das políticas alimentares analisadas.

1.4. Sugestões para Investigações Futuras

Com base nos resultados e limitações do estudo, propõem-se as seguintes direções para futuras investigações:

Estudos comparativos com outras regiões de Portugal ou com contextos internacionais, para identificar fatores comuns e específicos nas estratégias de governança alimentar.

Investigações longitudinais que permitam acompanhar a implementação e os efeitos das políticas ao longo do tempo, especialmente em contextos de crise ou de transição ecológica.

Levantamentos quantitativos que ampliem a representatividade das perceções dos diversos atores envolvidos, permitindo uma análise mais robusta e abrangente.

Avaliações de impacto de políticas específicas (ex. combate ao desperdício alimentar, promoção da agricultura local, educação alimentar), oferecendo evidências empíricas que sustentem decisões políticas mais informadas.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Mapeamento de políticas (elaboração própria)

	Sub-domínios	Indicadores	Exemplo	Designação	Tipo de Política	Política que faz parte de plano(s) governamental(ais) – plano e papel do governo	Sumário e objetivo(s) da política	Informação adicional	Comentários adicionais	Fonte
		1.1. Apoio a práticas de agricultura sustentável	Eixo - Sistemas Agroambientais e Alimentação (SAA)	S3 NORTE 2027 Plano de Investimentos Conjunto (PIC) da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal	Estratégia/Objetivo s/Alvos regionais	S3 NORTE 2027 Plano de Investimentos Conjunto (PIC) da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal para o período de 2021-2027_Apoio Financeiro	Articulação do potencial agrícola regional, nomeadamente, em produtos de elevado valor acrescentado (vinho, azeite, castanha, Denominações de Origem Protegida (DOP) e Indicações Geográficas Protegidas (IGP), etc.), com competências científicas e tecnológicas (enologia, engenharia, , biologia, biotecnologia, TICE, robótica, etc.) e empresariais (indústrias alimentares, , agricultura e produção animal, etc.), capaz de promover um setor agroalimentar e florestal de maior valor acrescentado, de forma compatível com a preservação e a gestão de recursos, como a água, a floresta e os ecossistemas, e contribuir para uma maior valorização dos recursos endógenos como oportunidade para aumentar a competitividade territorial.	O Plano de Investimentos Conjunto (PIC) da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal para o período de 2021-2027, aprovado pelas duas regiões, definiu como uma das prioridades de investimento a atualização da RIS3 transfronteiriça da Eurorregião (RIS3T), a partir da revisão das RIS3 regionais, tendo como objetivo a mobilização de novas iniciativas e projetos conjuntos da Eurorregião e a captação de fundos a partir de fontes de financiamento específicas, como o Horizonte Europa.		PLANO DE INVESTIMENTOS CONJUNTOS DA EURO-REGIÃO GALIZA-NORTE DE PORTUGAL (2021-2027)PLAN DE INVESTIMENTOS CONXUNTOS DA EURORREXIÓN GALICIA-NORTE DE PORTUGAL (2021-2027)PLAN DE INVERSIONES CONJUNTAS DE LA EURORREGIÓN GALICIA-NORTE DE PORTUGAL (2021-2027)
			Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB)	Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica (ENAB)	Estratégia/Objetivo s/Alvos nacionais	Resolução do Conselho de Ministros n.º52-A/2020_Regulamento	A Estratégia e o Plano de Ação englobam a produção e promoção de produtos agrícolas e géneros alimentícios biológicos, cometendo à DGADR a coordenação da implementação das medidas previstas.			https://www.dgadr.gov.pt/
		1.2. Incentivos à diversificação de culturas/colheitas, pescado e gado	Eixo - Recursos e Economia do Mar (REM)	S3 NORTE 2027. Plano de Investimentos Conjunto (PIC) da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal para o período de 2021-2027.	Estratégia/Objetivo s/Alvos regionais	S3 NORTE 2027. Plano de Investimentos Conjunto (PIC) da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal para o período de 2021-2027_Apoio Financeiro	Estabelecimento de relações de articulação entre engenharias aplicadas, recursos do mar (recursos marinhos vivos, recursos marinhos não vivos e serviços dos ecossistemas marinhos ecossistemas) e atividades económicas que os valorizem, favorecendo a criação de um conjunto de sinergias que potenciaria criação de valor e a geração de emprego das atividades relacionadas com a economia do mar, preservando e promovendo a utilização sustentável dos recursos marinhos.			INVESTIMENTOS CONJUNTOS DA EURO-REGIÃO GALIZA-NORTE DE PORTUGAL (2021-2027)PLAN DE INVESTIMENTOS CONXUNTOS DA EURORREXIÓN GALICIA-NORTE DE PORTUGAL (2021-2027)PLAN DE INVERSIONES
			Promover e valorizar os produtos endógenos, os produtos de qualidade certificada e a dieta mediterrânica; Combater o desperdício Alimentar	Iniciativa Emblemática 1- Alimentação Sustentável - Investimento RE-C05_i03 - Agenda de investigação e Inovação para a Sustentabilidade da Agricultura, Alimentação e AgroIndústria - PRR	Estratégia/Objetivo s/Alvos nacionais	Iniciativa Emblemática 1-Alimentação Sustentável - Investimento RE-C05_i03 - Agenda de investigação e Inovação para a Sustentabilidade da Agricultura, Alimentação e AgroIndústria - PRR_Apoio Financeiro	Agricultura mais resiliente, que proteja o ambiente, assegure a sustentabilidade dos recursos água, solo e biodiversidade e contribua para a transição climática, alicerçada numa "Rede de Inovação" com uma cobertura territorial significativa, que permita estimular o desenvolvimento de um ecossistema suportado em inovação resultante da incorporação de conhecimento e ecnologia.			IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas. I.P. - IFAP
			Bolsa de Terras	Bolsa Nacional de Terras	Estratégia/Objetivo s/Alvos nacionais	Lei nº62/2012, de 10 de Dezembro_Regulamento	Tem como objetivo facilitar o acesso à terra através da disponibilização de terras, designadamente quando as mesmas não sejam utilizadas, através de uma melhor identificação e promoção da sua oferta.	A entidade gestora da Bolsa de Terras é o Ministério da Agricultura, através da cDireção-geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR).		www.adritem.pt

1. Produção	1.4. Subsídios para culturas saudáveis e sustentáveis	EIXO B ABORDAGEM SETORIAL INTEGRADA Inclui também intervenções do 1º pilar, e agrega os apoios sectoriais previstos para o setor da fruta e dos produtos hortícolas, DOMÍNIO B.1 - PROGRAMA NACIONAL PARA APOIO AO SETOR DA FRUTA E DOS PRODUTOS HORTÍCOLAS	PEPAC Plano Estratégico da PAC 2023-2027	Estratégia/Objetivos/Alvos nacionais	PEPAC Plano Estratégico da PAC 2023-2027_Estratégia	O Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para Portugal no período 2023-2027 integra as medidas de apoio para se alcançarem os objetivos específicos da UE para a Política Agrícola Comum (PAC). Materializa os instrumentos da PAC financiados pela UE através do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), através de pagamentos diretos, de medidas setoriais das frutas e hortícolas, da vinha e da apicultura e de instrumentos de desenvolvimento rural.			www.qdp.pt
	1.5. Acesso dos agricultores a recursos nativos (sementes, grãos)								
	1.6. Apoio a agricultores	Mercado Urban Farmers	Mercado Urban Farmers	Estratégia/Objetivos/Alvos locais	FEADER - Fundo Europeu Agrícola e do Desenvolvimento Rural_Apoio Financeiro	Criação de um espaço - mercado itinerante - facilitador do contacto entre a produção local e os potenciais consumidores, numa lógica de promoção ne valorização. Objetivos: - Promoção do contato direto entre o produtor e o consumidor; - Escoamento da produção local, preservação dos produtos e especialidades locais; - Fomento da confiança entre produtor e consumidor; - Diminuição do desperdício alimentar e/ou melhoria da dieta alimentar.	Região de Intervenção - Área Metropolitana do Porto, nomeadamente (fase inicial) - Parque da Lavandeira em Vila Nova de Gaia		www.adritem.pt
		Estatuto da Agricultura Familiar	Estatuto da Agricultura Familiar	Estratégia/Objetivos/Alvos nacionais	Comissão Nacional da Agricultura Familiar - CNAF, interministerial e multisectorial_Regulamento	O Estatuto da Agricultura Familiar pretende reconhecer a especificidade deste tipo de agricultura, adotando medidas de apoio que criam uma discriminação positiva a seu favor. O Estatuto da Agricultura Familiar, criado através do Decreto-Lei n.º 64/2018, de 7 de agosto e alterado pelo Decreto-Lei n.º 81/2021, de 11 de outubro, tem o intuito de distinguir este tipo de agricultura nas suas diversas dimensões (económica, territorial, social e ambiental), reconhecendo-a e valorizando-a através de adoção de medidas de apoio específicas, a aplicar preferencialmente ao nível local para atender à diversidade de estruturas e realidades agrárias, bem como aos constrangimentos e potencial de desenvolvimento de cada território.	Tem como objetivos: - Reconhecer e distinguir a especificidade da Agricultura Familiar nas suas diversas dimensões: económica, territorial, social e ambiental; - Promover políticas públicas adequadas para este extrato socioprofissional; - Promover e valorizar a produção local e melhorar os respetivos circuitos de comercialização; - Promover uma agricultura sustentável, incentivando a melhoria dos sistemas e métodos de produção; - Contribuir para contrariar a desertificação dos territórios do interior; - Conferir à Agricultura Familiar um valor estratégico, a ter em conta, designadamente nas prioridades das políticas agrícolas nacional e europeia; - Promover maior equidade na concessão de incentivos e condições de produção às explorações agrícolas familiares.		www.dgadr.gov.pt
	1.7. Apoio ao empoderamento das mulheres								

Cadeia de abastecimento	1.8. Apoio à geração jovem	Agrosocial - Impulso del Ecosistema de Economía Social en El Sector Agroalimentario	Agrosocial - Impulso del Ecosistema de Economía Social en El Sector Agroalimentario	Estratégias/objetivos/Alvos regionais	INTERREG POCTEP 2021-2027_Apoio Financeiro	O objetivo geral do projeto é promover a criação de emprego e o acesso a empregos de qualidade na cadeia de valor agroalimentar através da criação e impulso de um ecossistema transfronteiriço de empreendedorismo na economia social agroalimentar, através da transformação digital e da capacitação de novas gerações de empreendedores , sobretudo no mundo rural.	Parceria com mais de 10 instituições do espaço transfronteiriço entre Portugal e Espanha.	www.cim-altominho.pt
		Estatuto do Jovem Empresário Rural – JER	JER Jovem Empresário Rural	Estratégias/Objetivos/Alvos nacionais	JER Jovem Empresário Rural - PDR2020-20.2.4- FEADER-055160_Apoio Financeiro	Projeto desenvolvido pela AJAP, em parceria com a DGADR, Minha Terra – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local, CNJ – Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural, enquadrado na Área 4 – Observação da agricultura e dos territórios rurais, atividade JLD3, com o tema prioritário TP3 – Promoção de Territórios Rurais Inteligentes, e a atividade prioritária de “Promoção do estatuto do JER e discussão das suas potencialidades e impactos no desenvolvimento rural”.	Este projeto objetiva veicular e discutir com agentes do setor e outros interessados o Estatuto do Jovem Empresário Rural, identificar casos de sucesso de jovens empreendedores, disseminar boas práticas identificadas, reconhecer e discutir as mais-valias em deter o estatuto e os potenciais impactos que o mesmo poderá ter no panorama regional e nacional.	www.dgadr.gov.pt
		Rural Transition Labs	Rural Transition Labs	Estratégias/Objetivos/Alvos regionais	Interreg-Sudoe_Apoio Financeiro	O RURAL TRANSITION LABS pretende estabelecer comunidades rurais como centros de inovação , experimentando novas soluções participativas e baseadas em ecossistemas no sentido de aumentar a resiliência rural e a capacidade de adaptação às mudanças climáticas.	Para um futuro mais sustentável e resiliente às alterações climáticas, o Sustentável 2030 abrange várias áreas de financiamento.	www.cim-ave.pt
		NBRACER - CIM Cávado	NBRACER - Nature Based Solutions for Atlantic Regional Climate Resilience	Estratégia/Objetivo s/Alvos regionais	Fundos da União Europeia_Apoio Financeiro	Este projeto pretende responder ao desafio de adaptação dos territórios às alterações climáticas através de uma abordagem inovadora e prática, acelerando a transformação para regiões resilientes às alterações climáticas e que sejam seguras, verdes, limpas, saudáveis e justas. A adaptação centrar-se-á na combinação de soluções baseadas na natureza (NBS), fundamentadas nos recursos naturais disponibilizados pelas regiões biogeográficas, e será incorporada numa abordagem de ação transformadora que mobiliza e habilita as regiões e comunidades a avançarem de forma rápida.	O Projeto NBRACER é coordenado por DELTARES	www.cimcavado.pt
	2.1. Facilitação do acesso aos mercados territoriais para os agricultores urbanos e peri-urbanos	Reconhecimento de Agrupamentos de Produtores Multiprodutos	“Agrupamentos de Produtores Multiprodutos (APM)”	Estratégia/objetivos /alvos nacionais	Portaria n.º123/2021, de 18 de junho_Regulamento	Os “Agrupamentos de Produtores Multiprodutos (APM)”, têm como principais objetivos a concentração da oferta e a colocação no mercado da produção dos seus membros, comercializa mais do que um produto, de natureza agrícola, podendo revestir uma das seguintes formas jurídicas de Sociedade comercial por quotas, Cooperativa agrícola de 1.º grau ou secção de Cooperativa agrícola.	O reconhecimento destina-se a agrupamentos de produtores com atividade multiprodutos, orientados para uma economia agrícola de proximidade ou de nicho de mercado, designadamente em modo de produção sustentável, de produção de produtos certificados, ou de explorações com características específicas como seja o estatuto de agricultura familiar.	Reconhecimento de Agrupamentos de Produtores Multiprodutos

	2.Logística	2.2. Apoios a startups e PMEs para a produção de alimentos mais sustentáveis e saudáveis	Agrogaia	Agrogaia	Estratégia/objetivos /alvos locais	Incerto/Não está envolvido	Objetivos: - Aconselhamento técnico agrícola para adoção de práticas inovadoras baseadas em processos produtivos mais sustentáveis; - Diversificação económica das explorações com oferta de atividades pedagógicas, ambientais e sociais.; - Reconversão da agricultura convencional em modo de produção biológico; - Incorporação de princípios de agroecologia e tecnologia na produção e comercialização agrícola; - Organização de Redes de agricultores e consumidores; - Promoção da comercialização nos mercados de proximidade e venda direta nas explorações agrícolas - apoio à comercialização em Circuitos Curtos; - Valorização das funções sociais, económicas e ambientais da pequena agricultura.	Entidade Promotora - ADRITEM - Associação de Desenvolvimento Regional Integrado das Terras de Santa Maria; Parceria e investidor social - Município de Vila Nova de Gaia		www.adritem.pt
			Net4Food	O projeto Net4Food consiste na criação de uma rede de excelência no ecossistema alimentar da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal, fomentando o aparecimento e implementação de novas soluções inovadoras, valorizando os recursos endógenos da Eurorregião e promovendo uma alimentação sustentável, segura e saudável.	Estratégia/Objetivo s/Alvos Regionais	Cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Interreg VI-A España-Portugal (POCTEP) 2021-2027 _Apoio Financeiro	O projeto Net4Food – Rede de Investigação e Inovação para o Setor Alimentar – prevê a criação de uma rede de excelência no ecossistema alimentar da Eurorregião Galiza-Norte de Portugal, favorecendo o surgimento e a implementação de novas soluções inovadoras, valorizando os recursos endógenos da Eurorregião e promovendo uma alimentação sustentável, segura e saudável.Em resposta a este desafio e no âmbito da criação do Iberian Foodtec Lab, futuro laboratório internacional de referência no setor alimentar, está a ser criada uma Rede de Excelência no setor alimentar transfronteiriço: NET4FOOD. A Rede Net4Food foi criada com uma vocação aberta e transfronteiriça, com o objetivo de reunir todas as entidades públicas e privadas do setor alimentar da Eurorregião e potenciar a sua colaboração e alinhamento. Consequentemente, apela à participação de todas as entidades do setor, com especial atenção para as pequenas e médias empresas, devido à sua predominância e relevância na região.	Consequentemente, apela à participação de todas as entidades do setor, com especial atenção para as pequenas e médias empresas, devido à sua predominância e relevância na região.		www.net4food.eu
		3.1 Prevenção e redução das perdas alimentares através de investimento em infra-estruturas								

3. Perdas e desperdício	3.2. Redução de perdas e desperdícios alimentares por meio de um processo gradual	CIBUS - Redução do desperdício alimentar	CIBUS - Redução do desperdício alimentar	Estratégia/Objetivos/Alvos Regionais	Interreg Europe_Apoio Financeiro	Este projeto tem como objetivos criar plataformas multilaterais (digitais/físicas) para envolver os setores público e privado, difundir conhecimento e identificar medidas de impacto, definir estratégias globais para prevenir e reduzir as perdas e o desperdício de alimentos em consonância com a meta 12.3 dos ODS , e integrar a redução das perdas/desperdícios alimentares noutros domínios.	Decorre entre 01/04/2024 e 31/06/2028		www.cim-altominho.pt
		Certificação "Coração Verde"	Certificação "Coração Verde" pela LIPOR - Associação de Municípios	Estratégia/Objetivos/Alvos Regionais	Incerto/Não está envolvido	A certificação LIPOR contempla a identificação, implementação e paretilha de práticas que promovem a crescente sustentabilidade ambiental dos parceiros envolvidos, em particular nas áreas de Prevenção, Tratamento Local e Reciclagem de Resíduos; Preservação dos Ecossistemas e Comunicação, Sensibilização e Capacitação Ambiental.			www.lipor.pt
		3.3. Quadro regulamentar a nível retalhista	EIXO 1 -Medida 19	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivos/Alvos nacionais	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)_Estratégia	Medida 19 - Alargar das políticas de limitação do volume e oferta dos pacotes de açúcar individuais à totalidade dos agentes económicos responsáveis pela refinação e distribuição do açúcar.	EIXO 1 -Modificar o meio ambiente onde as pessoas escolhem e compram alimentos através da modificação da disponibilidade de alimentos em certos espaços físicos e de promoção da reformulação de determinadas categorias de alimentos;	www.eipas.pt
	4. Comércio e investimento alimentar	4.1. Incentivos comerciais para cadeias curtas de abastecimento							
5.Promoção	5.1. Restrições ao marketing de alimentos menos saudáveis e sustentáveis	EIXO 1 -Medida 17	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivos/Alvos nacionais	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)_Estratégia	Medida 17 - Incentivar as empresas do setor agroalimentar a reduzir o tamanho das porções dos alimentos e bebidas pré-embalados.	EIXO 1 -Modificar o meio ambiente onde as pessoas escolhem e compram alimentos através da modificação da disponibilidade de alimentos em certos espaços físicos e de promoção da reformulação de determinadas categorias de alimentos;		www.eipas.pt
		EIXO 2 -Medidas 3 e 4	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivos/Alvos nacionais	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)_Estratégia	Limitação da publicidade e marketing de alimentos// Medida 3 - Incentivar a adoção de medidas pelos operadores económicos, no sentido de limitar a publicidade destinada a menores de idade de produtos alimentares com excesso de sal, açúcar, gordura, nomeadamente trans, e energia. Medida 4 - Incentivar a adoção de medidas pelos operadores económicos, no sentido de limitar as comunicações comerciais e a publicidade destinada a menores de idade de produtos alimentares com excesso de sal, açúcar, gordura, nomeadamente trans e energia em eventos em que participem menores, designadamente atividades desportivas, culturais, recreativas ou outras.	EIXO 2 - Melhorar a qualidade e a acessibilidade da informação de modo a capacitar os cidadãos para escolhas alimentares saudáveis.		www.eipas.pt

		6.3. Apoio às cadeias curtas de abastecimento	Fruta Feia	Cooperativa Fruta Feia	Estratégia/Objetivos/Alvos nacionais	Incerto/Não está envolvido	Este projeto visa combater uma ineficiência de mercado, criando um mercado alternativo para a fruta e hortaliças "feias" que consiga alterar padrões de consumo. Um mercado que gere valor para os agricultores e consumidores e combata tanto o desperdício alimentar como o gasto desnecessário dos recursos utilizados na sua produção.		www.frutafeia.pt
			Eixo 1 - Medida 11	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivos/Alvos nacionais	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)_Estratégia	Medida 11 - Incentivar as compras públicas de produtos alimentares com a utilização de cadeias curtas, modos de produção integrada ou biológica.	EIXO 1 -Modificar o meio ambiente onde as pessoas escolhem e compram alimentos através da modificação da disponibilidade de alimentos em certos espaços físicos e de promoção da reformulação de determinadas categorias de alimentos.	www.eipas.pt
			Alimente quem o Alimenta	Alimente quem o Alimenta	Estratégia/Objetivos/Alvos nacionais	Ministério da Agricultura_Apoio Não Financeiro	Plataforma lançada pelo Ministério da Agricultura a partir da qual qualquer produtor pode efetuar o seu registo para, posteriormente, anunciar os seus produtos e cabazes disponíveis para encomenda/entrega.		www.alimentequemoalimenta.pt
	7. Venda a retalho	7.1. Leis de zoneamento							
		7.2. Destaque de alimentos mais saudáveis e sustentáveis no setor alimentar (in)formal	Eixo 1 - Medida 9	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivos/Alvos nacionais	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)_Estratégia	Medida 9 - Alargar as orientações já existentes para a oferta alimentar em meio escolar e provenientes do Ministério da educação a todos	EIXO 1 -Modificar o meio ambiente onde as pessoas escolhem e compram alimentos através da modificação da disponibilidade de alimentos em certos espaços físicos e de promoção da reformulação de determinadas categorias de alimentos.	www.eipas.pt
	8. Preços dos alimentos	8.1. Acessibilidade de dietas mais saudáveis e sustentáveis							
	9. Diversidade e igualdade de oportunidades	9.1. Políticas que apoiam a diversidade e igualdade	Prioridade 3 - Apoio à preparação, ao funcionamento e animação das Estratégias de Desenvolvimento Local; Execução da Estratégia de Desenvolvimento Local de cada Grupo de Ação Local	Programa Mar 2030 - Programa financiado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) para Portugal	Estratégia/Objetivos/Alvos nacionais	Programa Mar 2030 - Programa financiado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) para Portugal_Estratégia e Apoio Financeiro	Promoção do desenvolvimento de uma Economia Azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores, e fomento do desenvolvimento das comunidades piscatórias e de aquicultura.	O MAR 2030 abrange todo o território nacional, continente e Regiões Autónomas, e tem por objetivo implementar em Portugal as medidas de apoio financiadas pelo FEAMPA, organizando-se esse apoio em 4 Prioridades Estratégicas.	https://mar2030.pt/
			Eixo 1 - Medida 13	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivos/Alvos nacionais	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)_Estratégia	Medida 13 - Incentivar o consumo de fruta e hortícolas nas escolas, aumentando o número de beneficiários do regime de distribuição nas escolas (RE), que engloba os regimes de distribuição de fruta e produtos hortícolas (RFE) e o regime de distribuição de leite nas escolas (RLE).	EIXO 1 -Modificar o meio ambiente onde as pessoas escolhem e compram alimentos através da modificação da disponibilidade de alimentos em certos espaços físicos e de promoção da reformulação de determinadas categorias de alimentos.	www.eipas.pt

			AlimentAÇÃO - Promover a alimentação equilibrada e sustentável, a dieta mediterrânica e combater o desperdício alimentar no Alto Minho	Projeto no âmbito do Plano de Ação da Rede Rural Nacional	Estratégia/Objetivo s/alvos locais	Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal - Continente (2020 - 2024)_Estratégia	Desenvolver, no ecossistema sub-regional, a aplicação dos princípios subjacentes à Alimentação Equilibrada e Sustentável). Contribuir para um maior autoconhecimento e/ou reconhecimento dos produtos locais, suas características e épocas de produção, promovendo a sua valorização; b) Incentivar o consumo de produtos locais, de época e tradicionais; c) Promover a adoção de uma alimentação sustentável; d) Sensibilizar para a importância do consumo de frutas e legumes; e) Contribuir para a uniformização e harmonização da comunicação da estratégia de promoção de uma alimentação sustentável no Tâmega e Sousa; f) Promover a economia e o desenvolvimento socioeconómico do Tâmega e Sousa.	ADRMINHO - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Minho, a ADRL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima e o Instituto Politécnico de Viana do Castelo	www.cim-altominho.pt
			Promoção da Alimentação Saudável e Sustentável nas Terras deTrás-os-Montes	Projeto no âmbito do PNAES - Plano Nacional de Alimentação Equilibrada e Sustentável	Projeto/Formação/Iniciativa Regional	Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal - Continente (2020 – 2024)_Estratégia	O objetivo geral do projeto é a promoção da adoção de uma alimentação saudável, económica esustentável, tendo em conta a promoção da relação entre os hábitos de alimentação saudável e o consumo de produtos regionais e locais nas Terras de Trás-os-Montes. Eventos e sessões de trabalho; Organização de workshops e reuniões; Sistematização e disponibilização da informação técnica e científica de forma normalizada e em linguagem acessível, na forma de suporte de informação físico ou eletrónico, reuniões, apresentações e exposições.	CoraNE (entidade líder do projeto); Luísa Pires (responsável pelo projeto); Parceiros - Instituto Politécnico de Bragança, DRAP Norte e CIM de Terras de Trás os Montes. De 01-07-2022 a 01-07-2024. Serviços contratualizados; Primeiras ações com as escolas a iniciar em setembro.	https://www.rederural.gov.pt/
			Promoção da Alimentação Saudável e Sustentável no Douro	Projeto no âmbito do PNAES - Plano Nacional de Alimentação Equilibrada e Sustentável Project/Training/Initiative	Projeto/Formação/Iniciativa Regional	Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal - Continente (2020 – 2024)_Estratégia	O objetivo geral é a promoção da dieta mediterrânica e de uma alimentação saudável, económica e sustentável com base no consumo de produtos regionais e locais do douro. Assumem-se como objetivos específicos: a) Sistematização e disponibilização da informação técnica e científica; b) Realização de eventos de sensibilização em estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico; c) Organização de eventos e workshops com a comunidade local; d) Elaboração de exposição itinerante; e) Produção de filme de animação; f) Desenvolvimento de micro site; g) Monitorização, gestão e animação da parceria	Douro Superior, Associação de Desenvolvimento (entidade líder do projeto); Catarina Dias (responsável pelo projeto); PARCEIROS: CIM Douro; DESTEQUE - Associação para o desenvolvimento da Terra Quente; Associação do Douro Histórico; Beira Douro - Associação de Desenvolvimento para o Vale do Douro. De 10-04-2022 a31-12-2024.Foi realizado o planeamento e a calendarização das atividades do projeto; Encontra-se em fase de conclusão a produção de informação técnica e científica, com a elaboração dos conteúdos do "Manual de apoio às atividades do projeto"; Encontra-se em curso a elaboração das linhas orientadoras para a produção da exposição itinerante, do microsite e do filme de animação; Encontra-se numa fase inicial a produção da imagem e do design de todos os materiais de comunicação do projeto.	https://www.rederural.gov.pt/

Políticas sociais	10.Comunidades locais	10.1. Políticas que envolvam as comunidades locais e programas de desenvolvimento	CÁVADO COM...SABOR	Projeto no âmbito do PNAES - Plano Nacional de Alimentação Equilibrada e Sustentável	Estratégia/Objetivos/Alvos regionais	Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal - Continente (2020 – 2024)_Estratégia	Principais áreas temáticas: a promoção da Alimentação Sustentável, promoção da Dieta Mediterrânica e o combate ao Desperdício Alimentar. Propõe a implementação duma estratégia de informação, divulgação, sensibilização, capacitação e mobilização de atores coletivos e individuais específicos(ex.: estabelecimentos de ensino, autarquias, professores, alunos, empresários) do território da CIM Cávado, que permita colocar a temática da alimentação saudável e sustentável da Dieta Mediterrânica e do combate ao desperdício alimentar na agenda territorial local, a qual, baseada na valorização da produção agrícola local (através dos produtos frescos da época, das variedades tradicionais), associadas às dinâmicas emergentes de comercialização em Circuito Curto (CC) e em canais que vão desde a venda ao consumidor final, assim como às cantinas públicas, ao comércio e à restauração locais, incrementando o seu consumo junto da população e contribuindo assim para a melhoria da qualidade da sua alimentação.	ATAHCA (entidade líder do projeto); Paulo Pereira (responsável pelo projeto); PARCEIROS - CIM Cávado, DRAP Norte, INIAV. De 09-01-2023 a 31-12-2024. A candidatura iniciou-se em princípio de janeiro de 2023, com a contratação de uma nutricionista. Neste momento o projeto já está "no terreno", com a realização de reuniões com a parceria, bem como com outras entidades locais, para planeamento das primeiras atividades. Já foi criada uma página na rede social Facebook como elemento de comunicação digital do projeto.	https://www.rederural.gov.pt/
			Pensar Global, Agir Local...à mesa	Projeto no âmbito do PNAES - Plano Nacional de Alimentação Equilibrada e Sustentável	Projeto/Formação/Iniciativa Regional	Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal - Continente (2020 – 2024)_Estratégia	Com este projeto, a parceria propõe-se a contribuir para a adoção de hábitos alimentares mais sustentáveis, com impacto na saúde, na economia local e na preservação do meio ambiente, através de atividades lúdico-pedagógicas em contexto escolar e caracterização e referenciação de explorações do território, na ótica da valorização dos produtos locais. a) Contribuir para um maior autoconhecimento e/ou reconhecimento dos produtos locais, suas características e épocas de produção, promovendo a sua valorização; b) Incentivar o consumo de produtos locais, de época e tradicionais; c) Promover a adoção de uma alimentação sustentável; d) Sensibilizar para a importância do consumo de frutas e legumes; e) Contribuir para a uniformização e harmonização da comunicação da estratégia de promoção de uma alimentação sustentável no Tâmega e Sousa; f) Promover a economia e o desenvolvimento socioeconómico do Tâmega e Sousa.	Dolmen - Desenvolvimento local e regional (entidade líder do projeto); Luís Soares (responsável pelo projeto); PARCEIROS - ADER-Sousa, Probasto; Agrimag, Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. Em execução. De 01-01-2023 a 31-12-2024.	https://www.rederural.gov.pt/
			Promover a alimentação equilibrada e sustentável, a dieta mediterrânica e combater o desperdício alimentar no território do Ave	Projeto no âmbito do PNAES - Plano Nacional de Alimentação Equilibrada e Sustentável	Projeto/Formação/Iniciativa Regional	Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal - Continente (2020 – 2024)_Estratégia	a) Aumentar a literacia alimentar das comunidades, dos grupos vulneráveis e dos atores do território, capacitando-os para a realização de escolhas alimentares informadas no dia-a-dia; b) Promover e valorizar os produtos endógenos, os produtos de qualidade certificada e a Dieta Mediterrânica; c) Informar, formar e educar para uma alimentação e consumo saudável e sustentável; d) Combater o desperdício alimentar.	Sol do Ave - Associação para o desenvolvimento integrado do Vale do Ave (entidade líder do projeto); Catarina Lima (responsável pelo projeto); PARCEIROS - CIM do Ave, Probasto; Sol do Ave. De 02-01-2023 a 30-04-2024	https://www.rederural.gov.pt/

			Alimentação Segura no Alto Tâmega e Barroso	Projeto no âmbito do PNAES - Plano Nacional de Alimentação Equilibrada e Sustentável	Projeto/Formação/Iniciativa Regional	Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal - Continente (2020 – 2024)_Estratégia	Objetivos Gerais (que vão de encontro aos três itens da área de intervenção): a) Recolher e compilar informação para criar o Sistema Alimentar Territorial do Alto Tâmega; b) Fomentar a alimentação sustentável e promover a Dieta Mediterrânica; c) Sensibilizar e capacitar a comunidade regional para o combate ao desperdício alimentar	ADRAT, Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (entidade líder do projeto); António M. Machado (responsável pelo projeto); PARCEIROS - CIMAT - Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso. De 01-10-2021 a 30-09-2024. Dando seguimento ao previsto em candidatura, foi contratado(a) um(a) nutricionista para a implementação e acompanhamento das ações; estão a ser dinamizadas as reuniões com os parceiros, está a ser desenvolvido o trabalho de produção de materiais didáticos paralelamente à compilação de conteúdos e de elaboração de questionários a aoiar na região. igualmente está a ser realizado um trabalho de comunicação do projeto e das atividades, e a sinalização de datas relacionadas com o tema do projeto.		https://www.rederural.gov.pt/
			Identidade Alimentar na AMP	Projeto no âmbito do PNAES - Plano Nacional de Alimentação Equilibrada e Sustentável	Projeto/Formação/Iniciativa Regional	Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal - Continente (2020 – 2024)_Estratégia	Incentivar o consumo de produtos locais, de época e tradicionais, em consonância com os Princípios da Dieta Mediterrânica; Promover o consumo com Identidade Alimentar Mediterrânica Territorial, melhorando a qualidade nutricional da oferta alimentar e combatendo a precariedade alimentar; Realizar ações de aconselhamento e de sensibilização sobre a Dieta Mediterrânica, promovendo e valorizando os produtos endógenos, os produtos de qualidade certificada; promover a adoção de uma alimentação sustentável; Promover a economia e o desenvolvimento socioeconómico da AMP. "Identidade Alimentar na AMP" visa adotar uma nova estratégia alimentar na AMP, assente na produção e no consumo locais. Foi definido como objetivo geral a promoção da dieta mediterrânica e da literacia alimentar e a educação e o combate ao desperdício alimentar, através de ações de sensibilização para uma alimentação sustentável e equilibrada. O plano de ação encontra-se estruturado em 3 eixos: - Dieta mediterrânica (identificação dos elementos da dieta mediterrânica na AMP, levantamento e promoção da identidade alimentar territorial para uma abordagem	ADRI MAG (entidade líder do projeto); ADRI MAG (responsável pelo projeto); PARCEIROS - ADERSOUSA, ADRI TEM, Litoral Rural e AMP. De 01-01-2023 a 31-12-2024. Fase de implementação inicial - contratação pública para a aquisição dos serviços incluídos nas atividades do projeto e definição de entidades mentoradas por municípios.		Rede Rural Nacional - Rede Rural Nacional

			Sensibilização do Mercado para as Oportunidades da Pecuária Extensiva e da Agricultura Sustentável	Life Maronesa	Estratégia/objetivos /alvos regionais	Programa LIFE 2021-2027, instrumento financeiro para o ambiente e a ação climática_Apoio Financeiro	É um projeto de Governança, Informação e Ação Climática, que visa a implementação de estratégias de adaptação às alterações climáticas através de um modelo sustentável de produção pecuária em modo extensivo. Tem como principal objetivo melhorar a resiliência climática das explorações pecuárias e promover o aumento da retenção de carbono na matéria orgânica do solo. Contribuir para a transição para uma economia sustentável, circular, energeticamente eficiente, baseada nas energias renováveis, neutra para o clima resiliente, a fim de proteger, restabelecer e melhorar a qualidade do ambiente, incluindo o ar, água e solos, e travar e inverter a perda de biodiversidade e lutar contra a degradação dos ecossistemas, inclusive, através do apoio à implementação e à gestão da rede Natura 2000, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável.	Coordenação: Associação AguiarFloresta; e-mail: geral@lifemaronesa.eu; Tlf: 259417634; Central de Camionagem, Loja 4, 5450-011 Vila Pouca de Aguiar	https://www.lifemaronesa.eu/
			Grow, Share, Engage!	Grow, Share, Engage! Cultivating Civic Participation through Urban Gardens	Estratégia/objetivos /alvos locais	Programa CERV - CE_Apoio Financeiro	Este projeto visa promover a participação cidadã e a sustentabilidade urbana através da criação e desenvolvimento de hortas urbanas. O projeto integra soluções baseadas na natureza (NbS - Nature-based Solutions) para enfrentar os desafios climáticos, promover a educação ambiental e criar cidades mais saudáveis e resilientes. Ao capacitar as comunidades locais, o projeto apoia a transição para ambientes urbanos mais verdes e sustentáveis.	O projeto junta parceiros - municípios e organizações de oito países europeus.	www.adritem.pt
		11.1. Apoio político e governamental para a melhoria da nutrição populacional e dos impactos ambientais	EIXO 2 - Melhorar a qualidade e a acessibilidade da informação de modo a capacitar os cidadãos para escolhas alimentares saudáveis - Medidas 6 e 10	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivo s/Alvos nacionais	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da DGS_Estratégia	Estratégias locais para a promoção da alimentação saudável// Medida 6 - Promover o envolvimento das autarquias em iniciativas para o fornecimento de informação sobre alimentação saudável através dos seus próprios meios; Medida 10 - Promover a inclusão de iniciativas de promoção da alimentação saudável nos programas de promoção de saúde pública, atividade física e de envelhecimento ativo dos municípios	A Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS) é uma estratégia intersectorial que apresenta um conjunto de 51 medidas de intervenção para promover a alimentação saudável dos portugueses, consensualizadas por 7 Ministérios diferentes, nomeadamente os Ministérios das Finanças, Administração Interna, Educação, Saúde, Economia, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, e Mar.	www.eipas.pt
			EIXO 3 - Medida 1	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivo s/Alvos nacionais	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS) - Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da DGS_Estratégia	Melhoria da comunicação sobre alimentação nos primeiros 1000 dias de vida para pais e população em geral// Medida 1 - Promover a literacia alimentar de grávidas e nos pais sobre a importância da alimentação saudável nos primeiros 1000 dias de vida de uma criança.	EIXO 3- Promover e desenvolver a literacia e autonomia dos consumidores para escolhas alimentares saudáveis	www.eipas.pt

	11. Liderança		EIXO 3 - Medida 5	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivo s/Alvos nacionais	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da DGS_Estratégia	Promoção da Dieta Mediterrânica e de produtos nacionais// Medida 5 - Promover iniciativas que valorizem o conhecimento sobre o valor nutricional de alimentos estratégicos e característicos presentes na Roda da Alimentação Mediterrânica, nomeadamente pescado, hortofrutícolas, azeite, pão, leguminosas e produtos lácteos.	EIXO 3- Promover e desenvolver a literacia e autonomia dos consumidores para escolhas alimentares saudáveis	www.eipas.pt
		11.2. Apoio governamental para reduzir as desigualdades ou proteger as populações vulneráveis em relação à dieta e nutrição	EIXO 2 - Medida 3	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivo s/Alvos nacionais	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da DGS_Estratégia	Limitação da publicidade e marketing de alimentos// Medida 3 - Incentivar a adoção de medidas pelos operadores económicos, no sentido de limitar a publicidade destinada a menores de idade de produtos alimentares com excesso de sal, açúcar, gordura, nomeadamente trans, e energia.	EIXO 2 - Melhorar a qualidade e a acessibilidade da informação de modo a capacitar os cidadãos para escolhas alimentares saudáveis	www.eipas.pt
			EIXO 3 - Medida 14	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivo s/Alvos nacionais	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da DGS_Estratégia	Capacitação e formação de profissionais// Medida 14 - Capacitar os diferentes profissionais de saúde para a importância de sensibilizar os pais para a importância da amamentação.	EIXO 3- Promover e desenvolver a literacia e autonomia dos consumidores para escolhas alimentares saudáveis	www.eipas.pt
			Programa Bairros Saudáveis	Programa Bairros Saudáveis - Iniciativa pública de âmbito multinministerial	Programa	Resolução do Conselho de Ministros n.º52-A/2020_Regulamento	Dinamizar intervenções locais de promoção da saúde e da qualidade de vida de comunidades vulneráveis localizadas no território nacional continental. Financiamento de projetos de âmbito local selecionados através de um procedimento concursal. Os projetos deverão incluir atividades ou medidas que tenham uma ou várias das seguintes dimensões de intervenção: ambiente, coesão social, cidadania, cultura, desporto, educação, emprego, empreendedorismo, espaço público, igualdade de género, inovação, promoção da saúde, reabilitação de equipamentos ou habitação, transição digital.	Programa terminado em Agosto de 2024 após mudança de governo.	www.bairrossaudaveis.gov.pt
	12. Governança	12.1. Acesso público a informações nutricionais abrangentes e documentos-chave (ex.: orçamentos, relatório de desempenho anual, indicadores de saúde)	EIXO 2 - Medida 9	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivo s/Alvos nacionais	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da DGS_Estratégia	Medida 9 - Desenvolver uma plataforma de divulgação e monitorização das iniciativas previstas nesta	EIXO 2 - Melhorar a qualidade e a acessibilidade da informação de modo a capacitar os cidadãos para escolhas alimentares saudáveis.	www.eipas.pt
			EIXO 2 - Medida 1	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivo s/Alvos nacionais	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da DGS_Estratégia	Monitorização da rotulagem nutricional dos produtos alimentares// Medida 1 - Incentivar a utilização de modelos de informação nutricional adicional nos rótulos dos produtos alimentares que facilitem as escolhas dos consumidores, nomeadamente através da produção de linhas orientadoras para os operadores do setor alimentar	EIXO 2 - Melhorar a qualidade e a acessibilidade da informação de modo a capacitar os cidadãos para escolhas alimentares saudáveis.	www.eipas.pt

Infraestrutura	13. Monitorização	13.1. Sistemas de monitorização implementados pelo governo para monitorizar regularmente os ambientes alimentares	Observatório Nacional da Produção Biológica	Observatório Nacional da Produção Biológica	Estratégia/Objetivos/Alvos nacionais	Despacho n.º 8765/2021, de 3 de setembro_regulamento	O Observatório Nacional da Produção Biológica, tem por missão a recolha, tratamento e divulgação de informação sobre a produção, transformação, comercialização de produtos biológicos, incluindo sobre o seu consumo e sobre os vários mercados existentes. Toda a informação relativa ao observatório é de acesso livre através do seu Portal.	Compete ao Observatório Nacional da Produção Biológica, nos termos do Despacho n.º 8765/2021, de 3 de setembro, entre as várias atribuições, monitorizar o cumprimento dos objetivos estabelecidos pela ENAB e pelo Plano de Ação e avaliar o seu impacto.		https://www.dgadr.gov.pt/
			Prioridade 1 - Apoio à recolha de dados e ao controlo e inspeção no quadro da Política Comum das Pescas	Programa Mar 2030	Programa	Programa Mar 2030 - Programa financiado pelo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) para Portugal_Estratégia, Apoio Financeiro e Não Financeiro	Fomento da pesca sustentável e a restauração e conservação dos recursos biológicos aquáticos. O MAR 2030 abrange todo o território nacional, continente e Regiões Autónomas, e tem por objetivo implementar em Portugal as medidas de apoio financiadas pelo FEAMPA, organizando-se esse apoio em 4 Prioridades Estratégicas.			www.mar2030.pt
		13.2. Avaliação dos principais programas e políticas para avaliar a eficácia e a contribuição dos mesmos para o alcance dos objetivos dos planos de nutrição e saúde	PNPAS	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS)	Programa	DGS - Direção-Geral da Saúde_Apoio Não Financeiro	O Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) tem como finalidade melhorar o estado nutricional da população, incentivando a disponibilidade física e económica de alimentos constituintes de um padrão alimentar saudável e criar condições para que a população os valorize, aprecie e consuma, integrando-os nas suas rotinas diárias.O PNPAS integra a Plataforma para a Prevenção e Gestão das Doenças Crónicas, juntamente como os programas nas áreas da Prevenção e Controlo do Tabagismo, Promoção da Atividade Física, Diabetes, Doenças Cérebro-cardiovasculares, Doenças Oncológicas e Doenças Respiratórias. O PNPAS articula as suas estratégias com os diferentes parceiros do setor, desde a produção alimentar aos consumidores e tem em consideração as diferentes orientações internacionais a este nível, nomeadamente as provenientes da Comissão Europeia, Organização Mundial da Saúde e Agência Europeia para a Segurança Alimentar.	O PNPAS visa promover o estado de saúde da população portuguesa, atuando num dos seus principais determinantes, a alimentação. Um consumo alimentar adequado e a consequente melhoria do estado nutricional dos cidadãos tem um impacto direto na prevenção e controlo das doenças mais prevalentes a nível nacional (cardiovasculares, oncológicas, diabetes, obesidade...) mas também deve permitir, simultaneamente, o crescimento e a competitividade económica do país em outros setores como os ligados à agricultura, ambiente, segurança social, turismo, emprego ou qualificação profissional.	.O Programa Nacional para Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) enquadra-se assim num dos onze programas de saúde prioritários do Plano Nacional de Saúde (Despacho n.º 6401/2016) e pretendendo contribuir diretamente para um dos seus desígnios para 2020, a redução dos fatores de risco relacionados com as doenças não transmissíveis, em particular a obesidade infantil.	Programa Nacional de Promoção da Alimentação Saudável : DGS

		13.3. O progresso na redução das desigualdades e dos impactos na saúde, em populações vulneráveis, assim como os determinantes sociais e económicos da saúde, são monitorizados regularmente	PNPAS	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS)	Programa	DGS - Direção-Geral da Saúde_ Apoio Não Financeiro	O Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) tem como finalidade melhorar o estado nutricional da população, incentivando a disponibilidade física e económica de alimentos constituintes de um padrão alimentar saudável e criar condições para que a população os valorize, aprecie e consuma, integrando-os nas suas rotinas diárias.O PNPAS integra a Plataforma para a Prevenção e Gestão das Doenças Crónicas, juntamente como os programas nas áreas da Prevenção e Controlo do Tabagismo, Promoção da Atividade Física, Diabetes, Doenças Cérebro-cardiovasculares, Doenças Oncológicas e Doenças Respiratórias. O PNPAS articula as suas estratégias com os diferentes parceiros do setor, desde a produção alimentar aos consumidores e tem em consideração as diferentes orientações internacionais a este nível, nomeadamente as provenientes da Comissão Europeia, Organização Mundial da Saúde e Agência Europeia para a Segurança Alimentar.			Programa Nacional de Promoção da Alimentação Saudável : DGS
14. Atribuição de fundos e recursos	14.1 Presença/Existência de uma agência de promoção de saúde financeiramente segura para melhorar a nutrição da população	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivos/Alvos nacionais	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da DGS_Estratégia	É objetivo da EIPAS colocar a "alimentação saudável" em todas as políticas públicas. A sua implementação é efetuada por um Grupo de Trabalho Interministerial, liderado pela DGS.			www.eipas.pt	
	15.1. Mecanismos de coordenação robustos entre departamentos e níveis de governo (nacional e local) para garantir a coerência das políticas, alinhamento e integração das políticas de prevenção de doenças não transmissíveis relacionadas com alimentos, obesidade e dieta entre os governos.	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivos/Alvos nacionais	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da DGS_Estratégia	É objetivo da EIPAS colocar a "alimentação saudável" em todas as políticas públicas. A sua implementação é efetuada por um Grupo de Trabalho Interministerial, liderado pela DGS.			www.eipas.pt	

15. Plataforma para interação	15.2. Plataformas formais entre o governo e o sector comercial para implementar políticas de alimentação saudável	Eixo 2 - Medidas 5 e 7	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivo s/Alvos nacionais	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da DGS_Estratégia	Medida 5 - Utilizar os novos meios de comunicação digital para promover mensagens de qualidade sobre alimentação saudável. Medida 7 - Desenvolver iniciativas com associações do setor agroalimentar com o objetivo de disponibilizar informação sobre alimentação saudável nos pontos de venda.	EIXO 2 - Melhorar a qualidade e a acessibilidade da informação de modo a capacitar os cidadãos para escolhas alimentares saudáveis -		www.eipas.pt
	15.3. Plataformas formais para interação regular do governo com a sociedade civil quanto às políticas alimentares e outras estratégias de melhoria da nutrição populacional	EIXO 2 - Medida 9	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivo s/Alvos nacionais	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da DGS_Estratégia	Disseminação de boas práticas na área da promoção da alimentação saudável// Medida 9 - Desenvolver uma plataforma de divulgação e monitorização das iniciativas previstas nesta Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável.	EIXO 2 - Melhorar a qualidade e a acessibilidade da informação de modo a capacitar os cidadãos para escolhas alimentares saudáveis.		www.eipas.pt
		EIXO 4 - Medidas 1 e 2	Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável (EIPAS)	Estratégia/Objetivo s/Alvos nacionais	Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) da DGS_Estratégia	Comunicação digital nas instituições públicas// Medida 1 - Construir um portal de informação sobre pescado e seu valor nutricional, disponibilizando materiais interativos para o sistema de ensino e para o apoio da presença de pescado nas ementas escolares; Medida 2 - Promover a utilização dos meios digitais nas instituições públicas para a promoção da alimentação saudável.	EIXO 4 - Promover a inovação e o empreendedorismo direcionado à área da promoção da alimentação saudável.		www.eipas.pt

Nota 1: Várias das políticas/iniciativas/projetos podem ser enquadrados em diferentes domínios e subdomínios.

Nota 2: O objetivo inicial consistia em efetuar um levantamento exaustivo das políticas/projetos/iniciativas contudo, dado o período temporal alocado ao estudo e a diversidade de fontes, insuficiência/falta de clareza de informações, este objetivo não foi completamente atingido.

Nota 3: Optou-se por mencionar políticas nacionais e internacionais sempre que não houvesse possibilidade de identificar políticas/projetos/iniciativas locais/regionais.

Nota 4: Optou-se por incluir apenas o sumário/objetivos e informações adicionais na primeira menção a determinada política, tendo-se mantido esses campos em branco nas menções subsequentes.

Apêndice 2 – Recomendações para replicação

Elemento	Recomendação
Educação e Participação	Expandir programas educativos como “Pensar Global, Agir Local... à mesa” para outras regiões e públicos escolares.
Cadeias Curtas e Proximidade	Replicar experiências como <i>PromoLocal</i> e <i>Mercado Urban Farmers</i> noutras regiões urbanas e periurbanas.
Apoio à Agricultura Sustentável	Criar programas locais similares ao Estatuto da Agricultura Familiar, com foco em capacitação e acesso a mercados.
Redução do Desperdício	Incentivar mais municípios a seguir o exemplo da <i>LIPOR – Coração Verde</i> com certificação ambiental para entidades.
Governança Intersectorial	Ampliar o modelo de coordenação interministerial da EIPAS para outras áreas como segurança alimentar e adaptação climática.
Plataformas Digitais	Investir em sistemas de informação e marketplaces locais para promover produtos sustentáveis.
Financiamento Continuado	Criar mecanismos para continuidade de projetos após o fim dos financiamentos da UE (ex: POCTEP, FEADER, PRR).

Fonte: Elaboração própria